FLORIDA CHRISTIAN UNIVERSITY – FCU

Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu

Christian Doctor of Philosophy in Business Administration

EDSON MOTA DOS SANTOS

A ECONOMIA DE COMUNHÃO

para subvenção da sustentabilidade econômica.

Orlando, Florida - USA

2011

FLORIDA CHRISTIAN UNIVERSITY – FCU

Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu

Christian Doctor of Philosophy in Business Administration

EDSON MOTA DOS SANTOS

A ECONOMIA DE COMUNHÃO

para subvenção da sustentabilidade econômica.

Trabalho apresentado ao Curso Pós-Graduação Stricto Sensu, como requisito parcial para obtenção do título de "Doctor", área de concentração: Administração, da Florida Christian University - FCU, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Vertamatti.

Orlando, Florida - USA

2011

Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu
Christian Doctor of Philosophy in Business Administration

Termo de aprovação

EDSON MOTA DOS SANTOS

A ECONOMIA DE COMUNHÃO

para subvenção da sustentabilidade econômica.

Trabalho apresentado ao Curso Pós-graduação stricto sensu, "*Doctor*", para apreciação da banca examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Orientador: Roberto Vertamatti

Prof (ª). Dr (ª). _____

Prof (ª). Dr (ª). _____

Parecer final: _____

_____

_____

_____

Florida, USA, 29 de Novembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus eternos pais, que hoje moram em meu coração.

AGRADECIMENTOS

A **Jesus Cristo**, (Alfa e Ômega) sendo para mim o Caminho, a Verdade e a Vida.

A todos que ajudaram a construir esse homem que ainda falta muito e ser aquele que Cristo deseja, mas de uma forma todos ajudaram neste crescimento.

Aqueles que tiveram uma participação decisiva na minha vida, meus pais Antonio Francisco dos Santos e Marta Mota dos Santos (*In memorian*); pois sem eles, não estaria aqui escrevendo esse agradecimento. Mesmo não presente neste mundo, mas sempre vivo em meu coração.

A minha família, que hoje é minha razão de vida: Claudinéia B. Silva e João Paulo Mota Silva Santos.

Aos amigos que sempre incentivam na busca da excelência:

Prof. Dr. Roberto Vertamatti (orientador)

Prof. Dr. Benedito Cabral de Medeiros Filho

Prof. Dr. Rafael Olivieri Neto

Prof. Dr. Basile Emmanouel Mihailidis (αδελφός καρδιά)

Prof[a]. Dra. Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga

Prof. Msc. Marino Alves de Faria Filho

Prof. Msc. Rodrigo Aroli

Pe. Osvaldo Vieira da Costa

Aos meus eternos alunos (as) que vibravam por cada momento quando explanava sobre esta tese e os incentivos mútuos vindos do coração por todos.

EPÍGRAFE

"A caridade é a rainha das virtudes. Assim como as pérolas se mantêm unidas por meio de um fio, também as virtudes se mantêm unidas pela caridade. E da mesma forma que, se o fio se rompe as pérolas caem, assim também, se a caridade diminui, as virtudes se dispersam."

(*Padre Pio de Pietrelcina*)

RESUMO

Esta tese tem o proposito de analisar a construção do individualismo na sociedade mostrando como consequência básica a evolução dos consumos nas famílias, em contrapartida à busca das corporações em aumentar seus lucros diminuindo assim renda dos empregados. Este fato associados às crises que mundo vem sofrendo ao longo dos anos, em especial a crise de 2008 que se estende até os dias de hoje. Mostrando como os países estão endividados por aceitarem as regras impostas por essas grandes corporações, deixando um Estado mais pobre e tendo que utilizar de empréstimos da dívida pública para financiar suas atividades. Uma vez que com a diminuição das famílias e a renda dos empregados, tudo isto impacta diretamente nos cofres públicos, deixando assim uma laguna na arrecadação de impostos. Este fato associado ao citado anteriormente, deixa-nos a deriva de uma politica econômica de austeridade fiscal, e freando ainda mais o consumo na sociedade. A consequência disto é o aumento dos excluídos na sociedade e a diminuição da renda dos trabalhadores. A saída para esta crise seria uma subvenção fiscal, para auxiliar os indivíduos e ao mesmo tempo uma diminuição nos preços. Tal saída pode ser utópica, mas se olharmos como se comporta os consumidores, principalmente nos países desenvolvidos, veremos que esses mesmos indivíduos se preocupam com o meio ambiente e sustentabilidade. A proposta no qual me refiro é incutir nos cidadãos a "cultura do dar" e da reciprocidade, a fim de que esta penetre sempre mais no mundo da economia e em todos os âmbitos da sociedade.

Palavras chave: Economia, Economia de Comunhão, Capitalismo, Comunhão, Crise e Desenvolvimento.

ABSTRACT

This thesis has the purpose of analyzing the construction of individualism in society showing as a basic consequence the evolution of consumption in families, in contrast the ambitious of corporates to increase the profits consequently reduces the salary of employees. This fact associated to the crisis that the world has been suffering over the years, especially the crisis of 2008 which extends to the present day. Showing how countries are indebted for accepting the rules imposed by these large corporations, leaving a poorer state and having to use loan debt to finance its activities. Since the decline in families with incomes of employees and all this directly impacts on the public coffers, leaving a blank in the collection of taxes. This fact associated with the aforementioned; let us derive from an economic policy of fiscal austerity, and further slowing consumption in society. The consequence is the increasing of the excluded in society and reducing the income of workers. The solution to this crisis would be a tax subsidy to help people while degreasing the prices. This output can be utopian, but if we look at how consumers behave, especially in developed countries, we see that these same people are concerned about the environment and sustainability. The proposal to which I refer is to inculcate in the citizens' culture of giving "and reciprocity, so that it penetrates more and more of the world economy and in all spheres of society.

Key words: Economy, Economy of Communion, Capitalism, Communion, Crisis and Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interpretação do valor econômico nos autores medievais..... 39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número das empresas 116
Gráfico 2: Evolução por continentes (comparação 2007-2010) 116
Gráfico 3: Subdivisão por países 117
Gráfico 4: Subdivisão por setores produtivos 117
Gráfico 5: Subdivisão por faturamento (dados disponibilizados por 50% das empresas) 118
Gráfico 6: Lucros das empresas EdC utilizados, (%) por tipologia 120
Gráfico 7: Lucros das empresas EdC recebidos, por região 121
Gráfico 8: Beneficiários diretos dos projetos de desenvolvimento e de assistência, por região e por setor 122
Gráfico 9: Atividades de assistência, por região e por setor 123
Gráfico 10: Beneficiários diretos (2097), por região e por setor 124
Gráfico 11: Beneficiários diretos (2097), (%) por setor 125
Gráfico 12: Beneficiários diretos, (%) por duração da assistência 125
Gráfico 13: Bolsas de estudo financiadas, (%) por tipo de estudo 125
Gráfico 14: Evolução do número dos pobres 126
Gráfico 15: Evolução das ajudas solicitadas e distribuídas 126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Custo e Beneficio da Economia da Partilha..... 87

Quadro 2: Distribuição de renda no mundo 96

Quadro 3: Politicas Econômicas 103

Quadro 4: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social 1..... 118

Quadro 5: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social 2 119

Quadro 6: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social – Total de entradas e saídas 120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AC - Antes de Cristo

DC – Depois de Cristo

EdC – Economia de Comunhão

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRFS - *International Financial Reporting Standards*

ONU – Organização das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPITULO I 19

ESTRUTURA METODOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO 19

1. Projeto para o desenvolvimento da pesquisa 22

1.1. Procedimentos utilizados 24

1.2. Levantamento bibliográfico 25

1.3. Pesquisa documental 26

1.4. Pesquisa exploratória 27

CAPITULO II 29

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA SOCIEDADE – A CONSTRUÇÃO DO INDIVIDUALISMO NA ECONOMIA 29

2. A economia na antiguidade 29

3. Pensamento econômico desde os Romanos até a Idade Média 32

4. Precursores clássicos da economia. 40

3.1 MERCANTILISMO 42

3.2 FISIOCRATAS 45

3.3 ADAM SMITH (1723-1790) 47

3.4 THOMAS ROBERT MALTHUS (1766-1834) 51

3.5 DAVID RICARDO (1772-1823) 54

3.6 KARL H. MARX (1818-1883) 56

3.7 ALFRED MARSHALL (1842 – 1924) 60

3.8 JOHN MAYNARD KEYNES (1883 - 1946) 61

3.9 O CAPITALISMO NA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 64

CAPITULO III 68

ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC) – SURGIMENTO E CONCEITO ECONOMICO PARA NOVA ECONOMIA 68

1. A Economia de Comunhão e Social 68

O Bem Estar da sociedade na economia civil 68

2. A Economia de Comunhão e o movimento focolares 72

3. A Economia de mercado e a contribuição da Economia de Comunhão 75

4. Projeto: EdC - Economia de Comunhão 77

5. Economia de Comunhão – Empresa e Sociedade 83

6. Trabalho na empresa 86
CAPITULO IV 91
A COMUNHÃO A CAMINHO DA RAZÃO DE DESPRENDER 91
Estudo para subvenção econômica – politica fiscal 91
Reflexão sobre o individualismo 91
1. Desequilíbrio social e a Economia de Comunhão 95
2. Politica Fiscal – conceito básico para aplicação 103
3. Economia de Comunhão e a sustentabilidade econômica – uma solução para crise Global nas classes desfavorecidas 109
4. Economia de Comunhão como horizonte 111
5. Promoção do desenvolvimento econômico através de entidades privadas de desenvolvimento 114
6. Promoção do desenvolvi mento através de associações sem fins lucrativos com recursos doados. 114
7. As empresas de EdC no mundo, o censo de 2009/10 116
8. Os pobres 126
9. Distribuição de Renda e desigualdade social 127
10. Contabilidade Social e Governança Corporativa 131
CONCLUSÃO 135
REFERÊNCIAS 140
ÍNDICE ONOMÁSTICO 145
ÍNDICE REMISSIVO 146
ANEXOS 147
Biografia - Chiara Lubich 147
Cronologia 153
Os últimos anos de Chiara 159
MOVIMENTO DOS FOCOLARES 161
Projeto 161
Organização 163
APRESENTAÇÃO DA EdC NO MUNDO 165
Argentina 165
Bolívia 165
Brasil 166
Filipinas 167
Itália 168

Lituânia 169
Portugal 169
Espanha 169
Suíça 170
Taiwan 170
USA 171
EdC e diálogo inter-religioso 171
USA 171
Tailândia 172
Suíça 173

INTRODUÇÃO

O (Conselho Episcopal Latino-Americano, 2007 pp. 183-184) deixou-nos uma contribuição sobre como agir e se comportar diante da globalização, trata-se de um texto para a reflexão dos homens na sociedade.

> A Igreja na América Latina e no Caribe sente que tem uma responsabilidade em formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça internacional. Por isso, tanto os pastores como os construtores da sociedade têm que estar atentos aos debates e normas internacionais sobre a matéria. Isso é especialmente importante para os leigos que assumem responsabilidades públicas, solidários com a vida dos povos. Por isso, propomos o seguinte:
>
> a) Apoiar a participação da sociedade civil para a ré-orientação e conseqüente reabilitação ética da política. Por isso, são muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável;
> b) Formar na ética cristã que estabelece como desafio a conquista do bem comum a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados, como as mulheres e os jovens, a partir do reconhecimento de sua dignidade. Por isso, é necessário trabalhar por uma cultura da responsabilidade em todo nível que envolva pessoas, empresas, governos e o próprio sistema internacional.
> c) Trabalhar pelo bem comum global é promover uma justa regulação da economia, das finanças e do comércio mundial. É urgente prosseguir no desendividamento externo para favorecer os investimentos em desenvolvimento e gasto social, prever normas globais para prevenir e controlar os movimentos especulativos de capitais, para a promoção de um comércio justo e a diminuição das barreiras protecionistas dos poderosos, para assegurar preços adequados das matérias primas que os países empobrecidos produzem e de normas justas para atrair e regular os investimentos e serviços, entre outros.
> d) Examinar atentamente os Tratados inter-governamentais e outras negociações a respeito do livre comércio. A Igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais consequências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população.

> e) Chamar todos os homens e mulheres de boa vontade a colocar em prática princípios fundamentais como o bem comum (a casa é de todos), a subsidiariedade, a solidariedade intergerencial e intragerencial.

Veja que a igreja continua preocupada com a humanidade sobre os assuntos econômicos e sociais, pois tudo isto pode abalar drasticamente o comportamento dos indivíduos na sociedade. Assim como quando a igreja participava do governo e criticava abertamente a cobrança dos juros e o chamava de usura na época. Desde os primórdios até hoje, a igreja se faz presente, aconselhando e orientando todos os cristãos. Deste modo ressalta (TRESE, 1999 p. 134)

> Com tudo isto, vê-se bem que consideramos a Igreja de um ponto de vista apenas externo. Assim como um homem é mais do que o seu corpo físico, assim a Igreja é infinitamente mais do que a mera organização exterior visível. O que torna o homem um ser humano é a alma. E é a alma da Igreja o que a torna, além de uma organização, um organismo vivo. Assim como a inabitação das três Pessoas divinas dá à alma a vida sobrenatural a que chamamos graça santificante, assim a inabitação da Santíssima Trindade dá à Igreja a sua vida inextinguível, a sua perene vitalidade. Já que a tarefa de santificar-nos (que é própria do Amor divino) se atribui ao Espírito Santo por apropriação, é Ele quem nós designamos por alma da Igreja, desta Igreja cuja Cabeça é Cristo.

Num mundo atual onde as pessoas pensam apenas no individualismo e a partilha praticamente inexiste entre as classes sociais, neste particular (TROSTER, 2002, 72) menciona parte da obra de Karl H. Marx: "um modelo econômico para demonstrar que o capitalismo explorava necessariamente a classe trabalhadora e como essa exploração conduziria, inevitavelmente, à sua destruição".

Com tudo, devemos ter ética cristã nos negócios, conforme menciona o documento de Aparecida e explicitado por (VERTAMATTI, 2011 pp. 72-74) em sua obra que todos falam sobre ética desde políticos e religiosos.

> Por outro lado, os negócios têm sido realizados, cada vez mais e principalmente em função da globalização, das inovações tecnológicas e do rápido processo de comunicação, bem como da interdependência global, realizados de maneira muito rápida, com mudanças na forma de processar estes negócios em constante mutação. Não há como negar que tudo o que acontece em qualquer parte do mundo acaba

> afetando a todos. É o caso, por exemplo, da grande poluição dos países desenvolvidos e, agora, também dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). (...)
>
> Temos uma população bastante expressiva, mas que poderá ser honestamente sustentada, se tomarmos as providências imediatas, quem sabe para termos frutos em duas ou três décadas; providências estas que giram em torno de uma mudança drástica na utilização da energia, migrando de uma energia altamente poluidora para uma energia sustentável; que procura reflorestar grandes áreas devastadas em vários continentes, em especial no Brasil; que sugere a implantação de sistemas com a completa reutilização de materiais consumidos, bem como de alimentos e dejetos. Esta sustentabilidade deve ser praticada em todos os níveis da sociedade, nas residências, escolas, igrejas, governos e, acima de tudo, nas nossas indústrias. (...)
>
> Sabemos que os efeitos causados pelo homem ao clima podem ser catastróficos para todas as nações, inclusive as ricas e que a solução dos problemas depende de todos, de todas as nações. E, os efeitos das diferenças de renda, muitas vezes absurdas, fazem hoje, mais do que no passado, que povos migrem e tentem encontrar alternativa de vida em países mais abastados. (...) Neste ambiente em que vivemos hoje, ou nós nos preocupamos com os nossos negócios, mas voltado para o todo, para o conjunto, para a responsabilidade social, em fim para a sustentabilidade do planeta como um todo, ou vamos fracassar.

Neste contexto cria-se a idéia do "TER" entre os indivíduos e assim idéia da partilha pouco praticada entre a humanidade, na Sagrada Escritura em HEBREUS (13, 16) temos: "Não vos esqueçais da prática do bem e da partilha, pois estes são os sacrifícios que agradam a Deus." Por consequente Chiara Lubrich em 1991 apresentou um projeto que mostrava uma alternativa real ao capitalismo, chamado Economia de Comunhão (EdC). Deste modo a EdC nasce de uma espiritualidade de comunhão, expressão do dom "carisma" da unidade na vida civil; conjuga eficiência e fraternidade; acredita na força do dar e da espiritualidade para transformar o comportamento econômico; não considera os pobres como um problema, mas como um valioso recurso para o Bem Comum.

Ao propor um modelo de organização em rede baseado em princípios éticos e religiosos, que prega a cooperação entre os agentes, o respeito às leis e ao meio ambiente e o apoio a projetos sociais.

Portanto a economia resume-se a uma restrição ou estudo da escassez, em outras palavras, produzir o máximo de bens e serviços com recursos escassos disponíveis a cada sociedade. Logo, o conceito de escassez econômica deve ser entendido como situação gerada na produção de bens com recursos escassos ou limitado, a fim de satisfazer as ilimitadas necessidades humanas.

Neste contexto a sustentabilidade econômica esta relacionada ao conceito de desenvolvimento sustentável como ambiental, social e politica. A EdC cria um elo de igualdade na finalidade criar organizações empresariais baseadas na cooperação, em princípios éticos e religiosos, com respeito às leis vigentes, à sociedade e ao meio ambiente. As empresas de EdC distribuem (livremente) o lucro para três fins específicos: competitividade empresarial e sua consequente viabilidade econômica; difusão do projeto de Economia de Comunhão; e auxílio a populações carentes por meio de obras sociais.

No **Capítulo I** – Estrutura Metodológica: A construção do conhecimento – localiza-se a metodologia empregada pela sustentação das investigações presentes nessa tese.

No **Capítulo II** – História do pensamento econômico na sociedade – a construção do individualismo na economia: Mostrando desde 2.000 anos antes de Cristo até os tempos atuais, as principais teorias econômicas dando ênfase ao individuo e a construção do individualismo na sociedade. Mostrando uma ligação entre as teorias dos cientistas econômicos com o impacto na economia atual.

No **Capítulo III** – Economia de comunhão (EdC) – surgimento e conceito econômico para nova economia: compilando os principais fatos do surgimento do EdC na Itália a sua atuação no mundo através de movimentos ecumênicos, em especial os Focolares.

No **Capítulo IV** – A comunhão a caminho da razão de desprender: expondo os motivos pelo quais este seria a salvação da economia de mercado conforme anuncio realizado pela ONU na apresentação do EdC na entidade. A proposta de subvenção econômica, alinhada a estratégia com a politica fiscal. A idéia central, não é alterar as politicas governamentais, mas sim utilizar deste meio para movimentar a economia e, por conseguinte auxiliar os excluídos do sistema econômico e em sua última etapa ajudar na distribuição de renda do país.

.

CAPITULO I

ESTRUTURA METODOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Desta forma destaca (OLIVEIRA, 2002) que a ciência compreende praticamente todas as áreas do saber humano, relacionados com fatos ou acontecimentos e reunidos por fundamentos que são as normas.

Trata-se do conhecimento, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeitos de um acontecimento qualquer, no qual o estudioso se apresenta a revelar a veracidade dos fenômenos e suas aplicações práticas.

É uma maneira de ciência sistemática, dos fatos da natureza, dos elementos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se atingir a uma reunião de conclusões válidas, lógicas, exatas, comprováveis por meio da pesquisa e dos testes.

De acordo com os especialistas, qualquer questão que possa ser pesquisado pelo homem pelo emprego do método científico e de outras normas específicas de pensamento pode ser denominada de ciência.

No universo acadêmico, produzir ciência é essencial para todos porque é por via dela que se encontra e se inventa. Por meio da ciência e da tecnologia é que temos os sistemas de comunicação, o computador, fibras ópticas, meios de transportes complexos, ferramentas cirúrgicas de alta precisão, equipamentos na área de engenharia, energia nuclear, complexos sistemas de produção, aviões, foguetes, materiais bélicos, controle das pragas e crescimento da produtividade no setor agropecuário, entre outros.

Nos dias de atuais, várias áreas da ciência se acrescentam de tal forma que estudiosos de áreas distintas podem se consagrar a um mesmo tipo de problema, com pontos de vista diferenciados. Em virtude da justaposição de determinadas áreas, tem sido muito difícil se estabelecer limitações de onde começa uma ciência e onde acaba a outra. Do ponto de vista do conhecimento - gnosiologia - o conhecimento é o espelho e a

reprodução do objeto do nosso raciocínio. Dessa forma, na ação do conhecimento participam os sentidos, a razão e a intuição.

A maior dificuldade em acreditar é saber qual delas é a origem, a nossa base principal de conhecimentos. Com correlação ao lugar e à importância dos sentidos, da razão e da intuição, há desacordos de opiniões entre os maiores pensadores sobre a questão e, na história da filosofia, aparecem diversas doutrinas a respeito.

Deriva do grego a expressão ciência - *scire* - que indica conhecer. Significava, de uma forma geral, para os gregos, todo o saber criticamente fundamentado. Dessa forma, todo o fruto da indagação racional fazia parte integrante de um único saber e a ciência não se diferenciaria da filosofia.

Nos dias de hoje, a ciência distingue-se das outras maneiras de conhecimento, concebendo um nível intermediário entre o conhecimento banal - o ínfimo indicado - e o mais alto, que é a própria filosofia, exceção feita aos aspectos especiais qualificativos como é o caso das ciências jurídicas, filosóficas e outras. Para tanto, destaca (BARROS, et al., 2007 p. 02):

> Assim, a metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade científica do saber obtido.
>
> A metodologia no quadro geral da ciência é uma "meta ciência", isto é, um estudo que tem por objeto a própria ciência e as técnicas específicas de cada ciência. Pode-se perguntar: de que forma ela estuda o método geral da ciência?
>
> Sabemos que ela estuda os métodos científicos sob os aspectos descritivos e da análise crítico-reflexiva. Assim é que, ao abordar o processo científico, a metodologia da ciência, além de descrever o que são os métodos indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo, inclui outros procedimentos que levam à formulação de hipóteses, elaboração de leis, explicações e teorias científicas, fazendo também uma análise crítica deles.
>
> Por meio da metodologia científica, aluno, professor e pesquisador conseguem um contato mediador do conhecimento pelo questionamento construtivo e reconstrutivo do objeto de pesquisa, possibilitando a colocação do saber no plano sócio histórico e ético-político.
>
> A metodologia é, pois, o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. Não procura soluções, mas escolhe maneiras de encontrá-las, integrando o que se sabe a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas.

> Essa “meta ciência” tem interesse pelo estudo, descrição e análise dos métodos e lança esclarecimentos sobre seus objetivos, utilidades e consequências, ajudando-nos a compreender o próprio processo da pesquisa científica. Isso porque, quando analisada em termos de construção teórica, ela pode ser vista como uma abstração, porém é necessário ressaltar a proximidade entre “conhecer” e “intervir”, dimensão que a metodologia operacionaliza por meio das mediações com a realidade e a efetivação dos métodos, técnicas e processos.

Para uma tese acadêmica, (GIL, 2009) mostra que a distribuição das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é bem útil para a afirmação de seu padrão teórico, ou seja, para permitir uma aproximação conceitual. Contudo, para considerar os fenômenos do ponto de vista baseado na experiência, para conferir a visão teórica com os elementos da realidade, toma-se imperativo balizar um exemplo conceitual e operativo da observação.

Na literatura científica do idioma inglês, esse padrão recebe a denominação de *design*, que pode ter significado como desenho, designo ou delineamento.

Desses três termos, o mais apropriado é delineamento, já que bem exprime as idéias de modelo, sinopse e plano.

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Como o delineamento exprime em linhas gerais a concepção da pesquisa, com evidência nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, torna-se possível, na prática, classificar as pesquisas segundo o seu delineamento.

O componente mais valioso para a identificação de um delineamento é o procedimento assumido para a coleta de dados. De tal modo, podem ser determinados dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são contribuídos por indivíduos. No primeiro conjunto, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, está a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso.

Neste último conjunto, além disso, gerando certa contestação, podem ser contidas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

1. Projeto para o desenvolvimento da pesquisa

A economia repousa sobre os atos humanos e é por excelência uma ciência social. Apesar da tendência atual é de se obter resultados cada vez mais precisos para os fenômenos econômicos é quase que impossível se fazer análises puramente frias e numéricas, isolando as complexas reações do homem no contexto das atividades econômicas.

Deste modo economia é uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas. Neste contexto a natureza é limitada dos recursos da sociedade (restrição física de recursos). Para tanto acrescenta (HUBBARD, et al., 2010 p. 71):

> Como a economia se baseia no estudo das ações de indivíduos, ela é uma ciência social. A economia é, portanto, similar a outras disciplinas das ciências sociais, como psicologia, ciência política e sociologia. Como uma ciência social, a economia considera o comportamento humano - particularmente o comportamento de tomada de decisões - em todos os contextos, não somente no contexto dos negócios. Os economistas estudam questões como a razão pela qual as pessoas têm dificuldade em perder peso ou em alcançar outros objetivos desejáveis, como as famílias decidem o número de filhos que terão e por que as pessoas muitas vezes ignoram informações relevantes ao tomar decisões. A economia também tem muito a contribuir com questões de política governamental. Como veremos ao longo deste livro, os economistas desempenham um importante papel na formulação de políticas públicas em áreas como meio ambiente, saúde e pobreza.

Contudo afirma Cassel apud (GASTALDI, 2005) que para tal fim, o indivíduo abre mão de uma atividade preparatória, a qual simula a criação dos meios que o dirigirão a tal *desideratum*[1]. Provém daí o afirmar-se que a economia é fundamentalmente uma atividade preparatória, com o propósito de permitir uma satisfação de necessidades futuras, isto é, supondo que a consecução de um fim para o futuro. Precisamos aguçar, porém, que nem todas as necessidades interessam à economia, por exemplo, aquelas de

[1] Palavra latina, neutro de desideratus, -a, -um, particípio passado de desidero, -are, sentir a falta de, perder, desejar, esperar, procurar

natureza meramente psíquica, como as motivadas pelos sentimentos religiosos, ou, ainda, aquelas para as quais há uma quantidade interminável de matérias e forças.

Como compreendemos, a economia é uma ciência fortemente dominada pelo princípio da escassez ou da raridade, daí o referir-se que são econômicas apenas aquelas atividades que se exercem sob a condição de uma possibilidade limitada da satisfação das necessidades. Neste contexto, menciona (PINHO, et al., 2004 p. 15):

> Numa economia privada de livre iniciativa, nenhum agente econômico (indivíduo ou empresa) se preocupa em desempenhar o papel de gerenciar o bom funcionamento do sistema de preços. Preocupam-se em resolver isoladamente seus próprios negócios. Procuram apenas sobreviver na concorrência imposta pelos mercados, tanto na venda e compra de produtos finais como na dos fatores de produção. Esse jogo econômico é todo baseado nos sinais dados pelos preços formados nos diversos mercados, como um sistema de semáforos para controlar o trânsito. Todos correm riscos, porém riscos previstos. O futuro é incerto, mas as prospecções se apoiam nas probabilidades de ocorrência, daí o risco estimado. O lucro pode ser o prêmio pelo risco assumido.
> Acontece que todos agindo dessa forma egoísta, no conjunto, resolvem inconscientemente os problemas básicos da coletividade.

Acrescenta ainda (FILHO, 2008), o efeito de tal aprimoramento técnico revelou-se por um violento aumento da produtividade em todos os setores da atividade econômica, com a apropriada utilização de um número cada vez mínimo de trabalhadores. Isso acabou provocando um duplo efeito: a concentração de capital em condição monopolista tornou-se quase uma obrigatoriedade para a sobrevivência das corporações, e processou-se em uma escala internacional. E a obrigação dê-se assumir um plano econômico global, para impedir que se indicasse um espaço entre as curvas da oferta e da demanda, revalorizou o papel intervencionista do Estado, nas áreas centrais do sistema.

Nessa tese abrangeremos melhor a discussão da individualidade na economia e o aumento da concentração de riqueza e a diminuição da renda. Nesta esfera, temos um impacto na sustentabilidade econômica na sociedade.

1.1.Procedimentos utilizados

A pesquisa teve o propósito analisar a influência do EdC nas comunidades existentes, mostrando suas atividades. Com objetivo de observar o trabalho e seu impacto na economia local e se possível à sustentabilidade. E por final gerar uma proposta inovadora no conceito da Economia sustentável com aplicação do EdC em escala maior, ou seja, utilizando o Estado como meio de expansão do serviço prestado a sociedade. Neste contexto, elucidar a sua constituição e formação na sociedade, bem como aonde são aplicados os recursos oriundos de doações jurídicas e físicas. A forma de controle e atuação em conjunto com o movimento dos Focolares no mundo e as famílias atendidas, como poderá ser observada no anexo desta tese.

Algumas hipóteses nortearam a realização dessa pesquisa:

1. O novo panorama da economia para (QUARTANA, et al., 1992)**,** resumida na termo economia de comunhão, recomenda uma revisão profunda da cultura econômica, para defini-la como economia do dar. E o perfaz precisando que o ponto de partida (e, ao mesmo tempo, a finalidade última da economia) é o bem comum da coletividade e, mais estritamente, da família humana em geral. Isso significa que com a perspectiva da economia de comunhão não se quer somente abordar o âmbito da economia em sentido estrito ou técnico, mas também na esfera social mais ampla, ou seja, de organização da sociedade e da vida no seu interior.

Trata-se, pois, de um fato social que, considerado no plano internacional, envolve a globalidade das relações entre povos e países, orientando-as na direção de formas de solidariedade ampliada, tanto em relação aos sujeitos quanto em relação aos objetos ou campos de intervenção.

2. O homem moderno para (BRUNI, et al., 1999) não tem conseguido expandir os instrumentos e as competências para enfrentar essa complexidade, sem diminuir a mesma de modo fatal. O modelo do Desenvolvimento sustentável põe-se, por conseguinte, diante de um novo desafio: temos necessidade de uma nova cultura. Mas o próprio Desenvolvimento sustentável deixa em aberto uma interrogação: em que deve consistir essa nova cultura?

3. Nesta proposta inclui uma subvenção fiscal – no mesmo modo adotado por alguns países no momento da crise de 2008 – esta estaria vinculado as empresas e as comunidades do EdC. Assim sendo, conseguir um melhor desenvolvimento da região por meio desta politica. O controle desta proposta seria o Estado – Empresa Comunidade; por meio da Governança Corporativa.

Note-se que este conjunto de dificuldades tem sua importância relativa, porém, esta não esgota os embaraços que estão envolvidos nesta pesquisa. Há várias razões de por que elas são essenciais, precisam ser explicitadas, e por que teria de ser tratadas num texto desta natureza.

Colabora (LEITÃO, et al., 2006) que em síntese, poderíamos crer na afirmativa de Gui (2002,120 e 171), "visto que a vida econômica é, desde sempre, fonte privilegiada de oportunidade de oportunidades de relação", "as redes de relações informações entre os cidadãos (...) têm efeitos econômicos tangíveis, compráveis, por exemplo, aos de uma estrada que facilita a atividade comercial".

Note-se que este conjunto de dificuldades tem sua importância relativa, porém, esta não esgota os embaraços que estão envolvidos nesta pesquisa. Há várias razões de por que elas são essenciais, precisam ser explicitadas, e por que teria de ser tratadas num texto desta natureza.

Para (ANDRADE, 2009 p. 119) compreende-se por metodologia: "é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento". Desta forma a pesquisa teve como coleta primaria (coletados em relatórios de pesquisa, livros, teses e outros documentos já disponíveis). Na atual observação, foram empregados os seguintes procedimentos:

1.2.Levantamento bibliográfico

O estudo será fundamentado em parte em pesquisa bibliográfica (fontes secundárias), por fornecer dados já consagrados para solucionar um problema de investigação ou obter informações a partir da utilização de conhecimentos advindos de matéria impressa ou digital.

A pesquisa bibliográfica tem por intenção julgar os diversos formatos de contribuição científica que se concretizaram sobre certo contexto ou fenômeno.

Para concretizar uma análise bibliográfica é importante que se pratique um levantamento dos assuntos e tipos de abordagens consagradas, assimilando as considerações e empreendendo os circunstancias publicado. Contribui (OLIVEIRA, 2002 p. 119) sobre pesquisa bibliográfica:

> O levantamento bibliográfico é mais amplo do que a pesquisa documental, embora possa ser realizado simultaneamente com a pesquisa de campo e de laboratório. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.
>
> Normalmente o levantamento bibliográfico é realizado em bibliotecas públicas, faculdades, universidades e, especialmente, naqueles acervos que fazem parte do catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais. Além de a pesquisa documental ser realizada em bibliotecas, pode ser feita em institutos e centros de pesquisas, museus, acervos particulares, bem como em locais que sirvam como fonte de informações para o levantamento do documento, no sentido de possibilitar o encontro de uma série de informações para comprovar a existência ou não de uma determinada hipótese que é ou foi objeto de estudo de outros pesquisadores e que, a partir dali, o pesquisador passa a somar uma série de informações, com a finalidade de elaborar o seu projeto de pesquisa.
>
> De forma geral, a pesquisa bibliográfica acaba se transformando em rotina para os pesquisadores e profissionais que necessitam de constante atualização.

1.3.Pesquisa documental

Para (LAKATOS, et al., 2010), os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, procedentes dos próprios órgãos que efetuaram as anotações. Juntam todos os elementos, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem enquadrar como fonte de conhecimento para a pesquisa científica. Podem ser localizados em arquivos públicos ou particulares; deste modo como em fontes estatísticas reunidas por órgãos oficiais e particulares. Somam-se aqui como fontes não escritas: fotografias, gravações, imprensa falada (televisão e rádio), desenhos, pinturas, canções, indumentárias, objetos de arte, folclore etc.

Assim sendo foram utilizados documentos do movimento Focolares de Mariapólis para assimilar melhor o conceito do EdC, assim como participar por alguns dias do cotidiano vivido por esta comunidade inserida no EdC.

1.4.Pesquisa exploratória

Estas pesquisas para (GIL, 2009) têm como propósito harmonizar com o problema, com vistas a torná-lo mais claro ou a fundar hipóteses. Pode-se referir que estas pesquisas têm como objetivo principal o aperfeiçoamento de pensamentos ou a descoberta de intuições. Seu projeto é, por conseguinte, muito flexível, de modo que aprove o conceito dos mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado. Na maior parte dos casos, essas estudos envolvem:

(a) levantamento bibliográfico;

(b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;

(c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Ainda que o projeto de pesquisa exploratória seja muito flexível, na maioria dos casos adota a forma de pesquisa bibliográfica. Assim sendo, finaliza (OLIVEIRA, 2002 p. 135):

> Os estudos exploratórios têm como objetivo a formulação de um problema para efeito de uma pesquisa mais precisa ou, ainda, para a elaboração de hipóteses.
>
> Além desses, os estudos exploratórios podem ter outros aspectos, tais como o de possibilitar ao pesquisador fazer um levantamento provisório do fenômeno que deseja estudar de forma mais detalhada e estruturada posteriormente, além da obtenção de informações acerca de um determinado produto.
>
> Possibilita, ainda, o levantamento de situações econômicas de uma determinada faixa do mercado consumidor. Selltiz "analisa que às vezes existe uma determinada tendência do pesquisador em subestimar a importância de uma pesquisa exploratória e levar em consideração tão-somente o trabalho científico". Aponta o pesquisador, que o trabalho experimental, para ter a sua devida importância em termos de valor teórico ou social, necessita de um cuidado mais aprofundado em relação àquilo que é tido como experimental. Essas significações só podem resultar de exploração adequada das reais dimensões do problema que a pesquisa tenta revelar.

Neste item, fora pesquisado no Centro de Estudos Filadelfia, onde consultei algumas teses e dissertações publicadas no Brasil, além de documentos relativo ao EdC e o movimento Focolares. No qual administra uma comunidade nas proximidades de Vargem Grande Paulista. Ainda em Mariapólis, tive a oportunidade de conversar com a profa. Licia Paglione, no qual tinha terminado de escrever sobre a felicidade na economia

de comunhão, onde relata que homem necessita de compartilhar seus sentimentos e sobre economia carismática. No qual orientou a dar um norte nesta pesquisa. Também consultei o prof. Dr. Marcos Mucheroni (ECA/USP), no qual contribui sobre o crescimento do EdC frente a esta nova perspectiva no qual menciono nesta tese. Nesta reunião tive a oportunidade de conhecer um prof. Português no qual faz sua pesquisa na USP/ECA. Ambos contribuíram no sentido de controle dos recursos caso o Estado venha a participar deste projeto – assunto comuns – como exemplo, contabilidade social no EdC e Governança Corporativa, sendo esta defendida no Congresso de 50 anos no Brasil.

CAPITULO II

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA SOCIEDADE – A CONSTRUÇÃO DO INDIVIDUALISMO NA ECONOMIA

No longo período da primeira fase da Antiguidade, os fatos econômicos surgiam naturalmente e a atividade econômica era ainda rudimentar. Não se podia imaginar de economia social naquelas sociedades ainda não estruturadas e sem um intercâmbio constante ou regular de bens e serviços. Os agrupamentos humanos ainda não se haviam impregnado das características de sociabilidade. As sociedades familiares ainda se encontravam em fase embrionária. Quando o nomadismo tribal passou a ser substituído pela fixação dos primeiros grupos nas sociedades patriarcais, surgiu o direito de propriedade na economia agrária.

2. A economia na antiguidade

Respeitáveis institutos jurídicos e econômicos tiveram suas origens nessa fase a perder-se na nebulosa do tempo. O ano sétimo, aplicado à agricultura, continha uma sábia prática, a da alternância nas culturas, com o repouso da terra, e com isso garantindo-se a manutenção do solo. O direito do primogênito à herança assegurava a integridade territorial da propriedade, evitando o seu parcelamento ou pulverização em áreas menores. Também já se comprovavam inúmeras ocupações, dentro de uma rudimentar especialização do trabalho, sendo que o Novo Testamento registra muitas indústrias e ocupações. Conforme diz (GASTALDI, 2005 p. 36):

> No reinado de Salomão, a braços com a construção de obras públicas, como estradas e pontes, foi criada uma espécie de tributo, na forma de obrigação de trabalho (corvéia). Mais tarde surgia o dízimo, cobrado em espécie, para ajudar os pobres, e a capitação, pagamento feito pelos homens, para sustento do Templo. Quando os hebreus foram subjugados, tinham de pagar impostos e tributos aos faraós egípcios e aos persas. O dízimo se fundamentava na capacidade de pagar, e a capitação era aplicada sobre os homens, independentemente de seus bens pessoais.

> Começavam a surgir desigualdades de bens e riquezas, condenadas por Isaías, que também denunciou seu uso supérfluo, na forma de adornos e joias.

Menciona (FEIJÓ, 2001) a implicação maior do forte predomínio da tradição cultural na vida econômica é a impossibilidade de se identificar uma recorrência de fatos econômicos que possam ser racionalmente entendidos. Os preceitos que ditam a atividade produtiva nessa sociedade são de natureza cultural e podem não obedecer a nenhum critério racional. Nela, a visão de um mundo metafísico de mitos e deuses comanda ações econômicas ordinárias. Com isso, todas as dimensões culturais permeiam o fenômeno puramente econômico e não se pode separá-lo delas, mesmo para fins analíticos. No período histórico em que surgem teorias econômicas verdadeiramente compreensivas, versando sobre os principais temas ligados à produção, à troca e às políticas públicas, os fatos econômicos já se encontravam classificados num grupo de modo bastante autônomo da tradição. Isto possibilitou entender de acordo com a teoria o sistema econômico como um campo independente e movido por uma racionalidade que lhe é adequada.

As normas procedidas do Antigo Testamento foram-se concretizando e materializando num largo período, desde o ano 2500 até o ano 125 a.C. O Novo Testamento abrange cerca de um século, a partir do nascimento de Cristo. Esses tempos bíblicos representam um dos maiores espaços de tempo registrados pela história escrita da humanidade.

Nessas eras mais recuadas na História, já é possível deparar-se com conceitos variados de propriedade, a partir da propriedade imobiliária ou das terras, quando as tribos nômades, vivendo da caça e da pesca, em atividade predatória, fixaram-se em cerras áreas, domesticando animais, semeando o solo e promovendo a criação. Nascia então a legalidade de propriedade, traduzida em pequenas áreas. O Antigo Testamento considerava as pequenas propriedades como a fonte principal do vigor dos agrupamentos humanos, embora alguns escritores desse Antigo Testamento houvessem condenado a posse permanente da terra, conforme se lê nos Salmos: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam" (24:1).

Gradualmente, foi-se fortalecendo a propriedade hereditária, não se permitindo a sua venda sem a aceitação de todos os membros da família, dando-se preferência ao parente mais imediato. (Um dos exemplos mais antigos de venda é citado por Jeremias 02:6-15), em que a compra de um campo é registrada na "terra de Benjamin, por 17 sidos de prata", com documento de compra devidamente testemunhado e selado de acordo com a lei e o costume.

Não apenas a propriedade, mas também as leis de herança foram esboçadas por Moisés, quando o filho mais velho, ou o primogênito, tinha a prioridade na reivindicação da propriedade herdada, conforme menciona (GASTALDI, 2005).

A definição que (GASTALDI, 2005) concede a palavra economia ou etimologicamente significa, é administração da casa para os antigos gregos ***Oikos***, deriva da palavra ***οικονομία*** do grego moderno. Para os gregos trata-se de um todo, como mulher, filhos, escravos, animais e pertences. Aristóteles adotava a expressão como economia particular ou doméstica, dizia ainda que poderiam existir diversas outras derivações para diversos setores; neste contexto para publico, províncias e politica.

A economia também tem sido objeto de apreensão das pessoas há muito tempo, sendo que os primeiros relatórios de natureza econômica de que se tem notícia datam da Grécia Antiga. Alguns filósofos gregos já inseriam em seus escritos enfoques da economia da sociedade em que viviam.

Escrevem em sua obra (SILVA, et al., 1997 p. 21), que:

> Aristóteles (384-322 a.C.) é considerado um dos primeiros pensadores econômicos. O aparecimento da moeda inspirou a discussão a respeito da "crematística natural", ou economia doméstica, e da "crematística não natural", ou economia mercantil, na sua obra denominada Política, (...).

"Desde a hora do nascimento" - registrou Aristóteles - "alguns estão designados à sujeição, outros ao controle", e nesta observação reúne-se não apenas o desprezo como também a indiferença com que os antigos filósofos olhavam o mundo trabalhador do período.

Ainda na Grécia, Platão (427 - 347 a.C.) e Aristóteles (384 - 322 a.C.), descreveram um estado a ser governado por filósofos, ratificavam a escravidão e preconizavam a diminuição das populações por uma depuração da raça, quer limitando os casamentos entre os menos dotados de bens ou riquezas, quer pela eliminação dos idosos ou das crianças deficientes, por eles considerados economicamente improdutivos.

3. Pensamento econômico desde os Romanos até a Idade Média

Após esta espaçosa etapa de demonstrações econômicas, vale observar que foram cinco grandes períodos na história da humanidade, caracterizando a lenta e gradativa evolução do pensamento econômico. Tais períodos foram descritos por (GASTALDI, 2005 p. 32):

> I) **Antiguidade clássica** (primeira fase), do ano 4000 ao ano 1000 antes da era cristã. Nessa fase situam-se China, Babilônia, Egito, Assíria, Mesopotâmia e outras civilizações. Também nessa fase é que situamos o período dos tempos bíblicos, com os ensinamentos e procedimentos consignados no Antigo Testamento, do ano 2500 ao ano 100 a.C., e no Novo Testamento, no primeiro século da era cristã.
> Il) **Antiguidade** (segunda fase), abrangendo a civilização greco-romana e indo do ano 1000 a.C. até a queda do Império Romano do Ocidente (ano 476 de nossa era).
> III) **Idade Média** (500 a 1500), período conhecido por era medieval ou feudalismo.
> IV) **Mercantilismo** (do século XVI ao XVIII), fase da Renascença e na qual começa a configurar-se o capitalismo, nas suas formas comercial e financeira.
> V) **Revolução Filosófica e Industrial** (1750 a 1850), quando se estrutura o pensamento econômico, com base no racionalismo filosófico e nas invenções mecânicas, dando origem ao capitalismo industrial. Nessa fase do pensamento econômico é que surgem os precursores da ciência econômica, com a denominada Fisiocracia ou Escola Fisiocrata, seguida pelos economistas Clássicos ou Liberais, quando nasce a ciência econômica com a obra do seu fundador, Adam Smith (1723-1790).

A contribuição de Roma para o pensamento ocidental não pode ser comparada à da Grécia. Que enricou a civilização com sua literatura, filosofia, escultora, com instituições políticas e administrativas. Os romanos foram principalmente estadistas, juristas e construtores de impérios.

Menciona (ROSSETTI, 1987), já os pensadores de Roma dedicaram-se mais ao Direito, e suas contribuições no terreno da Economia prendem-se, sobretudo a apontamentos sobre as atividades agrícolas. Catão condenou as grandes propriedades e sugeriu novos sistemas para repartição das terras. Varrão indicou o retorno aos campos, "como meio de evitar o empobrecimento das massas e do Estado". Columela e Paladio preocuparam-se com o declínio da atividade agrícola e aconselharam a diversificação da produção.

Os organizadores (PINHO, et al., 2004 p. 26) apontam que:

> Na Antiguidade romana, igualmente, não houve um pensamento econômico geral e independente, embora a economia de troca fosse mais intensa em Roma do que na Grécia. A unidade econômica do vasto império, mantida por meio de notáveis redes rodoviárias e de intensa navegação, transformara Roma em centro de afluência dos produtos de todas as províncias, estimulando as transações comerciais e a criação de companhias mercantis e sociedades por ações. Mas as preocupações dos romanos limitaram-se fundamentalmente à política, de modo que sua contribuição à economia foi quase nula.

Anteriormente ao século V a.C., Roma à época de Aristóteles ainda não era uma cidade poderosa. Sua comunidade aristocrática separava os homens entre nobres e plebeus, havendo em cada uma das classes uma ampla subdivisão de grupos classificados pela riqueza. A partir de então, essa cidade começa a incrementar um crescente poderio até se constituir no maior império da antiguidade em extensão e riqueza, que perdurou cerca de mil anos, até sua completa desintegração entre 535 e 540 de nossa era. Desta forma (FEIJÓ, 2001 p. 33) menciona em sua obra:

> O desenvolvimento do império romano acompanha a decadência da civilização helênica pela dispersão de seus povos, instabilidade política e guerras internas. Após ter sido subjugada pelos reis da Macedônia, a Grécia é por fim anexada ao império de Roma em 146 a.C. Toda a orla do mar Mediterrâneo teve esse mesmo destino. A conquista dos povos mediterrânicos fez parte da estratégia da aristocracia romana que por meio da pilhagem, do comércio e de deportações em massa logrou grande êxito em seu enriquecimento. O poder está nas mãos dos grandes proprietários que dominam a Assembleia Centurial em detrimento das outras classes sociais já em 312 a.C. O regime republicano mantém-se coeso graças a concessões calculadas que vão sendo paulatinamente feitas à plebe e ao combate encarniçado contra os escravos rebelados sob a liderança de Sálvio, Atenião e Espártaco, em diferentes momentos, até a derrota definitiva desses movimentos em 71 a.C. O período áureo de Roma ocorre na fase imperial que se estabelece em 27 a.C. com a tomada do poder por Augusto. As liberdades políticas são abolidas e um Senado, sem poder, fornece os quadros dirigentes de governadores de províncias e generais.
>
> Nessa fase, uma intensa atividade econômica verifica-se espalhada pelo império. A elite de Roma desenvolve hábitos sofisticados e de toda parte afluem bens de consumo na satisfação de seus desejos. O comércio entre regiões desenvolve-se, adotam-se moedas para intermediar as trocas.

A queda de Roma coincidiu com o nascimento do Cristianismo, que surgiu da derrota do Império Romano, transformando a soberba cidade dos césares em centro do maior

movimento revolucionário no mundo, legalmente reconhecido pelo imperador Constantino, no ano 311, então vivendo na nova sede do estado, em Constantinopla. Desde modo (GASTALDI, 2005 p. 43) menciona que a igreja:

> O Cristianismo trouxe um novo conceito da dignidade humana ao condenar a escravatura e ao defender a fraternidade entre os homens. Do mesmo modo condenava a acumulação de riquezas e a exploração dos menos afortunados. Tais ensinamentos eram verdadeiramente revolucionários, contrapondo-se ao pensamento grego e romano, favorável à escravidão e contrário aos princípios da dignidade do trabalho e das ocupações.
>
> A Igreja passou a exercer grande influência civilizadora, disseminando as artes, o saber e exaltando as virtudes. Muitos entendem de modo contrário, julgando que esses dez séculos caracterizam uma fase obscurantista na história.

A Igreja fez-se presente, com os seus rigorosos princípios de justiça comutativa, preceituando regras garantidoras tanto para o comprador como para o vendedor. As mercadorias deviam ser vendidas pelo preço mais aproximado ao seu custo de produção (*justum pretium*). Os salários, por representarem elemento principal nesse custo, deviam, também, ser o quanto possível justo, garantindo ao proletário um salário digno, de modo a mantê-lo em sua própria classe social. Também o lucro devia ser justo, coibindo os excessos de concorrência, a exploração e as práticas monopolista. (FEIJÓ, 2001 p. 42), deixou claro em livro:

> No período final do Império Romano floresce a doutrina do cristianismo em sua fase primitiva. Os evangelhos do Novo Testamento difundem uma ética herdada da tradição judaica. Cristo perpetuou e difundiu essa tradição ao pregar certa indiferença em relação à sociedade e defender o caminho da salvação da alma pela caridade e combate ao egoísmo dos homens ricos. A **ganância e o individualismo** de uma sociedade atomizada são substituídos pela visão idílica de unidade social por meio da correção ética de seus membros. Cristo realça a dignidade fundamental do homem ao pregar a igualdade de todos perante Deus. Isso certamente trouxe implicações em termos de uma nova visão dos processos econômicos em que a escravidão é condenada e o trabalho passa a ser visto como uma atividade digna. O apóstolo Paulo fazia a exaltação ao trabalho, estabelecendo entre seu grupo diminuto de cristãos o princípio da obrigação de trabalhar e da repartição dos bens pela contribuição dada. O acúmulo de riquezas é reprovado e o cristão ideal, reforçado em muitas passagens do Evangelho de Lucas, deve procurar repartir seus bens.

No mesmo livro (GASTALDI, 2005) menciona a iniciativa da indústria advém do progresso do comércio, e com a junção dessa atividade estimulou a expansão econômica. Com término da Idade Média, com as descobertas, surgia o comércio mundial e o capitalismo moderno.

Portanto, foi na Idade Média, conhecida por era medieval, com prevalência do sistema feudal (feudalismo), que nascia o capitalismo. Em sua primeira fase, tipicamente de natureza agrária, não se avistaram grandes surtos econômicos. A produção era manufatureira, estando a cargo dos artífices ou artesãos. Pelas dificuldades de transporte, os agrupamentos sociais exercitavam uma economia de autossuficiência, não havendo preocupações por riquezas, pois a moral religiosa continha os excessos de bens e a ostentação.

A Igreja proibiu a cobrança de juros sobre os empréstimos, com base nos ensinamentos e na doutrina eclesiástica. Afirmando que "o finalidade do dinheiro é servir à sociedade e promover a troca de bens necessária à condução da vida". Para (PINHO, et al., 2004 p. 27):

> (...) A Igreja procurou "moralizar" o interesse pessoal, reconheceu a dignidade do trabalho (manual e intelectual), condenou as taxas de juros, buscou o "justo preço", a moderação dos agentes econômicos e o equilíbrio dos atos econômicos. Mas o pensamento econômico medieval, de caráter eminentemente prático, também era dependente: da subordinação à filosofia ou à política, na Antiguidade Clássica, passara a ser orientado pela moral cristã. A partir da metade do século XV, entretanto, essa subordinação religiosa seria substituída pela preocupação metalista.

Os teólogos estavam inquietos com a reconstrução dos fundamentos éticos da Economia. A antiga visão, medieval, havia subordinado a conduta econômica privada tanto à salvação individual como às necessidades da sociedade como um todo. Os teólogos argumentavam que a vida na terra era apenas um prelúdio para a eternidade: princípios morais tinham de imperar em todas as tarefas humanas. Isso significava que em qualquer relação humana, incluindo as econômicas, o homem devia ter sempre em mente as leis de Deus. A Igreja sabia que as pessoas precisavam: comer, vestir-se e abrigar-se e que as atividades de produção e distribuição tinham de ser realizadas, mas era necessário situá-las em uma perspectiva correta; a salvação era a razão única de viver e isso jamais podia ser esquecido. A busca de riqueza em benefício próprio era uma atividade pecaminosa, uma vez que desviava a

atenção da salvação e da condução de uma vida moralmente correta. Desta forma (FUSFELD, 2003 p. 13) menciona:

> Mesmo assim, o crescimento dos negócios e do comércio a partir do século XI obrigou os teólogos a conciliarem-se com o novo modo de vida, orientado para o mercado. As relações entre as pessoas tornavam-se crescentemente moldadas pelos mercados de bens, pelos preços, pelos altos e baixos das condições de negócios e não mais pelos princípios morais religiosos; mesmo a Igreja estava-se envolvendo cada vez mais nos negócios. Os teólogos católicos perceberam claramente que os preços de mercado, muito mais do que os princípios morais, estavam exercendo fortes influências nas relações humanas. Eles começaram a procurar, então, por um fundamento ético para as trocas de mercado - o preço justo.

Nas questões econômicas, como de fato em todos os aspectos da cultura e da teologia, destaca-se o nome de São Tomás de Aquino[2], o mais importante pensador escolástico do século XIII, que marca ria com suas idéias todo o período restante da Idade Média. Tomás de Aquino pode ser visto como um divisor de águas entre os dois períodos medievais que estamos considerando. A sombra de sua autoridade em filosofia e religião ainda hoje se faz presente. Para (FEIJÓ, 2001 p. 51):

> Pode-se dizer que em Aquino o valor depende da necessidade ou prazer diante da escassez. A ordem natural dos bens corresponde ao plano do criador e discutir a importância relativa que eles adquirem nessa ordem é prerrogativa da teologia. A Economia discute o modo como os homens avaliam a importância dos bens e Aquino afirma que o fazem comparando as utilidades atendidas por cada bem nos respectivos montantes em que estão disponíveis. Na esfera econômica, e não na natural como em Magno[3], os preços são determinados pela indigentia. (...)
>
> Ambos interpretam os preços como um processo de equilibração e encontram uma variável básica reguladora do valor, custos em Magno e indigentia em Aquino, mas também consideram o papel, embora secundário, da outra variável em foco. Mesmo aceitando as similaridades entre eles, é importante reconhecer que suas nuanças interpretativas da Ética a Nicômaco, ponto de partida de toda análise do valor no ocidente, deram origem a diferentes tradições."
>
> A introdução do elemento "necessidade" na fórmula dos preços por Aquino foi um primeiro passo para o desenvolvimento de uma análise da demanda. Entretanto, ele

[2] São Tomás de Aquino, presbítero e doutor. Foi um dos teólogos mais influentes de todos os tempos. Ele foi canonizado em 1323 e declarado Doutor da Igreja pelo Papa Pio V.
[3] Santo Alberto Magno, também conhecido como Alberto de Colônia, Bispo de Regensburg e Doutor da Igreja.

> ainda estava longe de compreender o mecanismo de mercado. Aquino considerava a economia como estando submetida ao fato moral, mas já percebia que as forças de mercado não poderiam ser analisadas.

Os conceitos econômicos tomistas não se limitam à questão teórica do valor. Aquino teceu inúmeras elucidações éticas sobre a vida em sociedade. Todas as relações econômicas e sociais para ele emanam da providência divina. A divisão social de trabalho e papéis individuais é necessária e para tanto se tornam indispensáveis às distinções socioeconômicas, que todos os homens devem aceitar. Os que são agraciados pela riqueza devem usá-la para prestar serviços à comunidade. A riqueza e a instituição da propriedade privada são validadas como uma condição para o auxílio aos pobres. O homem rico que não presta serviços à sociedade deve ser nivelado ao ladrão comum. Para inibir a acumulação desenfreada de riquezas, a usura deve ser proibida, pois o juro é o ganho a custa dos semelhantes. Desta forma (FILHO, 2008 p. 65):

> O caminho natural - o recurso ao crédito com o desenvolvimento do sistema bancário encontrava-se, em parte, bloqueado pela Igreja. Esta combatia a usura, encarando-a como a pior maneira de lucrar, uma vez que o único fim do dinheiro era satisfazer as necessidades dos consumidores, sendo, portanto estéril, e não devendo pois frutificar. E ainda que a Igreja tivesse evoluído de sua postura original de que nenhum cristão devesse ser mercador, para uma concepção em que o comércio era visto como uma necessidade para promover o bem-estar comum, assegurando vantagens para o comprador e para o vendedor, essa evolução, na verdade, não incentivou seu desenvolvimento. Ela introduziu a noção do preço justo, visto como a determinação do custo da produção pelo que fosse necessário para a manutenção do produtor, o que acabou redundando na idéia de que só deveriam trocar mercadorias que contivessem quantidades iguais de trabalho e custo.

Os cristãos da época não cumpriam à risca esses preceitos religiosos, uma vez que eram os lombardos e os naturais de Cahors (cidade do sul da França) os principais tomadores de dinheiro, normalmente sob a penhora de bens imóveis como garantia da operação e a uma taxa de juros da ordem de 40%. Contrariando essas proibições, os bancos acabaram desenvolvendo-se, e a atividade bancária cresceu ao ponto que conhecemos hoje.

O fim do domínio muçulmano sobre o Mediterrâneo, a partir das Cruzadas, ampliou as possibilidades de comércio daquelas unidades políticas e econômicas representadas pelos feudos. Os escravos da gleba passavam à condição de arrendatários, a

produção apresentava excedente, - (ou seja, tinham que produzir primeiramente para os donos da terra e depois produzir os bens para sua venda) - a comunicação ampliavam-se, facilitando a troca entre os feudos, surgiam novas cidades, e a economia urbana, a assinalar a segunda fase medieval, a partir do ano 1000, multiplicava a produção e a especialização de funções pelo incremento da divisão do trabalho. A economia monetária substituía a economia natural, das trocas diretas. O trabalho também assumia as características atuais, ou seja, remunerado.

Menciona (GASTALDI, 2005 p. 45), que:

> Na fase da economia urbana medieval ocorreu um incremento artesanato, pela crescente especialização dos trabalhadores. Patrões e empregados, então denominados mestres e artífices, conviviam fraternalmente.
> As relações entre o capital e o trabalho eram praticamente familiares e a economia da época obedecia a rígidos princípios morais, emanados da doutrina canônica e dos doutores da igreja.

O salario tornava-se uma regra e a produção começou a centralizar-se em grandes grupos de estrutura complexa. Em muitos casos os salários eram fixados pelos governantes da cidade ou pela autoridade eclesiástica, sendo rigorosas as penas contra a especulação ou as praticas fraudulentas no comercio, especialmente as praticas monopolistas (nascia o motivo do lucro). No qual declara (FEIJÓ, 2001 p. 54):

> Há um entendimento crescente ao longo da Idade Média de que o valor é um conceito que depende tanto dos custos de produção, destacadamente do trabalho, quanto de fatores de demanda, tais como necessidades, desejos, indigentia e renda dos consumidores. Friemar e Buridan já caminharam em direção a uma síntese entre os dois lados da oferta e demanda. No começo do século XIV, passos importantes em direção à síntese, que só seria completada muito depois, foram dados pelos escritos do monge francês da ordem franciscana Geraldo Odonis (1290-1349). Ele percebeu que o trabalho humano é um componente importante para o valor, mas que essencialmente o valor dos bens é conferido pela sua raridade (em latim *raritas*).

Há uma diferença que necessita ser notado, os trabalhos diferem entre si no que fere a sua qualidade. O que determina as mudanças de qualidade no trabalho é o grau de eficiência dispensada nas diversas habilidades produtivas dos homens. Odonis cria uma teoria também para explicar as diferenças de salários.

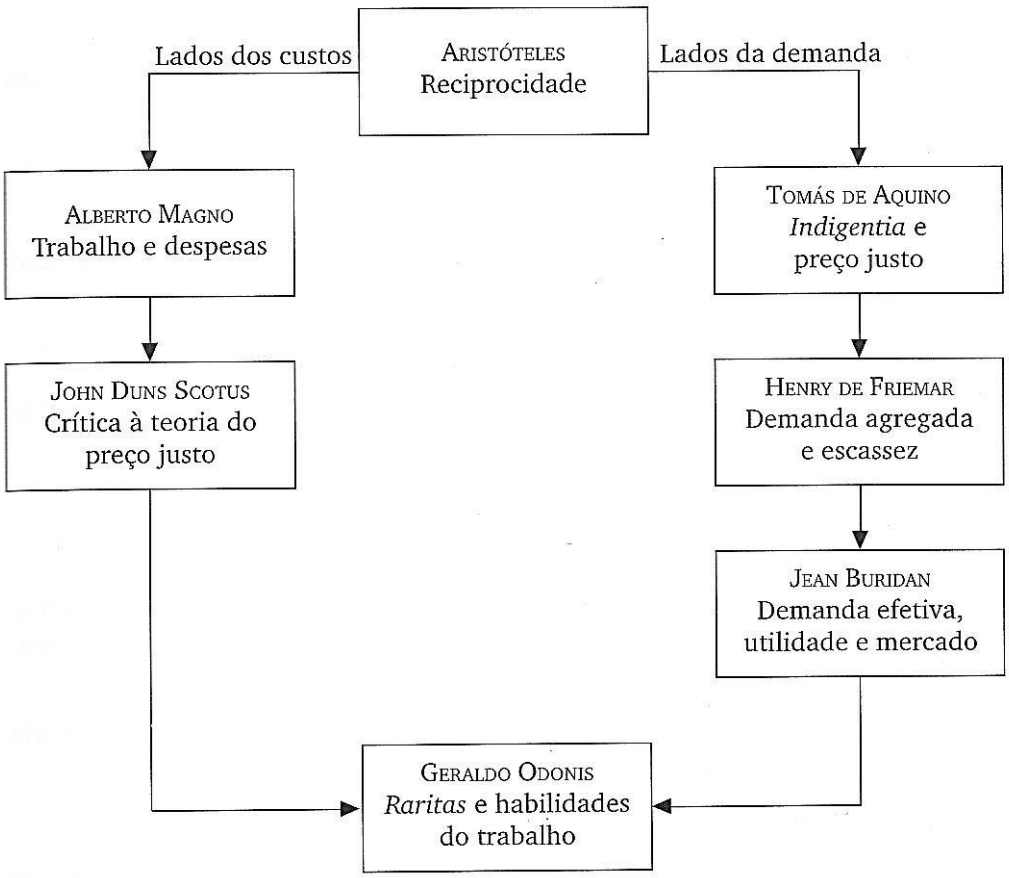


Figura 1: Interpretação do *valor econômico nos autores medievais.* (FEIJÓ, 2001 p. 55).

> Munidos de diferentes habilidades, os homens situam-se dentro de um espectro de eficácias relativas, adquiridas a um custo diferenciado. Como todo tipo de trabalho é escasso, dada a escassez de habilidades, os produtos obtidos por ele também o são. O trabalho escasso, ao restringir a produção de bens, gera a escassez. É por isso que o trabalho regula o valor. Assim, tanto a teoria dos custos quanto a da demanda são componentes de um princípio único no modelo de Odonis.

Ainda que falte uma maior articulação analítica de conceitos, a solução de Odonis destaca-se por incorporar conceitos de demanda e custos na questão do valor. Tais modelos integram os dois enfoques, cairão em certo esquecimento no século XVIII pela ênfase unilateral dos economistas ingleses na teoria do valor-trabalho.

4. Precursores clássicos da economia.

Como fora visto, na Idade Média, principalmente do século XI ao XIV, surgiu à atividade econômica regional e inter-regional, generalizaram-se as trocas urbanas e rurais, o comércio mediterrâneo teve novo impulso. A Igreja Católica procurou "moralizar" o interesse pessoal, reconheceu a dignidade do trabalho (manual e intelectual), condenou as taxas de juros, buscou o "preço justo", a moderação dos agentes econômicos e o equilíbrio das ações econômicas. Todavia o pensamento econômico medieval, de caráter eminentemente prático, também era dependente: da subordinação à filosofia ou à política, na Antiguidade Clássica, passara a ser orientado pela moral cristã. A partir da metade do século XV, entretanto, essa subordinação religiosa seria substituída pela preocupação metalista.

Menciona (HUNT, 2005 p. 27), que:

> Essa interpretação do comportamento humano é expressa nas obras de muitos pensadores importantes da época. Muitos filósofos e teóricos sociais começaram a afirmar que todo ato humano estava relacionado com a autopreservação e que, por isso, era egoísta, no sentido mais puro do termo. “O nobre inglês Robert Filmer ficou muitíssimo espantado com o grande número de pessoas que falava de “liberdade natural da humanidade, uma opinião nova, plausível e perigosa”, com implicações anarquistas.” Leviathan, de Thomas Hobbes, publicado em 1651, articulou objetivamente uma opinião, bastante difundida, de que todos os motivos humanos advinham de um desejo por tudo que promovesse o "movimento vital" do organismo (homem). (...) As doutrinas individualistas e egoístas foram ansiosamente defendidas por esses homens e começaram a dominar o pensamento econômico, até mesmo entre os mercadores. Um historiador meticuloso afirma que "quase toda a política (...) mercantilista pressupunha que o interesse próprio governava a conduta individual".

Com a Reforma veio à liberalização do dogma religioso, não mais podendo a Igreja se interpor no caminho do crescimento do comércio e dos negócios. A Igreja fez concessões, mas não podia abandonar seus princípios básicos. A Economia e a religião tornaram-se finalmente coisas separadas de outra fase do pensamento construída essencialmente sobre atividades formadoras de riqueza. “As práticas econômicas passavam a abrir o seu próprio caminho em um emaranhado de teologia, ensinamentos éticos e conceitos legais de justiça, de modo a assentar as bases da análise e do pensamento econômico independente” (John Fred Bell).

Destaca (HUNT, 2005 pp. 27-28), ainda,

> Um dos exemplos mais importantes desse individualismo e dessa filosofia de classe média foi a teologia protestante, que surgiu com a Reforma. Os novos capitalistas da classe média queriam ter liberdade, não só em relação às restrições econômicas que atrapalhavam a produção e o comércio, mas também em relação ao' opróbrio moral que a Igreja Católica tinha associado aos seus motivos e às suas atividades. "O protestantismo não só os libertou da condenação religiosa, como também acabou transformando em virtudes os motivos pessoais, egoístas e aquisitivos que a Igreja medieval tanto desprezara."
>
> Os principais mentores do movimento protestante estavam muito próximos da posição católica, em questões como a usura e o preço justo. Na maioria das questões sociais, eram profundamente conservadores. (...) Contudo, apesar do conservadorismo dos fundadores do protestantismo, essa visão religiosa contribuiu para a influência crescente da nova filosofia individualista. O princípio básico do protestantismo, que preparou o terreno para as atitudes religiosas que deveriam aprovar as práticas econômicas da classe média, era a doutrina de que os homens eram justos pela fé e não pelas obras. A Igreja Católica ensinava que os homens se tornavam bons pelas obras, e isso implicava, em geral, cerimônias e rituais.

Discorre (HUNT, 2005), que a doutrina protestante da justificação pela fé afirmava que os motivos eram mais importantes que os atos ou os rituais específicos. A fé era "nada mais que a verdade do coração". Todo homem tinha que perguntar a si mesmo se seus atos se originavam de um coração puro e da fé em Deus; todo homem tinha de se julgar a si próprio. Essa confiança individualista na consciência particular de cada um atraía muitíssimo os artesãos da nova classe média e os pequenos comerciantes:

Para elucidar esta afirmativa e não fugir do contexto, (RATZINGER, 2006 p. 38) afirma que:

> O Antigo Testamento como um todo não se entendia como uma "fé", e sim como "lei". Ele é em primeiro lugar uma ordem de vida, na qual, no entanto, o ato da fé adquire uma importância cada vez maior. A religiosidade romana, por sua vez, entendeu por "religio", sobretudo a observância de determinadas formas e praxes rituais. Para ela não é decisivo que se faça um ato de fé em elementos sobrenaturais; tal ato poderia mesmo faltar por completo, sem que isso se constituísse em infidelidade contra a religião: sendo basicamente um sistema de ritos, é natural que a observância cuidadosa deles constitua o elemento decisivo.

“Foi com essa insistência na interpretação da vontade de Deus pelo próprio indivíduo que os “puritanos procuraram espiritualizar os (novos) processos econômicos” e acabaram acreditando que “Deus tinha criado o mercado e a troca”“. Todavia, não levou muito tempo até que os protestantes expusessem um dogma que esperavam que viesse a ser aceito por todos. Entretanto, o novo dogma era radicalmente diferente das doutrinas medievais. Os novos ensinamentos enfatizavam a necessidade de sair-se bem em seu caminho pela Terra como o melhor caminho para agradar a Deus e ressaltavam a diligência e o trabalho duro.

A velha desconfiança cristã das riquezas traduziu-se numa reprovação da extravagância e da dissipação desnecessária da riqueza. Assim, a ética protestante ressaltava a importância do ascetismo e da frugalidade abstêmia.

Deste modo temos o nascimento do Mercantilismo conforme menciona (GASTALDI, 2005 p. 47):

> Foi com essa insistência na interpretação da vontade de Deus pelo próprio indivíduo que os "puritanos procuraram espiritualizar os (novos) processos econômicos" e acabaram acreditando que "Deus tinha criado o mercado e a troca". Todavia, não levou muito tempo até que os protestantes expusessem um dogma que esperavam viesse a ser aceito por todos. Entretanto, o novo dogma era radicalmente diferente das doutrinas medievais. As novas doutrinas enfatizavam a necessidade de sair-se bem em sua passagem pela Terra como o melhor caminho para agradar a Deus e ressaltavam a diligência e o trabalho duro.
>
> A antiga desconfiança cristã das riquezas traduziu-se numa condenação da extravagância e da dissipação desnecessária da riqueza. Assim, a ética protestante ressaltava a importância do ascetismo e da frugalidade abstêmia.

3.1 MERCANTILISMO

O Mercantilismo pode ser compreendido como as teorias e as praticas de intervenção estatal na economia. Embora descrições mercantilistas possam ser localizadas em períodos anteriores, como nas seguidas proibições inglesas da exploração de metais preciosos do país durante o século XV, ele só se torna norma geral, comuns a todos Estados europeus, durante a depressão do século XVII.

A economia particularista da sociedade medieval, a partir do fortalecimento das comunidades nacionais, e a cisão ocorrida no universalismo do poder espiritual da Igreja, decorrente da Reforma e da expansão do mundo pelas descobertas e a revolução técnica, determinaram o declínio do feudalismo como sistema de produção. Novos métodos na agricultura, a acumulação do capital comercial pelo incremento do comércio internacional, o surgimento da figura do empresário ou do grande mercador que estabelecia novos processos de produção, substituindo pequenas unidades isoladas e métodos primitivos de transformação, modificaram por completo o principio até então predominante em matéria de criação e circulação das riquezas. A organização mercantil passou a ser o centro da atividade ou da vida econômica, e a riqueza, o centro da vida social.

Transcrevem importantes marcas (PINHO, et al., 2006 pp. 47-48), para o inicio do Mercantilismo.

> • **transformações intelectuais** - com o Renascimento e sua magnífica floração artística (Leonardo da Vinci, Michelangelo, Rafael, Ticiano e outros) e literária, ocorreu a laicização do pensamento, o retorno aos métodos de observação e de experiência, a difusão de novas idéias por meio da imprensa (Gutenberg imprimiu a primeira Bíblia em 1450);
>
> • **transformações religiosas** - trazidas principalmente pelo movimento da Reforma, em especial a implantada por Calvino e pelos puritanos anglo-saxões, que exaltavam o individualismo e a atividade econômica, condenavam a ociosidade, justificavam os empréstimos a juros, a busca do lucro, o sucesso nos negócios;
>
> • **transformações do padrão de vida** - marcadas pela reabilitação teológica da vida material em relação ao ascetismo e, consequentemente, pelo desejo de bem-estar, de alimentação requintada (com o uso de especiarias, do açúcar), de habitações confortáveis e arejadas (que implicavam a necessidade de decoração dos interiores, com móveis trabalhados, quadros, tapeçarias, louças finas), de viagens inter-regionais, que contribuíram para a propagação das novas maneiras de viver e de pensar;
>
> • **transformações políticas** - com o aparecimento do Estado Moderno, coordenador dos recursos materiais e humanos da nação, aglutinador das forças da nobreza, do clero, dos senhores feudais, da burguesia nascente;
>
> • **transformações geográficas** - decorrentes da ampliação dos "limites do mundo", graças às grandes descobertas (sobretudo a bússola) e aos esforços para desenvolver a navegação (em especial dos soberanos portugueses, como o infante D. Henrique, o Navegador): Bartolomeu Dias dobrou o cabo das Tormentas (1487), Colombo desembarcou em Guanahani (1492), Vasco da Gama atingiu as Índias (1498), Cabral chegou ao Brasil (1500), Magalhães empreendeu, pela primeira vez, uma viagem de circunvegação, concluída por seu lugar-tenente Sebastião del Cano

> (1514), Cortez conquistou o México (1519-1521), Pizarro dominou a terra dos Incas (1531) etc.;
>
> • transformações econômicas - o afluxo à Europa de metais preciosos, provenientes do Novo Mundo, provocou o deslocamento do eixo econômico mundial: os grandes centros comerciais marítimos não mais se limitavam ao Mediterrâneo, estendendo-se também ao Atlântico e ao Mar do Norte (Londres, Amsterdã, Bordéus, Lisboa etc.). O aparecimento de interessantes idéias sobre a moeda possibilitou a elaboração da concepção metalista, base do Mercantilismo: o ouro e a prata passaram a ser considerados os mais perfeitos instrumentos de aquisição de riqueza.

A principal preocupação econômica do mercantilismo era a busca do pleno emprego. A nação poderosa deveria usar todo o seu território para atividades produtivas na agricultura, na mineração e na manufatura. Os trabalhadores devem ser encorajados a manterem-se empregados. O desemprego era visto como resultado da preguiça do trabalhador e era tratado como um problema social. Assim, os pobres desempregados deveriam ser em tese, auxiliados pela sociedade. O problema do desemprego, da mendicância e da marginalidade tornou-se particularmente importante na época do mercantilismo. As recentes transformações por que passara as economias da Europa ocidental não favoreceram o emprego. Diante do exposto (HUNT, 2005 p. 25) destaca a lei aprovada na Inglaterra:

> As "Leis dos Pobres", aprovadas em 1531 e 1536, procuraram enfrentar os problemas do desemprego, da pobreza e da miséria, generalizadas na Inglaterra. A primeira essas leis procurou fazer uma distinção entre pobres "com merecimento" e "sem merecimento"; só os primeiros tinham permissão de mendigar. A segunda lei estabeleceu que cada paróquia, em toda a Inglaterra, seria responsável pelos seus pobres e que a paróquia deveria, por meio de contribuições voluntárias, manter um fundo para os pobres. Isso se revelou inteiramente inadequado, e o problema da pobreza foi ficando cada vez mais grave.
>
> Finalmente, em 1572, o Estado aceitou o princípio de que os pobres teriam de ser mantidos por recursos tributários e estabeleceu um "imposto para os pobres compulsório". Em 1576, foram autorizadas a funcionar "casas de correção" para os "vadios incorrigíveis", tendo-se tomado providências no sentido de as paróquias comprarem matérias-primas para serem trabalhadas pelos pobres e vadios mais tratáveis. Daquela época até o fim do século XVI, foram aprovados muitos outros estatutos dos pobres.
>
> A Lei dos Pobres, de 1601, foi a tentativa dos Tudor consolidarem aquelas leis de forma coerente. Suas disposições principais incluíam o reconhecimento formal do

> direito de os pobres receberem auxílio, a imposição de contribuições em nível de paróquias e o tratamento diferenciado para várias classes de pobres.

Com base no debate anterior, podemos concluir que a época do mercantilismo inglês se caracterizou pela aceitação, segundo o espírito da ética cristã paternalista, da idéia de que o estado tinha a obrigação de servir à sociedade, aceitando e desincumbindo-se da responsabilidade pelo bem-estar geral. Os vários estatutos aprovados naquele período concordavam-se na idéia de que a pobreza, em vez de ser um pecado pessoal, era função do sistema econômico. Reconheciam que as vítimas das deficiências do sistema econômico deveriam ser alvo dos cuidados daqueles que delas se beneficiavam.

3.2 FISIOCRATAS

No século XVIII, uma nova escola de pensamento econômico que surgiria na França, a fisiocracia, elaborou alguns trabalhos importantes. Os fisiocratas defendiam que a terra era a única fonte de riqueza e que havia uma ordem natural que fazia com que o universo fosse regido por leis naturais, absolutas, imutáveis e universais, desejadas pela Providência Divina para a felicidade dos homens. François Quesnay foi o destaque em sua época, autor da obra *Tableau Écotiomique*, o primeiro a separar a economia em setores, mostrando a inter-relação dos entre os mesmos. Apesar de os trabalhos dos fisiocratas estarem permeados de considerações éticas, foi grande sua contribuição à análise econômica. O *Tsbleeu Économique* de Quesnay foi aperfeiçoado e transformou-se no sistema de circulação monetária *input-output* criado no século XX (anos 40) pelo economista russo, naturalizado norte-americano, Wassily Leontief, da Universidade de Harvard.

Na verdade, a fisiocracia nasceu como reação ao mercantilismo, sugeria que era desnecessária a regulamentação governamental, pois a lei da natureza era soberana, e tudo o que fosse contra ela seria derrotado. A função do soberano era servir de intermediário para que as leis da natureza fossem cumpridas.

A riqueza para os fisiocratas consistia em bens produzidos com a ajuda da natureza (fisiocracia significa "regras da natureza") em atividades econômicas como a agricultura, a pesca e a mineração. Portanto encorajava-se a agricultura e exigia-se que as pessoas empenhadas no comércio e nas finanças fossem reduzidas ao menor número possível. Em um mundo constantemente ameaçado pela falta de alimentos, com excesso de

regulamentação e intervenção governamental, a situação não se ajustava às necessidades da expansão econômica. Só a terra tinha capacidade de multiplicar a riqueza.

Aponta (HUNT, 2005 p. 33), que:

> Os fisiocratas achavam que as sociedades eram governadas pela lei natural e que os problemas da França eram devidos à incapacidade de seus dirigentes compreenderem essa lei natural e ordenarem a produção e o comércio de acordo com ela. Quesnay formulou um modelo simples de como uma sociedade deveria ser estruturada, a fim de refletir a lei natural, e, com base nesse modelo, os fisiocratas advogavam a reforma política: a abolição das guildas e a remoção de todas as tarifas, impostos, subsídios, restrições e regulamentações existentes que prejudicassem a indústria e o comércio. Propuseram a substituição da agricultura em pequena escala e ineficiente, então vigente, pela agricultura capitalista em grande escala. Mas a proposta de reforma pela qual os fisiocratas são mais lembrados foi a recomendação de que toda a renda do governo fosse obtida através de um único imposto, para todo o país, sobre as atividades agrícolas (por razões que ficarão claras na discussão subsequente).
>
> As reformas estavam destinadas a ser inatingíveis, porque os fisiocratas não questionavam o direito da nobreza feudal de receber a renda de suas terras, enquanto a nobreza percebia - bastante corretamente - que os esquemas fisiocratas levariam ao empobrecimento da classe proprietária de terras e à ascensão da classe capitalista.

Deste modo, a influência dos fisiocratas foi basicamente intelectual e não política. Algumas das idéias expressas no *Tableau Economique* de Quesnay iriam tomar-se, depois, muito importantes na literatura econômica.

Um dos destaques de Quesnay é ressaltado em (PINHO, et al., 2004 p. 66):

> Quesnay assume que os proprietários gastem metade da sua renda com o setor agrícola e a outra metade com o setor industrial. Esse é o primeiro movimento. Assim, os empresários dos dois setores vendem parte da sua produção para os proprietários. Seguindo a suposição de gastos feita sobre a classe dos proprietários, Quesnay afirma que os empresários agrícolas irão gastar metade dessa receita comprando produtos do seu próprio setor, e a outra metade, produtos do setor industrial. Da mesma forma, os empresários do setor industrial irão gastar metade da sua receita inicial com produtos industriais e a outra com produtos agrícolas. Ora, isso gera um novo montante de receitas para os empresários dos dois setores, que irão gastar da mesma forma que a anterior, metade no seu próprio setor, metade no outro. Mas essa nova onda de gastos, entre setores e dentro deles, gera nova receita que, por sua vez, vai ter o mesmo destino com compras entre os dois setores e dentro deles, sempre naquela proporção.

> Note-se, porém, que a cada rodada os gastos são proporcionalmente menores e, assim, também as receitas auferidas pelos empresários. Portanto, o processo de compra e venda entre setores tende a zero.

O interesse individual foi levado às últimas consequências, tanto que as suas compreensões teóricas partiam da hipótese de que o interesse pessoal, para encontrar o que lhe é mais vantajoso, deve ser deixado entregue a si mesmo, e que o justo preço depende da livre concorrência. Compreendiam, ainda, que, sendo os fenômenos econômicos de ordem natural, a vida econômica se organiza naturalmente. A fisiocracia foi, assim, uma doutrina organicista[4] e naturalista, influenciada pelo racionalismo do século XVIII, essencialmente libertário. Como resultado de ordem prática, decorrida do princípio da prevalência da agricultura como fonte de riqueza, decorreu a teoria do imposto único, que deveria incidir sobre a renda da terra, na modalidade de tributo territorial.

Finalizando, para os Fisiocratas, a riqueza de uma nação dependia de sua capacidade de produção e não de suas reservas de ouro e prata. Deste modo dar-se-á os estudos sobre forças reais que permitem o desenvolvimento econômico.

3.3 ADAM SMITH (1723-1790)

Comenta (FUSFELD, 2003), Smith nasceu em Kirkcaldy, Escócia, em 1723, poucos meses após a morte de seu pai. Levou uma infância comum e tranquila e, aos 14 anos, entrou na Universidade de Glasgow. Sua ótima atuação lhe garantiu uma bolsa de estudos em Oxford, onde permaneceu por seis anos, desmotivado pelo que ele considerava como baixo nível de atividade intelectual e pela imoralidade de seus colegas. Em 1751, foi lecionar na Universidade de Edimburgo e, no ano seguinte, tornou-se professor de Lógica em Glasgow quando, de modo repentino, uma oportunidade apareceu. O jovem professor, no ano seguinte, tornou-se disponível uma vaga para a cadeira de Filosofia Moral - a disciplina preferida de Smith - e ele foi nomeado para o cargo. Ensinava Ética, tendo seu livro Teoria dos Sentimentos Morais sido publicado em 1759. Para o leitor moderno, a obra parece um pouco ultrapassada, mas interessante. A idéia fundamental é que os sistemas éticos desenvolvem-se por meio de uma ação natural a partir de relações pessoais individuais - uma visão que reflete o interesse do século XVIII pelas leis naturais. O indivíduo decide se certas ações são corretas

[4] Doutrina médica que atribui toda a doença à lesão de um órgão.

ou incorretas pela observação das reações dos outros a sua conduta. Um consenso social desenvolve-se, então, consolidando os padrões de comportamento que beneficiam tanto a sociedade como o indivíduo. Este processo equivale a uma teoria anterior da ação humana "orientada em direção ao próximo".

Definem (PINHO, et al., 2004 pp. 30-31), a idéia de Smith:

> (...) Confiava Smith no egoísmo inato dos homens e na harmonia natural de seus interesses: todo individuo se esforça, em seu próprio beneficio, para encontrar o emprego mais vantajoso para o seu capital, qualquer que seja ele – o que conduz, naturalmente, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade; o constante e ininterrupto esforço de todo homem para melhorar sua própria condição é frequentemente bastante poderoso para manter a marcha natural das coisas no sentido da melhoria, a despeito da extravagância do governo e dos piores erros da administração.
>
> Para Smith, Deus (ou a natureza) implantou no homem certos instintos, entre os quais o de "trocar": este, mais a tendência de ganhar mais dinheiro e de subir socialmente conduzem o trabalhador a poupar, a produzir o que a sociedade precisa e a enriquecer a comunidade. Os homens são "naturalmente" assim.
>
> Se o governo se abstiver de intervir nos negócios econômicos, a "Ordem Natural" poderá atuar. Mas, como os fisiocratas, Srnith não afirmava que fosse ela espontânea: era um fim que deveria ser alcançado.

Destaca ainda (FUSFELD, 2003), que o problema-chave da filosofia social do século XVIII era como a ordem social podia sair do caos potencial de uma sociedade individualista. O problema surgia porque a difusão da economia de mercado, que entrava profundamente na vida cotidiana das pessoas comuns, estava gradualmente eliminando os padrões medievais de status social e obrigações definidas.

Na época medieval, toda pessoa fazia parte de um ou mais grupos organizados, cada qual com seus direitos e obrigações. A doutrina religiosa dizia que existia uma ordem natural universal, determinada por Deus, que escorava tanto a ordem natural como a da sociedade. Se muitos trabalhavam para sustentar os poucos que governavam e muitos lutavam, enquanto outros rezavam, era porque Deus havia estabelecido uma ordem social para executar todas essas tarefas necessárias.

Apesar disso, o sistema social medieval estava sendo superado e, em meados do século XVIII, havia quase desaparecido em cidades movimentadas como Londres, voltadas, em grande medida, para o comércio internacional, para atividades bancárias e financeiras e

para o enriquecimento. O que tomaria o lugar de um sistema social organizado em grupos e em direitos e deveres preestabelecidos? A sociedade poderia de fato funcionar sendo composta apenas de unidades individuais - e egoístas - seguindo sua própria vontade, em que um tenta vencer os outros? Como a harmonia social poderia ser atingida nesse ambiente de caos individualista? Perguntas chaves da época! Na Inglaterra a iniciativa individual e a inovação estavam-se tornando um fenômeno de massa.

Ilustra (GASTALDI, 2005 p. 52):

> O trabalho também havia sido elevado a mais alta dignificação e as relações entre ele e o capital eram amistosas. Com a vitória do liberalismo teve início, por coincidência, a era das invenções técnicas e o aperfeiçoamento do industrialismo; o trabalho passou a ser considerado como simples mercadoria, sujeita, como as demais, às oscilações da oferta e da procura. A cogitação máxima passou a ser a do rendimento do trabalho, sob quaisquer condições, por mais iníquas que fossem, e a do lucro em grande escala. O lema do mutualismo cristão do corporativismo passava a ser substituído pelo da exploração do homem pelo próprio homem.
>
> Para corrigir os abusos e os defeitos dessa situação econômica e social, abalada pela liberdade econômica, preconizada pelo protestantismo inglês e pela liberdade individual nascida com a Revolução Francesa, foi cogitada a socialização dos meios de produção e uma repartição mais equitativa das riquezas ou do produto social, para serem corrigidas as desigualdades econômicas, procurando-se novas fórmulas igualitárias, com base nas necessidades comuns.

Smith já era um renomado professor quando publicou sua obra mais famosa "A riqueza das nações", em 1776. O livro é um tratado muito abrangente sobre assuntos econômicos que vão desde as leis do mercado e aspectos monetários até a distribuição do rendimento da terra, concluindo com um conjunto de sugestões políticas.

Acreditava em uma visão harmônica do mundo real, que se se deixasse atuar a livre concorrência, uma "mão invisível" levaria a sociedade à perfeição, colocando todos os agentes, em sua busca de lucrar o máximo, e que acabam promovendo o bem-estar de toda a comunidade. É como se uma mão invisível orientasse todas as decisões da economia, sem necessidade da atuação do Estado. A defesa do mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação traria muitos benefícios para a coletividade, independente da ação do Estado. No caso de (HUNT, 2005 p. 58) que expõe:

> As obras de Smith, porém, impressionam o leitor por serem extremamente ambíguas, quando não contraditórias, quanto à questão do conflito de classes versus harmonia social, no capitalismo. Um argumento central, é o de que os proponentes da teoria do valor-trabalho veem o conflito de classes como algo de importância fundamental para a compreensão do capitalismo, enquanto a teoria do valor-utilidade vê a harmonia social como fundamental e leva, inevitavelmente, a uma versão do argumento da "mão invisível", de Smith. Só quando Smith abandonou a teoria do valor-trabalho é que ele pôde argumentar em favor da "mão invisível" e da harmonia social.
>
> Grande parte da análise de Smith, porém, deriva de sua perspectiva da teoria do trabalho. Assim, ele conseguiu argumentar que o trabalho era o único criador original de valor, que os trabalhadores tinham de dividir o produto de seu trabalho com duas classes, cuja fonte de poder e cuja reivindicação à renda não decorriam da produção de mercadorias, mas da propriedade; que a propriedade dava a algumas pessoas "o direito de colher o que não tinham plantado" e que a proteção dos direitos de propriedade pelo governo era, basicamente, uma "defesa do rico contra o pobre".
>
> Além disso, como vimos, Smith acreditava que os salários fossem determinados por uma luta econômica, social e política entre trabalhadores e capitalistas, na qual os capitalistas, quase sempre, levavam a melhor. Também sabia que os empresários usavam de todos os meios disponíveis para evitar a concorrência e garantir monopólios.

Smith destacou ainda os efeitos da acumulação dos lucros dos empresários, pois se converte maquinaria, o que permitirá maiores possibilidades de divisão de trabalho e de aumento de produção; portanto, conduziria a riqueza maior. Por isso que Smith via na acumulação dos lucros o motor que impulsiona a melhoria da sociedade.

Menciona (FEIJÓ, 2001) que, todo indivíduo sempre se empenha em descobrir a aplicação mais lucrativa de todo capital que possui. Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é o seu próprio ganho, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade.

Já que cada indivíduo procura, na medida do possível, aplicar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível à renda anual da sociedade. Em sua maioria, ele não pretende promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Propor-se apenas a seu próprio lucro e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a requerer um objetivo que não fazia parte de suas intenções.

3.4 THOMAS ROBERT MALTHUS (1766-1834)

Pastor protestante, escritor e professor de História e Economia Política. Estudou matemática em Cambridge. Redigiu o Princípio da População em 1798, com o qual ficou reconhecido. Em 1820, publicou os Princípios de Economia Política. Fora antagonista intelectivo de David Ricardo, embora existir uma grande amizade.

Destaca (PINHO, et al., 2004 p. 32) que, Malthus avançou um aspecto que Smith deixou inacabado:

> (...) a potência da população é infinitamente maior do que a potência da terra na produção de subsistência para o homem. E a mesma, quando não controlada, cresce a uma taxa geométrica. A subsistência só cresce a uma taxa aritmética. Um ligeiro conhecimento dos números mostrará a imensidão da primeira potência em relação à segunda.

Os acontecimentos mostraram que Malthus desdenhara o ritmo e o impacto do avanço tecnológico. Do mesmo modo, não lhe seria possível prever a revolução agrícola que viria alterar radicalmente a oferta de bens de alimentação, nem as práticas de limitação da fecundidade humana.

Menciona (HUNT, 2005 p. 70) ainda que:

> Era óbvio, para Malthus, que em nenhuma sociedade a população tinha crescido nesse ritmo durante muito tempo, porque, em muito pouco tempo, cada metro quadrado da Terra estaria habitado. Então, a questão central que ele procurou responder prendia-se às forças que tinham atuado para conter o crescimento da população no passado e quais as forças que, provavelmente, atuariam no futuro.
>
> A resposta mais imediata e óbvia era que a população de qualquer território era limitada pela quantidade de alimentos. Embora Malthus estivesse consciente de que, com mais trabalho e melhores métodos de produção de alimentos, os seres humanos poderiam aumentar o nível de produção de alimentos, afirmava que era quase certo que os aumentos conseguidos em cada geração seriam cada vez menores, em determinado território. Na melhor das hipóteses, achava que a produção de alimentos poderia aumentar em progressão aritmética, quer dizer, cada geração só poderia aumentar a produção em quantidade mais ou menos equivalente ao aumento conseguido pela geração anterior.

Diz ainda (HUNT, 2005); se não houvesse qualquer outro controle, a fome acabaria restringindo o crescimento populacional à taxa máxima segundo a qual pudesse ser aumentada a produção de alimentos; porém havia muitos outros controles. Às vezes, taxava esses controles em dois grupos: preventivos e positivos. Os controles preventivos diminuíam a taxa de natalidade; incluíam a esterilidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos.

Desenha (FEIJÓ, 2001 p. 163) alguns pontos da teoria de Malhus:

> Dada a existência dessa lei natural, para Malthus só restaria aos governos esperar pelo controle voluntário da procriação pelas famílias. Essa seria uma questão antes de tudo moral, trazida, quem sabe, pela educação, embora o próprio Malthus não revele muito otimismo de que as famílias, guiadas por imperativos morais, contivessem o ímpeto irresistível de reprodução. Malthus acredita nas leis irrevogáveis da natureza, mas asseverou que os homens deveriam tentar deliberadamente conter seus efeitos inaceitáveis.
>
> A ação da natureza não era tida como um mal em si mesma; tratava-se de um processo equilibrador necessário. Malthus defendia que os freios morais contivessem a procriação antes que a natureza, de modo bastante mais doloroso, o fizesse.
>
> Não cabe aqui examinar sistematicamente todos os pontos em que Malthus antecipou a teoria evolucionista de Darwin. Certamente, ele não punha em questão sua fé na doutrina criacionista, até porque foi sacerdote da Igreja Anglicana, e a teoria da evolução das espécies nem se colocava para ele. Além disso, é questionável até que ponto compartilhou a noção de progresso que seria, décadas depois, desenvolvida por Darwin. Destacam-se dois pontos principais, característicos do legado de Malthus, que seriam incorporados, tempos depois, na teoria de Darwin:
>
> 1. A crença nos processos espontâneos da natureza.
> 2. A necessidade de os homens ajustarem-se às condições ambientais. Ele não enfatiza como o mundo em nossa volta poderia ajustar-se a nossas necessidades, o ambiente adaptando-se à espécie e não o contrário, como tem sido estudado na moderna teoria evolucionista.

Explicita (SANDRONI, 1996): são dramáticos os apontamentos nos livros de História de sofrimentos das classes de menor renda nas grandes cidades: extensão da jornada de trabalho abrangendo mulheres e crianças para até 18 horas; grande número de desempregados; grande promiscuidade nas moradias, cada vez mais densamente resididas, o que facilitava enormemente o aparecimento de surtos, como as de cólera e tifo; miséria; morte em grande escala. Como paliativo para os graves problemas sociais, o governo inglês aprovou as “Leis dos Pobres”, que seriam colocadas em execução pelos oficiais das paróquias e pelos

magistrados. Nestas leis, um pobre poderia ser enviado a uma "casa de trabalho" (*workhouse*), onde receberia o indispensável para não falecer de fome. Era também da lei que nenhuma pessoa deveria ser acolhida em uma "casa" fora de sua paróquia.

Desta forma (FUSFELD, 2003 p. 55) relata que:

> Um dos problemas mais sérios que apareceu durante os anos de guerra contra a França dizia respeito à pobreza. Sempre houve pobres na Inglaterra, mas, tradicionalmente, na antiga sociedade aristocrática e rural, eram de responsabilidade de cada paróquia (comunidade). Esperava-se que com um imposto sobre os proprietários de terra se arrecadassem os fundos de auxílio àqueles incapazes de se sustentar sozinhos, cabendo à paróquia encontrar ocupação para aqueles que fossem capazes de trabalhar. Prevalecia uma filosofia do gênero "nobre dever" ou, como dizem os franceses, *noblesse oblige*[5].
>
> No entanto, este antigo sistema desfez-se. Os aumentos nos preços de alimentos, a revolução agrícola e os cercamentos da terra coletiva, que expulsaram muitos agricultores de seus pequenos lotes de terra, além da Revolução Industrial e do crescimento das cidades e da população, trouxeram à tona sérios problemas de pobreza. Os agricultores expulsos poderiam ter encontrado trabalho nas manufaturas de tecido, durante muito tempo uma ocupação rural, mas a industrialização destruiu essa oportunidade; na verdade, toda u (BALFSON, 2010)ma geração de camponeses perdeu seu meio de sustento com o surgimento das fábricas têxteis nas grandes cidades. O crescimento das forças armadas ofereceu uma alternativa para alguns jovens saudáveis, mas não era uma solução geral.

Discorre (FEIJÓ, 2001) que a para Malthus a conclusão parecia evidente, quando ele observou "que a falta de cuidado e de sobriedade... (predomina) entre os pobres". Observou que, "mesmo quando eles têm chance de economizar, raramente o fazem; pelo contrário; tudo o que ganham além de suas obrigações do momento é gasto, de modo geral, nos bares." Qualquer cidadão cristão, como Malthus, teria de concluir que, onde não houvesse contenção moral, a população seria contida pelo vício ou pela miséria. Portanto, um bom cristão teria de conter, vigorosamente, o vício e aceitar, de forma realista, a miséria inevitável, necessária para manter a população não apenas nos níveis de sustento.

[5] Geralmente usado para dizer que com a riqueza, poder e prestígio vêm responsabilidades. A frase é usada às vezes ironicamente, no sentido de ser condescendente ou responsabilidade social hipócrita. Em Inglês americano, especialmente, o termo também tem sido aplicado de forma mais ampla para aqueles que são capazes de atos simples para ajudar o outro, geralmente àquele que é menos afortunado. Fonte: (BALFSON, 2010)

Malthus rejeitava, portanto, todos os esquemas que redistribuíssem renda ou riqueza. Essas redistribuições, simplesmente, aumentariam o número de trabalhadores pobres e fariam com que eles voltassem ao nível de subsistência. Dizia ainda também resistia a quase todas as tentativas de sanção de leis que diminuíssem a aflição dos pobres.

3.5 DAVID RICARDO (1772-1823)

Historia (FEIJÓ, 2001), que ele nascera em Londres, filho de imigrantes judeus. Empreendedor, operador da bolsa, enricou ainda jovem. Vivendo em num período bastante conturbado em meio a grandes mudanças políticas, sociais e tecnológicas, ele era defensor de idéias liberais. Em 1799, inicia-se no campo da Economia Política com a leitura da obra de Smith. Em 1808, já participa do debate público em torno de questões monetárias. Nos jornais da ocasião, discute a suspensão, ocorrida na Inglaterra em 1797, do câmbio da moeda em ouro. Entende a causa da inflação da época nas emissões descontroladas de moeda e não na elevação do preço dos cereais, como se presumia. Delineia uma versão da teoria quantitativa da moeda na qual, dadas às rotinas de pagamento da sociedade, os preços expressavam o volume de moeda em face à quantidade de transações de bens e serviços. A inflação tinha sido instituída pela emissão de moeda para financiar as guerras napoleônicas e não havia até então um referencial teórico para uma análise monetária.

Ricardo, Thornton e Malthus, eram considerados de *bulionista*[6] e acreditava que a volta do padrão-ouro traria a almejada estabilidade dos preços. Havia também o campo dos que pensavam de modo diferente. Para banqueiros, ministros e *antibulionistas* em geral, a moeda era gerada dentro do sistema de crédito e, assim, não poderia ocorrer emissão em excesso. Elucidavam a inflação pelo lado real, localizando sua causa nos gastos públicos desenfreados e na queda das exportações.

Neste contexto (FUSFELD, 2003 p. 60) destaca:

> O crescimento demográfico demandaria a extensão das terras cultivadas, a fim de prover maiores quantidades de alimentos. Essa extensão só poderia ocorrer se os preços de alimentos fossem elevados, pois seria preciso cobrir os aumentos de custos de produção incorridos em função da necessidade de utilização de terras menos férteis

[6] Quantifica a riqueza através da quantidade de metais preciosos possuídos. Baseia-se na crença de posse e acúmulo de ouro e metais preciosos, o metal é a maior fonte de riquezas. Fonte: (JOHANNES, 2010)

> para cultivo. Os preços maiores dos alimentos permitiriam aos arrendatários aumentar a renda cobrada sobre as terras originalmente cultivadas, pois os novos preços podiam sustentar rendas mais altas. Ao mesmo tempo, os elevados custos dos alimentos forçariam os empregadores a pagar salários monetários mais altos para manter as taxas de salário ao nível de subsistência. Isso, em câmbio, aumentaria os custos dos bens manufaturados e, assim, reduziria os lucros obtidos pelos industriais. A redução dos lucros deixaria, então, menos riqueza disponível para a expansão da economia e reduziria os incentivos para se investir.

Para tanto (HUNT, 2005) salienta que Ricardo admitiu a teoria da população de Malthus e sua consequência mais importante: o aumento populacional tenderia a forçar os salários dos trabalhadores a baixar até o nível de subsistência. Deste modo, o nível de lucro da terra que não pagasse renda seria o produto total dessa terra menos a subsistência dos agricultores que trabalhassem no mesmo terreno. Em outras palavras, o lucro seria simplesmente o que restasse, após o pagamento dos salários. Nesse modelo de um só produto, o capital consistia, simplesmente, no cereal que o capitalista "antecipava" aos agricultores como remuneração. Da mesma forma, a taxa de lucro era a razão entre o produto líquido na terra que não pagava renda e os salários, ambos expressos em cereal. Seguia-se, então, que, enquanto o produto líquido fosse decrescente, à medida que os lotes de terra menos férteis fossem sendo cultivados e enquanto o salário, em termos de cereal, se mantivesse inalterado, a taxa de lucro (o produto líquido além do salário, em termos de cereal) teria de diminuir.

Ele achava que o modelo poderia ser facilmente expandido, de modo a incluir mercadorias industrializadas, porque, se os aumentos da população diminuíssem a taxa de lucro na agricultura, se a taxa de lucro fosse originada somente pela produtividade do trabalho e do capital na terra que não pagasse renda e se a concorrência igualasse todas as taxas de lucro, a taxa de lucro, no setor industrial e na agricultura, dependeria somente da produtividade da terra que não pagasse renda.

Na tradução de (SANDRONI, 1996 p. 9), ele menciona que:

> O esquema de Ricardo utilizava-se da produção agrícola porque existiam aí, segundo ele, características especiais que levavam a determinar a distribuição nos outros setores. Os salários eram fixados pelo nível mínimo necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores. Ricardo adotava a teoria de Malthus segundo a qual o salário apontava para a subsistência, porque se se elevasse, induziria ao aparecimento de um número maior de trabalhadores (pelo aumento do número de filhos dos operários), que faria, através da concorrência, o nível dos salários baixar novamente

> até a subsistência. Do contrário, um nível abaixo da subsistência faria os salários retornarem ao patamar natural, pela escassez de trabalhadores que seria causada. E quanto à formação da renda da terra? Para Ricardo, a renda da terra devia-se à escassez de terras e à diferenciação das produtividades entre elas.

Em seu livro (FEIJÓ, 2001) cita que; definida a teoria do valor, Ricardo lança-se a examinar diretamente a questão central de como os salários são distribuídos na sociedade. Já fora mencionado que o lucro é determinado como resíduo, e assim o problema da distribuição é atacado como um problema de determinação de salários e renda da terra. Ricardo toma emprestado o princípio da população de Malthus, argumentando que o salário real de equilíbrio deve-se manter no nível mínimo de sustento. Não há muito que comentar dessa hipótese. Ela foi muito retrucada na época e Ricardo falava que esse mínimo de subsistência não é o mínimo fisiológico para a sobrevivência, mas satisfazia o certo padrão de vida das classes subalternas estipulado pelas condições históricas locais, dependente de fatores ligados à tradição e ao costume. Um acréscimo de salário acima desse mínimo elevaria a população trabalhadora e diminuiria os lucros. O resultado seria duplamente perverso, ao mesmo tempo em que cresce a oferta de trabalho se reduz a demanda de mão-de-obra, o que só pode resultar em diminuição de salário, trazendo-o para o nível inicial de subsistência.

3.6 KARL H. MARX (1818-1883)

Mencionam (PINHO, et al., 2006), que Karl Marx foi o grande expoente do movimento que leva seu nome.

Contrariou as técnicas analíticas dos clássicos e às suas conclusões, com base no que Lenin considerou a melhor criação da humanidade no século XIX: a Filosofia alemã, a Economia Política inglesa e o Socialismo francês.

Marx preocupou-se com épocas históricas específicas, contradisse os casos hipotéticos dos clássicos (Smith, por exemplo, escrevera sobre um estágio "primitivo e rude" da sociedade) e as construções abstratas que não consideravam o sentido da dinâmica interna do processo histórico nem as leis econômicas peculiares aos estágios históricos.

Expõe (HUNT, 2005 p. 194), que:

> Ele foi muitíssimo influenciado pelas teorias do valor e dos lucros, de Smith e Ricardo - e, em alguns aspectos, sua teoria pode ser considerada uma extensão, um refinamento e uma elaboração mais detalhada das idéias daqueles autores. Quanto a outros aspectos de suas teorias, porém, Marx considerava-se um crítico antagonista. Também citava com frequência e com aprovação os escritos de Thompson e de Hodgskin; também nesse caso, Marx criticou severamente muitas das idéias desses autores. Levou a sério Mill como oponente intelectual; quanto a Malthus, Bentham, Senior, Say e Bastiat, Marx quase que se limitou a criticá-los.
>
> A maior deficiência da maioria desses autores, na opinião de Marx, era sua falta de perspectiva histórica (embora essa crítica se dirigisse menos a Smith). Se tivessem estudado História com mais cuidado - insistia ele -, teriam descoberto que a produção é uma atividade social, que pode assumir muitas formas ou modos, dependendo das formas vigentes de organização social e das correspondentes técnicas de produção. A sociedade europeia tinha passado por várias épocas históricas distintas, ou modos de produção, inclusive a sociedade escravista e a sociedade feudal, e estava, naquele momento, organizada de uma forma histórica específica - o modo capitalista.

Declara ainda (PINHO, et al., 2006), que, Marx afirmava que o valor da força de trabalho é definido, como no caso de qualquer outro produto, pelo tempo de trabalho necessário à produção. Desenvolveu argumentos para mostrar que o valor da força de trabalho baseia-se nos insumos de trabalho necessários ao sustento e na capacitação dos trabalhadores.

As condições da produção do sistema capitalista, no entanto, obrigam o trabalhador a vender mais tempo de trabalho do que o necessário para gerar valores equivalentes às suas necessidades de subsistência. Os proletários são sujeitados a aceitar as condições impostas pelos empregadores porque não dispõem de fontes alternativas de renda. Assim, seu dia de trabalho compreende o tempo "necessário" à produção de valores iguais às exigências de manutenção e um tempo de trabalho "excedente".

Com isto cria-se a teoria que chamamos de mais-valia no qual mencionam (VASCONCELLOS, et al., 1999 p. 21):

> Para Marx, o capital aparece com a burguesia, considerado uma classe social que se desenvolve após o desaparecimento do sistema feudal e que se apropria dos meios de produção. A outra classe social, o proletariado, é obrigada a vender sua força de trabalho, dada a impossibilidade de produzir o necessário para sobreviver.
>
> O conceito da mais-valia utilizado por Marx refere-se à diferença entre o valor das mercadorias que os trabalhadores produzem em um dado período de tempo e o valor da força de trabalho vendida aos empregados capitalistas que a contratam. Os lucros, juros e aluguéis (rendimentos de propriedades) representam a expressão da mais-valia.

> Assim sendo, o valor que excede o valor da força de trabalho e que vai para as mãos do capitalista é definido por Marx como a mais-valia. Ela pode ser considerada aquele valor extra que o trabalhador cria, além do valor pago por sua força de trabalho.

Diz ainda (GASTALDI, 2005), nasceu desse entendimento a teoria da mais-valia, convertida em bandeira de luta contra o capitalismo e a doutrina liberal. A mais-valia era exposta por Marx como sendo o apêndice do tempo do trabalho do operário, usurpado pelo capitalista em seu proveito ou benefício.

A classe dos pobres, a recessão econômica, o desemprego e outras falhas comuns no processo distributivo das riquezas, a partir do estado liberal, mero espectador da ordem econômica e de um industrialismo opressor apenas visando o lucro, representaram motivos aos anseios crescentes, dos menos favorecidos, por uma justiça social e um Estado mais presente na ordem econômica.

Para (FUSFELD, 2003 p. 84) ele escreve que:

> A exploração dos trabalhadores é somente o efeito econômico direto do capitalismo sobre a classe trabalhadora. Existem também efeitos psicológicos. Marx via o trabalho como uma contínua interação entre as pessoas, a natureza e o produto do trabalho. O trabalho era um elemento essencial no desenvolvimento da personalidade humana, logo a completa realização pessoal pressupunha um desenvolvimento rico e completo das relações dos indivíduos com os meios de produção e com o produto. No capitalismo, porém, o trabalhador é separado tanto dos frutos do trabalho como das ferramentas de produção, pertencentes ao empregador. Impede-se que o indivíduo e sua personalidade desenvolvam-se plenamente. O resultado é uma alienação que se apodera das pessoas e desumaniza todas as relações pessoais e sociais. As trocas de mercado e os pagamentos em dinheiro tomam o lugar dos sentimentos e das relações humanas, tornando a vida desumana e sem sentido.
>
> A consequência é uma variedade de patologias sociais e psicológicas que permeiam toda a sociedade capitalista, inerente a suas relações econômicas básicas? .

Completa ainda (HUNT, 2005), apesar disso, no capitalismo, os capitalistas não estão preocupados com valores de uso, somente com os valores promovidos pela venda no mercado. O trabalhador é agenciado para fabricar uma mercadoria para que o capitalista receba um ganho. A identidade do trabalhador específico não tem qualquer valor para o capitalista. O capitalista tem pouca ou nenhuma informação do trabalho útil que cria valores

de uso específicos. Ele contrata trabalhadores apenas para produzir mercadorias que gerem valor na troca para que parte desse valor fique com o capitalista como mais-valia ou lucro.

Se a fabricação de uma mercadoria não gera valor e mais-valia suficientes, o capitalista dirá a seus trabalhadores para fabricar outra mercadoria porque os capitalistas não estão interessados no valor de uso, só no valor. O capitalista não se preocupa com quem são os trabalhadores que realizam o trabalho ou com que tipos de atividade concreta geram valor de uso; o capitalista só se preocupa com o trabalho abstrato - o trabalho de qualquer trabalhador em geral, que produz qualquer mercadoria em geral- que gera valor e mais-valia.

Argumenta (FUSFELD, 2003 p. 89), que:

> A análise de Marx do desenvolvimento do capitalismo baseava-se na premissa de que duas grandes forças estão continuamente em ação no desenvolvimento da sociedade humana. Uma é a luta das pessoas contra a natureza para extrair subsistência e conforto. O desenvolvimento da tecnologia e os aprimoramentos dos métodos de produção são resultados dessa luta, e, em seus estágios iniciais, o capitalismo representou um grande passo rumo à abundância. A produção fabril e a tecnologia das máquinas aumentaram bastante o controle do homem sobre a natureza e o capitalismo concorrencial obrigou as indústrias a reinvestir seus lucros em novos e melhores métodos de produção. A falha do capitalismo residia em sua incapacidade de manter o processo e nas crises periódicas que ocorriam.
>
> Para Marx, a luta pela existência levava à segunda grande força causadora das transformações econômicas e sociais: a luta das pessoas entre si. Os seres humanos são um tipo de recurso produtivo, e o controle sobre eles constitui uma maneira pela qual alguns poucos podem aumentar sua riqueza e seu bem-estar. Portanto, argumentava Marx, a luta pela existência inevitavelmente conduzia à exploração de uns pelos outros.

Finaliza (HUNT, 2005) a sua obra, sobre Marx dizendo, quando escreveu "à medida que o capital se acumula, a sorte do trabalhador, quer seu pagamento seja alto quer baixo, tem de piorar", não estava, sem dúvida alguma, dizendo que as remunerações iriam baixar. Estava referindo-se, nitidamente, a um aumento da alienação e da pobreza em geral. Ele achava que, com a acumulação de capital, o potencial criativo, emocional, estético e intelectual dos operários seria metodicamente dominado. Marx teria, sem dúvida, aceitado como destaque disso a afirmativa de um psicanalista do século XX, que disse que os administradores das modernas empresas retiram do trabalhador seu direito de pensar e agir livremente.

A vida lhe está sendo negada; a necessidade de domínio, criatividade, curiosidade e pensamento independente estão sendo frustrada e o resultado disso - o resultado inevitável- é a fuga ou a luta do trabalhador, a apatia ou a destrutividade, a regressão psíquica.

Ao lado do número cada vez menor de donos do capital, que apoderar-se e monopolizam todas as vantagens desse processo de mudança, cresce a massa da miséria, da opressão, da escravidão, da degradação e da exploração; mas com ela também cresce a revolta da classe operária, uma classe cujo número cresce sempre e é disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se uma algema do modo produção, surgida com ele e fortalecida por ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam, afinal, a um ponto tal que se tornam incompatíveis com suas vestimentas capitalistas.

3.7 ALFRED MARSHALL (1842 – 1924)

Para (PINHO, et al., 2004) em seus estudos, considerava a economia como o estudo da "humanidade nos negócios comuns da vida", ou seja, área do comportamento humano e não ciência da riqueza.

Buscou adotar suas análises acessíveis ao público em geral, diante de um estilo objetivo. Evitou as definições matemáticas, diferentemente de seus antecessores neoclássicos.

A complexidade do sistema econômico e a variedade de motivos da conduta humana levaram Marshall a criar teorias para o estudo sistemático da economia, por meio da diminuição do número de variantes a proporções manejáveis e da criação de um método de mensuração do comportamento. Empregou o método dedutivo ou abstrato para separar uma variável ou setor da economia de cada vez, com base na hipótese de que seu comportamento não exerce influência considerável sobre a atividade econômica. O que não significa que a parte da economia que não está sendo estudada permaneça inalterada, mas que, se o pequeno setor considerado sofrer os efeitos de uma alteração externa, ajustando-se a produzir apenas um efeito baixo sobre o restante da economia.

A complicação de se medir as motivações humanas, que provocam a busca científica porque nem todas as motivações são comensuráveis, o que levou Marshall a observar que grande parte da vida do homem é orientada para adquiri-la através do ganho econômico, de modo que as motivações podem ser medidas por intermédio de um

denominador comum: a moeda. Notou-se, também, que a aplicação desse denominador a indivíduos possivelmente não seja válida, sugerindo sua aplicação ao grande grupo ou estrutura social, porque este abrange um número satisfatoriamente grande de indivíduos, que igualam as diferenças da renda. Assim, o estudo dos preços (de bens e de fatores) passou a compor a principal área de verificação de Marshall, com o objetivo de descobrir as regularidades da atividade econômica.

Desta forma define (HUNT, 2005 p. 276).

> Assim, na análise que Marshall fez sobre a unidade familiar, as pessoas estavam sempre calculando as trocas apropriadas envolvidas na minimização da dor do trabalho ou da espera, comparando-as com o prazer obtido com a aquisição de mercadorias para consumo. Fazendo isso, "elas procuram ajustar as rédeas, de modo que a perda agregada de utilidade possa ser mínima e que a utilidade agregada restante possa ser máxima". Os mesmos Cálculos de utilidade eram feitos por trabalhadores que quisessem saber até que ponto deveriam esforçar-se fisicamente e por capitalistas que quisessem saber até quando queriam esperar. "Uma pessoa prudente se esforçará para distribuir os meios entre ... o presente e o futuro, de maneira a eles ficarem com a mesma utilidade marginal. Portanto, os cálculos de maximização da utilidade controlavam o verdadeiro fluxo de serviços do capital e do trabalho do setor das famílias para o setor das empresas e do consumo de mercadorias do setor das empresas para o setor das famílias. Contudo, para entender o fluxo monetário, era preciso examinar o comportamento maximizador dos lucros da empresa.

Por outro lado explica (TROSTER, et al., 2002) que os consumidores teriam de selecionar entre mais de um bem e menos de outro para aumentar sua utilidade, necessitariam adaptar seus gastos de tal modo que não fosse possível aumentar sua satisfação mediante uma distribuição de escolha desses gastos entre os diversos bens.

3.8 JOHN MAYNARD KEYNES (1883 - 1946)

Keynes fora um dos pesquisadores importantes tanto para o mundo dos negócios como para vida acadêmica. Menciona (GASTALDI, 2005) que a corrente do pensamento econômico liderada por John Maynard Keynes, notável economista inglês, autor da obra Teoria geral do emprego, juro e moeda, publicada em 1936. O maior problema econômico, a seu ver, é suprimir o desemprego e atingir o pleno emprego. Sua teoria é macroeconômica e

global a sua análise. Procura analisar as reações psicológicas individuais dos grandes sujeitos econômicos: consumidor, poupador e empresário (variáveis independentes). Knut Wicksell, economista sueco, é por muito considerado como seu inspirador. Com base nas reações psicológicas procurou explicar a propensão marginal a consumir, a eficácia marginal do capital e a taxa de juro.

Conclui (FEIJÓ, 2001 p. 238) ainda que:

> Keynes acusa o historicismo por este se apegar unilateralmente ao método indutivo e critica também a preocupação da escola histórica em estudar a formação de idéias na consciência individual. Para ele, a identificação dos elementos subjetivos que compõem o conhecimento humana não é tarefa da Economia. Isso pertence ao âmbito da psicologia, uma ciência à parte. A Economia Política, ele escreve, é uma ciência social e não psicológica. As leis econômicas dizem respeito a fatos sociais complexos que não podem ser deduzidos de leis psicológicas. Exemplificando leis que não são derivadas da psicologia, ele cita a lei explicativa da determinação da renda da terra, a teoria quantitativa da moeda, o efeito dos impostos sobre os lucros e os fenômenos industriais em geral. Keynes afirma que os fatos psicológicos são apenas assumidos e não investigados nos domínios da ciência econômica. Eles são a base do raciocínio econômico, e mesmo os raciocínios que partem de dados psicológicos requerem suplementação pela observação direta de fatos sociais complexos que constituem a vida econômica.
>
> Curiosamente, a crítica de Keynes atinge tanto os historicistas quanto figura de J. S. Mill, central entre os clássicos. Keynes lembra que Mill, e duas obras, os Ensaios sobre questões não assentadas em economia política e livro sexto da obra Lógica, usa a expressão ciência moral ou psicológica ao referir à Economia. De fato, Mill definiu a Economia Política como "a ciência que se relaciona às leis morais ou psicológicas da produção e distribuição riquezas".
>
> Keynes é incisivo em apontar o que seria um grave equívoco de Mill e mostra como essa acepção acabou comprometendo a escola clássica, deixando-a vulnerável às investidas dos historicistas. Portanto, podemos resumir a posição de Keynes como um ataque metodológico à escola histórica. mostrando a necessidade de se combinarem todos os métodos de investigação, e uma crítica sobre a definição do objeto da Economia que a confunde com Psicologia.

Para concluir os pensamentos de Keynes, iremos recorrer a alguns pensadores econômicos que deram margem as conclusões de Keynes. Conforme diz (HUNT, 2005), Keynes sabia muito bem de que lado estava Marx na luta de classes e de que lado estava

Malthus. Keynes finalizou a priori que as conceitos de Marx eram "caracterizadas pela mera falácia lógica".

O marxismo não tinha qualquer importância para ele como teoria científica; era interessante meramente como um acontecimento social: "O socialismo marxista sempre será um prodígio para os historiadores opiniosos - como pode um preceito tão ilógico e tão obscuro ter exercido uma influência tão poderosa e duradoura sobre a mente dos homens e, através deles, sobre os episódios da História?".

Keynes não tinha o menor interesse em empregar o marxismo, porque tinha horror a qualquer doutrina que contivesse um convite socialista revolucionário.

Não acredito que haja qualquer desenvolvimento econômico para o qual a revolução seja uma ferramenta necessária. Por outro lado, só temos a perder com métodos de transformações violentas. "Nas condições industriais do Ocidente, a tática da Revolução Vermelha afundaria toda a população num mar de pobreza e de morte." Além do mais, Keynes achava que reconhecer de alguma forma que Marx entenderia a instabilidade do capitalismo seria promover a derrubada do capitalismo, em vez de cooperar para sua salvação. Acreditava que "eram as idéias e não os interesses acometidos, que eram perigosas para o bem ou para o mal".

Malthus também tinha formado uma teoria sobre as depressões capitalistas; era um economista muito mais seguro que Marx. Malthus - é bom recordar - tinha mostrado, em sua teoria, a necessidade de "uma sociedade dividida em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores, com o amor a si próprio como a mola mestra da grande máquina". Embora Keynes não defendesse, de modo algum, todas as idéias de Malthus, essa crença na inevitabilidade do capitalismo lhe era cômoda:

Keynes dizia ainda que da minha parte, acho que existe uma justificativa social e psicológica para as grandes diferenças de renda e de riqueza, mas não para tão grandes disparidades como as que existem hoje. Existem atividades humanas valiosas que, para serem inteiramente desenvolvidas, requerem a motivação de ganhar dinheiro e um ambiente onde exista a conveniência privada da riqueza. Além do mais, as inclinações humanas perigosas podem ser canalizadas para fins relativamente inofensivos, dando-se aos homens oportunidades de ganhar dinheiro e ter riqueza.

É surpreendente que, após ter recusado as idéias de Marx por serem inevitavelmente incoerentes, Keynes tenha podido exclamar: "se apenas Malthus, em vez de Ricardo, tivesse sido a raiz mestra da economia do século XIX, como o mundo seria mais sábio e rico hoje".

3.9 O CAPITALISMO NA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Está formado o capitalismo no mundo e desde modo declara (FILHO, 2008): tendo sucedido por sua crise de crescimento, o sistema econômico capitalista adentra, a partir do meado da segunda metade da década de 1950, no que se pode denominar de Terceira Revolução Industrial.

É sabido que para o crescimento de um país, este terá maior consumo de energia, menos que o controle da fusão nuclear - que se converteu em importante e barata fonte de energia elétrica a partir de inícios da década de 1960 -, essa Terceira Revolução caracterizou-se pelo aumento de emprego, em larga escala, o crescimento da informática/robótica, que provocou a difusão da automação dos processos produtivos dos países centrais da economia no mundo capitalista.

Com todo o avanço tecnológico na época a utilização de máquinas ou de processos automáticos que executam tarefas com uma reduzida supervisão humana, ou que possuem habilidades específicas além da capacidade do homem – fato este alertado por Karl Mark em seus escritos. O impacto de tal aprimoramento técnico traduziu-se por um impetuoso aumento da produtividade em todos os setores na economia, com a correspondente utilização de um número cada vez menor de operários. Isso acabou provocando um duplo efeito: a concentração de capital em nível monopolista tornou-se quase uma necessidade para a sobrevivência das empresas, e processou-se em uma escala mundial. E a obrigação de se adotar um planejamento econômico mundial, para impedir que se criasse um intervalo entre as curvas da oferta e da demanda, revalorizou o papel da interferência do Estado, nas áreas centrais do sistema.

Essa Terceira Revolução Industrial não provocou sozinha os acontecimentos da concentração monopolista de capital, de sua internacionalização e da intervenção estatal que, aliás, já eram claramente observados desde o final da Segunda Guerra Mundial. O que sua emergência provocou foi a inevitabilidade de tais convergências se concretizarem, a fim de evitar que o sistema capitalista enfrentasse crises, que dada a existência de um sistema "concorrente", poderiam ter um efeito destrutivo para sua sobrevivência. Em outras palavras, a crescente obrigação de controlar a atividade econômica - em grande parte gerada pelo admirável aumento do volume da produção mundial que a automação gerou, foi replicada em dois níveis: um, pelo Estado (pela intervenção), e outro pelas empresas (concentração). Isso tomou irreversível o processo já desencadeado da globalização do capital, seja pela formação de empresas multinacionais, seja pela formação de blocos econômico tais como, (Comunidade

Econômica Europeia, Associação Europeia para o Livre Comércio, Associação Latino-Americana para o livre Comércio, etc.). Desta forma (HUNT, 2005 p. 484) menciona o desempenho do capitalismo:

> A estrutura de classes do capitalismo se apoia no monopólio dos capitalistas sobre a propriedade dos meios de produção. Essa monopolização resulta inevitavelmente numa extrema desigualdade na distribuição da renda. Muitos economistas, de Malthus a Marx e Keynes, estavam cientes de que essa desigualdade contribui para a instabilidade geral, para a tendência à estagnação, e para a irracionalidade e o caos que sempre caracterizaram o funcionamento do capitalismo. Depois de Keynes, muitos economistas ortodoxos acreditaram que essa instabilidade e irracionalidade teriam sido significativamente mitigadas, quando não eliminadas, pela intervenção do governo. Contudo, com o renascimento da economia política crítica na década de 1960, muitos economistas começaram a perceber que o keynesianismo não tinha removido essa irracionalidade elementar do capitalismo, nem poderia fazê-lo.

Semelhante às idéias de (GASTALDI, 2005), às inquietações de natureza tecnológica, derivada da ciência pura e aplicada, aparecem às questões relacionadas com a produção em escala econômica, evidenciando um teor ou conteúdo econômico da empresa mais satisfatório. A apuração do custo de produção evita desequilíbrios na proporcionalidade dos seus componentes, quando a empresa passa a produzir em escala econômica. Não utilizada tal prudência, a empresa fica sem possibilidade de cobrir, suficientemente, com o preço de venda, não apenas a remuneração dos fatores integrantes do processo produtivo como deixa de obter o lucro necessário para compensar a perda do capital fixo, de modo a permitir a sua periódica renovação e, por conseguinte dar continuidade a atividade.

Impossível atingir um desenvolvimento racional e ordenado, nas economias apegadas a métodos rotineiros, empíricos e repletos de imprevisto, tanto nos setores privados como nas indústrias, agrícola e de serviços; e mesmo no serviço público ou autárquico.

A autoridade produtiva moderna não poderá distanciar-se da organização científica da empresa e da produção, pois sem tal a vida em comum será inevitável o prejuízo à economia como um todo e do consumidor em particular.

Neste sentindo (FUSFELD, 2003 p. 264), expõe que:

> Existem dois resultados possíveis. Se não houver avanço tecnológico, os novos trabalhadores terão à disposição os mesmos métodos de produção de antes e a economia crescerá sem mudar sua estrutura.
>
> No entanto, se avanços tecnológicos (capital físico melhor) proporcionarem uma produtividade maior, ou se a produtividade aumentar por causa de trabalhadores mais bem educados ou qualificados (capital humano melhor), o crescimento econômico aumentará e a estrutura da economia mudará conforme os fatores de produção forem redirecionados para a tecnologia melhor. Num caso ou no outro, a economia permanecerá em equilíbrio. No primeiro caso, a taxa de crescimento econômico não será alterada e a renda per capita não aumentará. Com o avanço tecnológico, porém, a taxa de crescimento da economia aumentará e a renda per capita também.
>
> Em outras palavras, a taxa de crescimento econômico depende da taxa de crescimento da oferta de trabalho e da taxa de crescimento da produtividade. (...) É preciso, porém, olhar além do crescimento da força de trabalho e da produtividade. A produtividade aumenta porque mais capital e menos trabalho são usados por unidade de produto.

O aspecto fundamental que (PINHO, et al., 2004) descreve, é que desenvolvimento econômico não pode ser avaliado, somente, por meio de índices que medem o aumento do produto ou do produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Assim sendo, deveremos ter uma série de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda *per capita*, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diversas classes e setores, centralização da atividade econômica, poder político, entre outras.

O período pós-guerra tem-se diferenciado por uma busca contínua do processo de desenvolvimento econômico. Nos anos 1950, os países subdesenvolvidos deram especial atenção à idealização de planos para o desenvolvimento econômico. Na realidade, esses planos limitaram-se, basicamente, a um processo de industrialização intensiva, o que na época era sinônimo de desenvolvimento econômico. Por seu lado, os países desenvolvidos, além de manter suas taxas de crescimento, iniciaram empenhos no sentido de colaborarem com os países em desenvolvimento no encontro da melhor forma destes atingirem seus objetivos e necessidades de desenvolvimento.

Finaliza (HUNT, 2005) com sua nota sobre o estudo da historia do pensamento econômico, mencionando que A economia utilitária nos ensina que, apesar do que nossos sentidos e nossos sentimentos nos digam, o capitalismo é um sistema racional, eficiente e justo. Diz que sempre será do interesse de todos que nossos recursos, atividades e interações

sociais sejam influenciados significativamente, senão moderados com rigor, por uma pequena minoria de ricos que só são levados pela ânsia de acumular mais riqueza. Ele não acredita que o capitalismo seja a divinização da racionalidade humana. Acredita ainda, que ele desempenhou historicamente uma função muito importante e progressista ao ampliar o controle da humanidade sobre a natureza. Mas, ao fazê-lo, o que era progressista e racional no capitalismo acabou por se tomar regressivo e irracional. O sistema tal como agora existe nega sistematicamente o pleno desenvolvimento do potencial dos seres humanos. Por essa razão, o sistema é ineficiente e irracional.

CAPITULO III

ECONOMIA DE COMUNHÃO (EDC) – SURGIMENTO E CONCEITO ECONOMICO PARA NOVA ECONOMIA

Na nova economia civil, as pessoas exercem suas escolhas através da ação mutua. Sozinhos não podem viabilizar ações de responsabilidade social de importância; em conjunto são os ricos capitalistas que possuem recursos e implementam responsabilidade social com vistas ao bem estar da sociedade na qual se inserem.

1. A Economia de Comunhão e Social

O Bem Estar da sociedade na economia civil

(Mercado e sociedade civil: encontro ou desencontro? - Algumas reflexões na perspectiva da "comunhão", 2003) - A avaliação ética do mercado e de seu conflito sobre a vida civil sempre foram temas discutidos no decurso da História, sobretudo da História Ocidental. Os atuais processos de globalização tornaram, porém, particularmente visível e popular o desacordo em torno da relação entre a esfera econômica (que resumidamente podemos chamar de "mercado") e a sociedade. New global, no-global, liberais e comunitários, são expressões que encontramos não só nos debates culturais, mas cada vez mais também nas principais páginas dos jornais. Em certos casos, as posições adotam formas e tons extremados, que não deixam de gerar apreensões para a vida democrática.

Assim sendo (BRUNI, et al., 2010 pp. 192-193) define economia civil como:

> Claramente, só quando o sistema econômico é concebido como um campo de relações humanas apartado do restante da sociedade é que afirmações como essa podem ter algum sentido. Falar em fundamentos do mercado significa afirmar que o mercado possui uma dinâmica interna própria, que, a longo prazo, não é minimamente influenciada ou perturbada pelas dinâmicas das outras esferas da sociedade. "Essa é a condição para que tenha algum sentido falar em fundamentos do mercado". (...) A escolha desse caminho, muito frequentemente, é fruto de processos deliberativos

> coletivos, que revelam as relações sociais e políticas predominantes na sociedade. Além disso, uma avalanche de pesquisas trouxe à luz o fenômeno da aleatoriedade: desvios casuais no caminho para o equilíbrio influenciam as tendências de longo prazo.

(BENTO XVI, 2009) Menciona em sua encíclica que seu antecessor João Paulo II ressaltara esta problemática, quando, na *Centesimus annus*, enfatizou a necessidade de um sistema com três sujeitos: o mercado, o Estado e a sociedade civil. Ele tinha identificado na sociedade civil o âmbito mais adequado para uma economia da gratuidade e da fraternidade, mas sem pretender negá-la nas outras duas esferas. Hoje, podemos dizer que a vida económica deve ser compreendida como uma realidade com várias dimensões: em todas deve estar presente, embora em medida diversa e com modalidades particulares, o aspecto da reciprocidade fraterna. Na época da globalização, a atividade económica não pode prescindir da gratuidade, que semeia e alimenta a solidariedade e a responsabilidade pela justiça e o bem comum em seus diversos sujeitos e atores. Trata-se, em última análise, de uma forma real e profunda de democracia económica. A solidariedade consiste primariamente em que todos se sintam responsáveis por todos e, por conseguinte, não pode ser confiada só ao Estado.

Desta forma destaca (BRUNI, 2008 p. 28);

> *Le teorie circa il rapporto tra economia e società sono molte, ma si puõ tentare di suddividerle tra quelle che vedono l' economico e i mercati come costruttori del sociale, e quelle che invece considerano l' economico in conflitto endemico con il sociale. La tradizione dell' economia politica liberale va annoverata tra le prime, mentre Ia tradizione sociologica tra le seconde. I teorici dell'economia liberale (da Adam Smith in poi), hanno considerato, infatti, il mercato come un' espressione della società civile, lo sviluppo economico indicatore anche di sviluppo civile, e Ia libertã economica una precondizione per tutte le altre Iibertà. In particolare, l' estensione dei mercati e della Ioro Iogica viene considerata, da questa tradizione, Ia conditio sine qua non per un autentico Iegame sociale, poiché il mercato libera da rapporti non scelti, verticali e asimmetrici, e crea le condizioni per una socialità orizzontale tra soggetti tendenzialmente uguali e liberi. All'interno di questa tradizione, quindi, il mercato o l'economico viene visto in strutturale armonia con il sociale. La relazione economica viene concepita come Ia nuova relazione interpersonale tipica delle società commerciali, delle "grandi società", distinta, e per certi versi opposta (ma piu civile), dalla relazione típica delle comunità (cioê personalizzata e basata su legami forti). La sfera sociale, in questa visione (penso, anche, alia Filosofia del diritto di Hegel, e all'influenza enorme che questa sua visione ha avuto nel pensiero*

> *occidentale), viene a coincidere con quella economica, distinta soltanto dalla sfera privata (famiglia) e da quelia politica (Stato).*

Desde modo (LEITE, 2007) define que a economia civil pode ser entendida, sobretudo, como uma perspectiva cultural a partir da qual entender as relações econômicas e sobre a qual colocar as bases para uma teoria econômica moderada por outros princípios que não os excepcionalmente utilitaristas.

Atualmente, se comparam, pelo menos, duas visões de modo a formar qual deva ser o relacionamento entre o campo econômico e do âmbito social ou solidaria. Para uns a dimensão do mercado, da logica e da eficiência; é a saída a todos os problemas sociais, de outro lado encontram-se aqueles que veem no mercado uma ameaça para a vida civil devendo, portanto combatê-lo.

Deste modo, o mercado é visto como o mais perfeito meio para solucionar o problema político, compreensão esta inteiramente de acordo com o espirito do liberalismo e não tão de acordo com as praticas neoliberais. Por outro lado, o entendimento segundo qual o mercado é visto como um mal necessário, uma instituição da qual não se pode prescindir mesmo sendo ruim, portanto algo a ter sempre o controle por parte do Governo.

A compreensão do relacionamento mercado-sociedade peculiar da Economia Civil, por sua vez, ampara suas origens no pensamento clássico colocando-se em um aspecto radicalmente distinto a estas duas visões apenas salientadas.

O conhecimento fundamental e, por resultado, proposta da Econômica Civil é um projeto que analisa a prática da sociabilidade humana e da reciprocidade no interior da vida econômica, apoiando a hipótese que outros princípios que não os do ganho possam e devam ter lugar na economia, visão essa que, se aprofundada, se coloca à margem das duas visões já citadas.

A Economia Civil possui, portanto, a característica de considerar os princípios do carisma, ou da dadiva, e do contrato como provenientes de um princípio ainda mais primitivo e fundamental: o principio da reciprocidade. A Economia Civil foi, assim, expressão utilizada pelo pároco salertinano Antonio Genovesi[7] que, alguns anos antes de Smith redigir a Riqueza

[7]**Antonio Genovesi** (*Castiglione del Genovesi*, 01 de novembro 1713 - Nápoles, 22 de setembro 1769) foi um escritor, filósofo e economista italiano . Foi ordenado diácono, depois de ter passado o exame de teológica dogma na presença do "Arcebispo de Salerno Fabrizio Capua em 22 de dezembro 1736, na Catedral de Salerno. Em 1738, 25 anos, foi ordenado sacerdote. Ele morreu em Nápoles em 22 de setembro 1769. O corpo foi sepultado na Igreja do Convento de Sant'Eramo Novo (ou Eusébio). Seu pensamento econômico é expresso em ambas as classes de comércio ou economia civil que remonta aos anos 1766 e 1767, considerado um dos primeiros trabalhos científicos sobre as questões econômicas.

das Nações em 1776, admitia a primeira cátedra de Economia Histórica falando sua aula inaugural em 05de novembro de 1754. Em 1765 publicou seu tratado de economia que intitulou "*Lezione de Economia Civele*" (Lições de Economia Civil). Com esse conceito, Genovesi almejava explicar uma idéia da atividade econômica na qual os valores civis tais como: a reciprocidade, a confiança e a mutua confidencia fossem consideradas prioritárias para o progresso e a riqueza de uma nação, para a origem das riquezas das nações, na linguagem de Smith.

A sociabilidade, baseada na reciprocidade, é outro entendimento chave de todo a parte da teoria da Economia Civil. Neste sentido também o mercado começa a ser visto como um lugar onde se pratica ajuda reciproca, onde praticar a ajuda reciproca. A sociabilidade, porém, não é autossuficiente. Aquilo que é realmente típico do ser humano é a assistência reciproca. A reciprocidade é, pois a finalidade do homem porque, em ultima instancia, seu objetivo é sempre aquele de ser feliz. Porém, não se pode ser feliz sozinho. Felicidade é, portanto, um tema muito caro à Economia Civil e essa, constitui-se, por natureza, de forma relacional e social.

Nos últimos anos, portanto, existe um notável retorno de interesse na pratica e na reflexão teórica por uma Economia Civil, Social, ou Solidaria, enfim, para os fatos econômicos que se movem pautados por critérios éticos e por motivações ideais.

Com isso, constata-se que hoje não existe apenas o percurso da globalização econômica e financeira, mas existe também o outro caminho, muito mais silencioso, que faz menos rumor e do qual os grandes jornais não falam muito, a não ser quando surgem as grandes manifestações por ocasião do Fórum Social Mundial em contraposição ao Fórum Econômico Mundial ou os protestos em torno das reuniões do G8 o exigem.

Trata-se, precisamente da Economia Solidaria (Laville, Singer, Gaiger e Razeto), da Economia Civil (Zamagni e Bruni) ou de companhias que atuam a partir motivações ideais (Molteni e Gui) e que estão indicando um novo de compreender o relacionamento entre economia e solidariedade, entre mercado e Estado.

O relacionamento entre esses dois mundos, mercado e solidariedade, sempre foi deixado, como vimos, para o momento final da redistribuição (Estado), pois durante o processo de produção nem pensar em se discorrer de solidariedade dentro das empresas e muito menos de lógica de empresa nas atividades ligadas à solidariedade. Nos iniciativas ligadas à Economia Solidaria e/ou Civil busca-se, ir além dessa coerência bifurcada, procura-

se viver também a atividade econômica fundamentalmente como busca de significados e sentido, na qual os valores possuem um papel crucial. Busca-se superar a visão dicotômica da história buscando um estilo de comportamento natural com os próprios valores em todos as esferas da atividade humana o que inclui os trabalhos econômicos, conduta essa percebida também nos encontros com empresários, gerentes e trabalhadores das empresas que aderem a EdC e que será tratado a seguir.

O propósito dessas colocações de caráter histórico-metodológico foi dar ao menos uma breve idéia de alguns instantes marcantes do nascimento e desenvolvimento do atual discussão que acerca da teoria econômica, de modo a criar um argumento no qual inserir a EdC.

A vivência da EdC, mesmo proporcionando elementos de originalidade, ligados à novidade e à personalidade da espiritualidade da unidade é, de fato, parte de um sentido mais vasto que podemos nomear de economia alternativa insurgida as sociedade civil. Nesse significado, Bruni, o convite de Lubich em fazer surgir um movimento econômico que envolva seja práticos, seja teórico e muito importante para evitar os mesmo erros.

2. A Economia de Comunhão e o movimento focolares[8]

Pesquisador dos ideais de Chiara Lubich[9] (BRUNI, et al., 1999); oposto da economia consumidora, baseada na cultura do ter, a Economia de Comunhão é a economia do dar. Isto pode ter ares difícil, árduo, heroico. Mas não é assim, porque o homem, feito à imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria prática precisamente no amor, na doação. Esta exigência está no mais profundo do seu ser, tenha ele fé em Deus ou não. É exatamente nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está à esperança de uma propagação global da Economia de Comunhão.

[8] O Movimento dos Focolares está presente em 182 países, conta com cerca de dois milhões de aderentes e simpatizantes, predominantemente católicos, mas não só. De maneiras variadas, participam dele milhares de cristãos de 350 Igrejas e comunidades eclesiais, muitos seguidores de outras religiões, entre os quais judeus, muçulmanos, budistas, hindus, sikhs (…) e pessoas de convicções não religiosas. (http://www.focolare.org/pt/movimento-dei-focolari/storia/ - acessado em 29/05/2011).

[9] *Chiara Lubich è all'origine del Movimento dei Focolari. Nasce il 22 gennaio 1920 a Trento, muore il 14 marzo 2008 a Rocca di Papa, attorniata dalla sua gente*. (http://www.focolare.org/it/chiara-lubich/chi-e-chiara/ - acessado em 29/05/2011).

Detalha (SINGER, et al., 2000), o projeto Economia de Comunhão, nesse caso, não estabelece uma exceção, ele se edifica a partir de um dogma espiritual e social, ou seja, o Movimento dos Focolares. Um movimento eclesial e civil, principiado em 1943, em Trento, na Itália, fundado e presidido por Chiara Lubích (*in memoriam*).

Presente em 182 países, o Movimento dos Focolares, nos 18 setores que compõem a sua ampla e diversificada composição organizacional, conta com a participação de quatro milhões de pessoas, cuja maioria absoluta é formada de leigos, ainda que não se exclua a participação de uma quantidade considerável de religiosos/as, sacerdotes e bispos. Assim sendo, a sua presidência leiga e feminina é considerada inovadora, sob o ponto de vista jurídico e eclesial.

A busca de constituição da união pode ser indicada como o elemento qualificativo do Movimento dos Focolares, que tem como fundo programático satisfazer quatro modalidades de diálogos, a saber: com a Igreja Católica nas suas mais variáveis expressões, a fim de fortalecer a unidade e acender, no seu interior, termos de comunhão nos mais variáveis aspectos; entre as diversas denominações cristãs, por meio da recuperação de doutrinas comuns na vivência da fé e a coerente inclusão social; com fiéis de outras religiões, tendo em vista estabelecer diálogos que promovam o amplo conhecimento e ações conjuntas; e com indivíduos sem um referencial religioso, tendo em vista a proteção de valores comuns e o comprometimento eficaz em prol da emancipação humana e social.

Desta forma (COSTA, et al., 1998 p. 82 e 83) remete-nos a uma explanação de que:

> O cristianismo ensina que o homem não existe apenas para atuar no mundo onde vive, nem mesmo no âmbito econômico, mas que tem um Pai capaz de sustentá-lo a cada momento diante do seu esforço - inclusive no esforço da produção econômica -, se ele se comportar como filho, ou seja, se estiver disposto a tratar todos os homens como verdadeiros irmãos.
>
> Para que a economia de comunhão realmente produza seus frutos é preciso que penetremos na nova cultura do dar: é preciso crer verdadeiramente no poder da unidade de intenções, que nasce quando tornamos nosso o interesse do cliente, ou seja, o interesse do outro, e assim como o da pátria ou da empresa do outro, abandonando a cultura da competição. (...)
>
> Todos conheceram bem essa frase, mas geralmente somos levados a não tomar a sério a sua primeira parte, prestando mais atenção à segunda, ao «tudo era comum entre eles», que soa aos nossos ouvidos como algo muito duro, difícil de realizar. ' senão totalmente utópico. Isso vale, sobretudo para nós, ocidentais, tão condicionados por

> uma cultura individualista. .Se não buscarmos, em primeiro lugar, realizar a comunhão-com os outros homens, seremos incapazes de realizar aquilo que é sua feliz consequência, o "ter tudo em comum". (...)
>
> A economia de comunhão é um desafio cultural profundo, baseado no apelo a transformar o tempo da ação humana em uma ocasião de cooperação entre todos, e a ver os resultados econômicos como o fruto da comunhão entre todos.

Assim surge o EDC como menciona (BENITES, 2009), Chiara Lubich projetou o Projeto Economia de Comunhão numa visita ao Brasil, no dia 29 de maio de 1991. Havia um conjunto histórico particular nacional e internacional, assim como no âmbito do Movimento. Estavam no centro desse contexto:

1) o grave problema da distribuição de renda no Brasil, em especial nas maiores cidades com suas favelas;

2) a reflexão desenvolvida no cristianismo, com consequências antropológicas e sociológicas, ao redor do problema social e econômico, encontram-se também, alta concentração da riqueza e a propagação da pobreza no mundo - em 1991, João Paulo II havia proferido em sua encíclica *Centesimus Annus*, que celebrava o centenário da Doutrina Social da Igreja e examinava a crise do capitalismo e o fracasso do comunismo.

Desta forma menciona João Paulo II em sua encíclica (PABLO II, 2001):

> *(...) En efecto, los procesos económicos actuales se están orientando cada vez más hacia un sistema que la mayor parte de los observadores define con el término "globalización". No cabe duda de que se trata de un fenómeno que permite grandes posibilidades de crecimiento y de producción de riqueza. Pero muchos admiten también que no asegura de suyo la justa distribución de los bienes entre los ciudadanos de los diversos países. En realidad, la riqueza producida queda a menudo concentrada en pocas manos, y eso tiene como consecuencia una ulterior pérdida de soberanía de los Estados nacionales, ya bastante debilitados en las zonas en vías de desarrollo, y la confluencia en un sistema mundial gobernado por unos cuantos centros en manos de privados. Ciertamente, el mercado libre es una característica inequívoca de nuestra época. Sin embargo, existen necesidades humanas imprescindibles, que no pueden depender de esta perspectiva, pues podrían quedar descuidadas.*
>
> *La doctrina de la Iglesia enseña que el crecimiento económico debe integrarse con otros valores, de modo que sea un crecimiento cualitativo y, por consiguiente, justo, estable, respetuoso de las individualidades culturales y sociales, así como sostenible ecológicamente. No puede separarse tampoco de una inversión hecha en favor de las*

> *personas, de las capacidades creativas e innovadoras del individuo, que es el recurso fundamental de cualquier sociedad. (...)*

3) a queda do Muro de Berlim e a angustiosa expectativa de se encontrar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo;

4) a apreensão de Chiara com pessoas que passavam por necessidades mais básicas e apesar da intensa partilha de bens vivida no Movimento;

5) a esperança de integrantes brasileiros dos Focolares de que o Movimento desse uma retorno ao problema social do País.

Desta forma, por atender prontamente e de forma extraordinária a todas essas perspectivas, o EdC foi chamado no âmbito dos Focolares, de "a bomba". Como era uma iniciativa com a competência de resolver, pelo menos em pequena escala, como um modelo, o problema da distribuição da riqueza, desta forma, tratava-se de uma fortíssima "explosão". E trazia em si uma magnitude profética. O novo Projeto, porém, ao oposto da tradicional sugestão marxista centrada no conflito entre capital e trabalho, excluía a luta de classes e até mesmo qualquer incompatibilidade entre ricos e pobres. Tinha mais o significado de construção do que de destruição, de forma que o titulo "bomba" caiu em desuso.

A Economia de Comunhão, porém, conservou e sua natureza revolucionária, focada na fraternidade e na liberdade. Aliás, é o "sobrenome" dado pela criadora à EdC: "Economia de Comunhão na Liberdade". É um projeto administrado à iniciativa privada, de empresas já existentes e outras nascidas por empreendedores desejosos de repartir seus lucros, estimulados pela inspiração de Chiara. É bom frisar, de empresas com fins lucrativos. A idéia, que persiste até hoje, é que o lucro delas precisaria atender a três objetivos: manter e fazer crescer a própria empresa, auxiliar pessoas em miséria, formar pessoas com mentalidade fraterna e solidária.

3. A Economia de mercado e a contribuição da Economia de Comunhão

Para afirmar esta relação e contribuição (BRUNI, 2005) menciona que um dos principais modos de enquadrar a integração economia-sociedade é pensar sobre o dualismo conflito-harmonia. As discussões teóricas e políticas em torno da dialética econômico-social podem ser subdivididas em dois "partidos": aqueles que figuram o campo econômico e os mercados como construtores do setor social, e aqueles que, ao oposto, consideram o campo econômico em conflito de uma determinada região com o social. A história da economia

política liberal está contida no primeiro partido, enquanto a cultura sociológica, no segundo. Os teóricos da economia liberal (desde Adam Smith, no passado, a Amartya Sen, na época presente) consideram o mercado expressão da sociedade civil; o desenvolvimento econômico, indicador de aumento social; a liberdade econômica, pré-requisito das outras liberdades. Nomeadamente, a extensão dos mercados e da sua coerência torna-se a condição *sine qua non* para que se conheça o real vínculo social, uma vez que o mercado libera das relações não escolhidas, verticais e assimétricas, e produz as condições para uma sociabilidade horizontal, entre sujeitos próprios e livres. Nessa tradição, portanto, o mercado, ou a economia, é visto em coerência estrutural com o campo social: a relação econômica não é diferente da relação social, mas é uma forma na qual a dinâmica da sociedade civil se exprime, o mercado é *civil society*.

Assim sendo (COSTA, et al., 1998 p. 76) faz esta comparação com a teoria econômica e a de comunhão:

> A economia de comunhão nos convida a produzir riqueza sem subtraí-la de outros, mas fazendo com que todos a produzam. Produzir riqueza não apenas através do trabalho físico e intelectual do homem, mas também por meio da criatividade e da capacidade de identificação com as exigências dos outros, como "mais-valia" da unidade; unidade de objetivos que nasce de uma colaboração harmônica. Esta é uma chave de leitura nova que poderá desencadear também uma nova criatividade, integrando profissionalismo e talento, recursos tecnológicos, propriedade e poupança, unindo exigências e disponibilidades produtivas, em nível nacional e mundial, entre todos os que quiserem tentar essa nova experiência.

Assim sendo (QUARTANA, et al., 1992) define que a estratégia do EdC diante dos desafios da atual realidade internacional, quais são os campos em que a perspectiva aberta pela compreensão de uma outra forma de economia pode, além de realizar-se, também transformar métodos e conteúdos da cultura econômica existente?

Através do olhar da economia de comunhão é possível repensar algumas das instituições do direito internacional que regem as relações econômicas entre os Estados: é ainda possível dizer de igualdade entre os sujeitos quando um acordo de natureza econômica tem como parceiros Estados de diferentes níveis de riqueza? Rever as estruturas do auxílio econômico significa também isso.

Ao mesmo tempo, é possível empregar um tratamento que seja apenas preferencial aos países mais pobres, com a inserção, por exemplo, da cláusula de nação mais

beneficiada, em vez de conceber uma verdadeira obrigação jurídica o colocar os países subdesenvolvido em posição privilegiada?

Diante da necessidade de tornar atuante, ao menos no campo da colaboração para o desenvolvimento, uma visão econômica que retribua à necessidade de reequilibrar relacionamentos estragados pela oposição entre países ricos e pobres e, sobretudo, de orientar para uma abertura comum a conduta desses países, a circunstância atual das relações internacionais mostra alguns sinais positivos. Trata-se de informações que anunciam como o caminho para a unidade entre os Estados pode ser vinculado à visão da economia de comunhão.

4. Projeto: EdC - Economia de Comunhão

Para tanto (SINGER, et al., 2000) sintetiza o projeto Economia de Comunhão na Liberdade surge como uma experiência econômica repousada na constituição de unidades produtivas que têm por finalidade central, além de gerar emprego e renda, realizar a distribuição do lucro segundo três finalidades específicas:

1. Reinvestir na atividade produtiva de modo que ela se mantenha economicamente viável;
2. Patrocinar a formação humana a fim de fortalecer a matriz cultural que lhe dá respaldo;
3. Ajudar pessoas em situação de pobreza, inicialmente no âmbito do Movimento dos Focolares.

O processo de geração do lucro (melhor seria dizer dos resultados) é observado como elemento essencial e estratégico, na medida em que é responsável por mediar e processar a comunhão. No contexto da EdC, ele assume um estatuto que diverge cabalmente daquele capitalista, em consequência de um conjunto representativo de técnicas interpessoais de valor extra contábil, inteiramente desconsideradas pela racionalidade econômica vigente. O sociólogo apud Sorgi (1998: 34) "a Economia de Comunhão surge como uma tentativa de (re) significar a economia, descobrindo-a em sua sociabilidade original, como expressão da vida social e caminho privilegiado de subjetivação, tendo por base a construção de uma sociedade efetivamente solidária".

No que tange à prática da comunhão de bens observa-se, com o surgimento da EdC, que ela ascende a um nível superior de organização, de conteúdo e de forma. Tendo sido experimentada pessoal e coletivamente ao longo de cinquenta anos, ela constitui a base material e metodológica sobre a qual se estabelece a EdC. Para Lubich, a comunhão de bens é uma expressão concreta e típica dos membros do movimento desde o início, que não pode deixar de ser colocada como base de qualquer atividade ou consideração sobre o uso dos bens ou sobre a solução das dificuldades sociais. É a base que, atingindo pessoal e concretamente cada pessoa, torna mais legítima e fecunda a busca dos meios, para viver com dignidade (1985: 15).

Neste contexto, a comunhão dos bens materiais e espirituais considerasse como uma prática cultural que tem na partilha, o seu núcleo central.

Em outros termos, o projeto Economia de Comunhão envolve um certo modo de conceber a vida social, no qual a comunhão constitui-se como chave de leitura da realidade e da própria vivência humana. Trata-se, nesse sentido, não apenas de um "agir econômico estrito", mas de uma vivência de resistência à organização econômica vigente.

Apud Araújo define essa questão nestas palavras: embora companhias que aderem ao projeto Economia de Comunhão se vejam na reserva de programar no interior do sistema capitalista, os fatos estão indo em direção oposta daquilo que são consideradas as vigas mestras do comportamento econômico vigente (1998: 11).

O desenvolvimento humano é outro elemento estratégico e imprescindível, apenas sobre essa base pode-se expandir a proposta cultural amparada pela EdC e concretizar o seu processo de interferência sócio histórico, alargando as suas possibilidades de efetivação. É essencial não perder de vista que, a longo prazo, esse fator pode fornecer para a supressão do caráter de subordinação e controle que o capital exerce sobre as práticas educativas, seja nos âmbitos institucionais, seja naqueles da existência. Entendida como processo contínuo e abrangente, voltado para todas as extensões da pessoa humana, a concepção tem por base beneficiar o seu pleno crescimento a partir do amadurecimento das condições físicas, mentais, afetuosas, estéticas e lúdicas.

Neste sentindo (LEITÃO, et al., 2006 p. 25) aponta que o EdC será uma solução para um dos problemas econômicos.

> Nessa busca de economias mais justas e equânimes, Linard (2003) lembra que os séculos XIX e XX presenciaram muitos experimentos de maior ou menor sucesso. À guisa de exemplo cita os movimentos cooperativos *quakers* e *friendy socíeties*.

> Algumas dessas propostas agiram tanto em nível local quanto internacional, mas havia pouca diferença entre o *ethos* comercial vigente e seus comportamentos para além de suas comunidades. Afirma a autora que, se existem outras iniciativas atuais, elas não são relevantes a ponto de gerar uma "terceira via" para o impasse socialismo-capitalismo. A exceção seria o projeto de EdC, por conta de seu alcance planetário e da quantidade significativa de apoio que recebe de milhões de simpatizantes. Ela lembra que na EdC não houve até agora nenhuma teorização consistente, o que não impediu o funcionamento de centenas de empresas que testemunham o ideal perseguido.

Conforme menciona (COSTA, et al., 1998) A economia de comunhão convida-nos a privilegiar as relações com "os destinatários" do nosso trabalho: é para eles que trabalhamos, é para eles que produzimos. Atualmente o mundo inteiro é todo interdependente, compõe-se de uma multidão de homens e mulheres - em sua grande maioria a nós desconhecidos - que trabalham para nós. A economia de comunhão (EdC) propõe o trabalho a benefício dos outros, que são todos nossos amigos: contra um amigo não brigamos, de um amigo não nos defendemos; entre amigos é possível edificar uma economia de comunhão na liberdade; liberdade feita também da possibilidade de cada um dispor livremente dos recursos que ele próprio "criou" com o seu trabalho.

Assim sendo (BRUNI, 2008 p. 37) vincula a economia civil a economia de comunhão como sendo uma alternativa para a atual economia de mercado:

> *In tal modo si supera certamente Ia prima visione che - come si e detto - vede l' economico (i mercati) in piena sintonia e sinergia con il sociale. L'impresa non e né "sempre sociale o civiIe", né "mai sociale o civile", ma costruisce il civile solo se accoglie al suo interno tutti principi del civile, come vedremo ancora in segui to.*
>
> *Ma nell'EdC si supera anche l'altra concezione "conflittuale" che vede il dono e Ia reciprocità appannaggio di altri momenti o sfere della vita civile (quelli non econornici), una visione questa - ancora oggi radicata in alcune forme di "comunitarismo" e in alcune frange del movimento antiglobalizzazione - che non e sostenibile. Non si edifica una buona o civile società senza economia, ma con un' economia buona e civile. Se infatti si andasse fino in fondo nella critica generalizzata ai mercati, si commetterebbero due errori: da una parte si confinerebbe l'economia "buona" in espressioni lodevoli ma marginali (artigianato, economia informale, ecc.), e, dall'altra, si ritirerebbero dai mercati "normali" le energie migliori, i soggetti con motivazioni civili ed etiche, abbandonando i mercati normali solo all'azione di individui interessati ai profitti. Non credo che questa soluzione possa essere, dunque, una proposta sostenibile se vogliamo davvero una società e un'economia civili. Lo*

> *sdegno per rapporti economici reali spesso ingiusti e disumani, dovrebbe aumentare l'impegno a far SI che i rapporti si umanizzino e civilizzino, ma all'interno delle dinamiche della città: e questo il messaggio, secolare, che proviene dalla civiltà cittadina europea, dall'umanesimo civile, dall'economia civile e, sebbene in un modo tutto suo, anche dall'EdC.*

Em outras palavras, defende (BRUNI, 2005) trata-se de uma economia experimentada não na luta para prevalecer, mas no "comprometimento de crescer juntos", arriscando recursos econômicos, criatividade e talentos, a fim de dividir os lucros com aqueles que o sistema econômico atual tende a excluir por serem "não-produtivos".

A proposta que, à primeira vista, pode parecer difícil de ser admitida, mas que é de grande atualidade e rica de valores humanos. O bem-estar econômico - conseguido à custas excluídos - não leva felicidade e paz nem mesmo a quem é indiferente ao aflição dos outros. Inclusive porque - como se conhece cada vez com maior frequência - depois será preciso defender-se do desespero destes, isolando-se por detrás de portas blindadas e em condomínios fechados.

Por outro lado, todos nós provamos em nossas famílias a plenitude e a paz inseparável à partilha e à ajuda generosa a quem passa por problemas financeiros. A Economia de Comunhão propõe que se abra o horizonte da família natural à família da Unidade – que já é "um só coração e uma só alma" - e, em seguida, a toda a família humana, a fim de que também ela se torne família da Unidade.

Ao empresário, que é levado pela própria essência a fazer da sua empresa uma proeminência do próprio ser na qual acumula os recursos produzidos (e para depois se dar conta, no fim da vida, de que o filho com o qual computava para levá-la adiante não tem aptidão para aquilo, ou então quer "ser poeta"), a "cultura do dar" indica a este mesmo empresário repartir durante a vida o produto de sua engenhosidade, ao invés de acumulá-lo todo, para talvez mais tarde entregá-lo a uma fundação, um hospital ou uma galeria de arte, "imortalizando-se" num busto de mármore, que ele sequer terá a satisfação de ver.

Diante do exposto (BRUNI, et al., 1999 p. 75) sintetiza:

> O projecto da "Economia de Comunhão", não obstante ter um alcance que vai muito para além da primeira instituição, quer ser uma tentativa de "humanizar a economia" e de se apresentar como uma alternativa económica para a sociedade actual. A sua força está no facto de, sendo a projecção da "Cultura do dar" na dimensão económica da sociedade, dispor de toda a experiência deste "paradigma interdisciplinar da unidade".

> Assim, o projecto da "Economia de Comunhão" coloca-se ao lado das propostas que aceitam o desafio de uma visão complexa, interdependente e interrelacionada da realidade, cuja actualidade é também evidenciada pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável.
>
> Abordagens como a da "Economia de Comunhão" têm, sem dúvida, um valor macro-económico. Actualmente, porém, a ênfase do projecto recai na realidade empresarial, na gestão das relações internas e externas da empresa, na sua identidade, na sua função no que respeita os factores intervenientes. Actualmente o projecto, mais do que uma "economia de comunhão", evidencia uma "Cultura empresarial/organizacional" de comunhão; ou como recentemente Chiara Lubich definiu, uma proposta de "agir económico".

Assim sendo, (COSTA, et al., 1998) menciona que o cristianismo doutrina que o homem não vive apenas para atuar no mundo onde convive, nem mesmo no campo econômico, mas que tem um Pai capaz de sustentá-lo a cada instante diante do seu esforço - até mesmo no esforço da produção econômica -, se ele se comportar como filho, ou seja, se estiver disposto a tratar todos os homens como autênticos irmãos.

Para que a economia de comunhão verdadeiramente produza seus frutos é preciso que penetremos na nova cultura do dar: é preciso crer sinceramente no poder da unidade de intenções, que nasce quando tornamos nosso o interesse do cliente, ou seja, o valor do outro, e assim como o da pátria ou da corporação do outro, deixando a cultura da competição.

Não basta produzir lucro a qualquer custo, e depois dividi-lo: é preciso deixar que essa nova cultura adentre entre os trabalhadores na fábrica, no escritório, entre os profissionais, no campo das transações comerciais internacionais. Como tornar possível essa drástica inversão na tendência do nosso agir? Pelo menos os cristãos não precisariam fazer crítica da falta de motivação cultural para isso, pois a consciência de serem uma única realidade humana e a garantia de tal realidade deve ser anteposta a qualquer outra. É esse o desígnio sobre a humanidade que Jesus nos transmitiu, como encontramos nos Atos dos Apóstolos: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma (...), tudo era comum entre eles”.

Todos nós conhecemos bem essa frase, mas na maioria das vezes somos levados a não tomar a sério a sua primeira parte, prestando mais atenção à segunda, ao “tudo era comum entre eles”, que soa aos nossos ouvidos como algo muito duro, difícil de alcançar, senão totalmente ilusório. Isso vale, sobretudo para nós, ocidentais, tão condicionados por uma cultura egoísta.

Desta forma (BRUNI, et al., 1999 p. 42) mostra-nos a importância do individualismo na sociedade:

> A afirmação do valor do indivíduo, do seu caráter único e irrepetível, dos seus direitos são com certeza uma das grandes heranças do Ocidente, em particular do cristianismo. Nas outras culturas, em geral, o ponto de referência era o grupo, o clã, a tribo. O sujeito perdia-se na comunidade como uma gota d'agua no oceano, no qual a gota só tem sentido porque contribui, com as outras gotas, na formação do mar; mas, uma vez alcançado o mar, já não encontramos nenhum traço da gota, da sua individualidade. Sendo assim, o valor do indivíduo estava inteiramente ligado ao da comunidade; não existia antes e fora dela.
>
> Com a revelação judaico-cristã, o valor do indivíduo-homem adquire uma dignidade e um valor altíssimos: ele torna-se "pessoa". Com ela, adquirem valor altíssimo à história e as realidades terrenas que já não eram vistas como imagem, sombra da verdadeira realidade, a realidade transcendente. Não se compreende o mundo moderno (ocidental), a técnica e a ciência fora desse processo de valorização do homem.

Cita (COSTA, et al., 1998) as convivências entre os homens-assim como requer uma intensa vocação do homem e como os períodos fortes da vida cristã já promovem - devem ser sempre assim, devem ser relações francas, na plena confiança recíproca. As remunerações econômicas dos trabalhos entre fornecedores e clientes podem, sim, ser discutidas, mas para acertar-se de que sejam lícitas e não para combinar o "superfaturamento" ou a "comissão"!

Os relacionamentos, mesmo os econômicos, deveriam repousar-se na capacidade de nos pormos na pele do outro, de procurarmos o que é melhor para ele, e não na tentativa de pressioná-lo, de convencê-lo de que não há alternativa, talvez até mesmo violentando-o com a vigor da nossa inteligência ou com técnicas de marketing!

A economia de comunhão é um desafio cultural profundo, fundamentado no apelo a transformar o tempo da ação humana em uma ocasião de cooperação entre todos, e a ver os resultados econômicos como o fruto da comunhão entre todos.

O fato de ser "conveniente", sob o aspecto puramente material, tratar bem o cliente não basta para a difusão dessa atitude por puros motivos de conveniência econômica; não funcionaria, por exemplo, para quem trabalha em "regime de monopólio", como na burocracia estatal, nos serviços médico sanitários e assistenciais, nos transportes públicos etc.

Ao contrário, numa economia de comunhão, tratar bem o cliente nasce de uma motivação diferente, nasce do empenho em crescerem e crescerem todos juntos, em servirem

– na pessoa humana do cliente - àquele milagre de intuições transcendentes que os tornaram seres únicos e irrepetíveis. O bom resultado econômico que poderá originar-se a partir desse modo não será outra coisa senão a aprovação de que também os automatismos econômicos do mundo respondem a harmonias superiores.

5. Economia de Comunhão – Empresa e Sociedade

Para (COSTA, et al., 1998) a economia de comunhão convida-nos a gerar riqueza sem subtraí-la de outros, mas fazendo com que todos a produzam. Gerar riqueza não apenas através do trabalho físico e intelectual do homem, mas também por meio da capacidade criadora e da identificação com as cobranças dos outros, como "mais-valia" da unidade; unidade de objetivos que nasce de uma cooperação harmônica. Esta é uma chave de leitura nova que poderá desencadear também uma nova criatividade, unindo profissionalismo e talento, recursos tecnológicos, propriedade e poupança, unindo exigências e disponibilidades produtivas, em nível nacional e mundial, entre todos os que apreciarem tentar essa nova prática. Conceitua (SINGER, et al., 2000 pp. 336-337) compreende um determinado modo de conceber a vida social:

> A formação humana é outro elemento estratégico e indispensável. Somente sobre essa base pode-se ampliar a proposta cultural sustentada pela EdC e consolidar o seu processo de intervenção sócio-histórico, alargando as suas possibilidades de efetivação. É importante não perder de vista que, a longo prazo, esse fator pode contribuir para a supressão do caráter de subordinação e controle que' o capital exerce sobre as práticas educativas, seja nos âmbitos institucionais, seja naqueles da existência. Entendida como processo contínuo e abrangente, voltado para todas as dimensões da pessoa humana, a formação tem por base favorecer o seu pleno desenvolvimento a partir do amadurecimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. No contexto da EdC, ela se processa de maneira relevante nas Mariápolis permanentes, visto que estas se constituem em centros de convivência e de formação junto às quais estão localizados os pólos empresariais vinculados ao projeto. Informalmente, ela se processa no cotidiano, qualificando, desmistificando e potencializando as relações nele tecidas. (...)
>
> Por mais delimitada que seja a repartição do lucro explicita a construção de um movimento cultural que se insere no mundo da produção. O "destinatário" da partilha do lucro não é um desconhecido, um estranho ao projeto. Pelo contrário, é um sujeito

> ativo que, ao colocar em comum, ao partilhar as suas necessidades, eleva as relações interpessoais a um patamar superior, abrindo a atividade produtiva a um novo horizonte: a comunhão. A atividade produtiva, nesse contexto, extrapola a esfera da produção e da distribuição e entra na dinâmica da comunhão, a única, possivelmente, capaz de exterminar pela raiz a racionalidade capitalista.

A vida de comunhão para (BRUNI, 2005) revelar-se também na comunhão do lucro, segundo os três objetivos, que é o aspecto mais aparente da vida de comunhão dessas companhias. Mas, desde os primeiríssimos tempos do projeto, compreendeu-se visivelmente que a comunhão é muito mais exigente do que a mera distribuição do lucro. De fato, o lucro é um aspecto - certamente, não o mais importante - da riqueza, do valor agregado de uma empresa (sólida). Entre as primeiras explanações sobre o projeto, lemos: "Dos resultados econômicos obtidos pela atividade da empresa, o lucro é apenas a ponta do iceberg que aflora dos cálculos contábeis". O principal do iceberg, ou seja, o grande número de itens de crédito e débito (...) não é menos importante que o valor do saldo, considerando-se uma correta avaliação social da atividade desenvolvida.

De fato, uma empresa pode distribuir riqueza (e em geral distribui) de muitos outros modos, além da repartição de lucro aos sócios. "Pode fazê-lo (e muitas vezes o faz, mesmo que em termos diferentes) oferecendo boas oportunidades de trabalho, boas condições de qualidade e preço dos produtos vendidos, ou ainda; boas oportunidades de colocação para os produtos dos fornecedores" apud (Gui, 1998, p. 98). A comunhão do lucro é a termo final de uma vida de comunhão que abrange a vida empresarial inteira. Em 1997, foi redigida uma espécie de manifestação sobre o "estilo de vida empresarial" dirigido para a cultura da comunhão - Linhas de condução de uma empresa da EdC - que cita as implicações da vida de comunhão em vários âmbitos da atividade de uma empresa: da ligação com o fisco (voltada à plena legalidade) àquela com os concorrentes, com os clientes e com os fornecedores, à atenção com o meio ambiente e a harmonia da sede e dos espaços da empresa. Colocar em comunhão o lucro doá-lo com nobreza, é, portanto, manifestação da crença e da vida da chamada "cultura da partilha" ou "cultura do dar". Desta forma (BRUNI, 2005 pp. 71-72) destaca os desafios do EdC numa atividade econômica.

> A origem da economia moderna é associada ao aparecimento de dois fatos, que são ao mesmo tempo antigos (uma vez que se originaram da cultura grega e, particularmente, do cristianismo) e novos (porque permaneceram em demasia no pano de fundo do pensamento e na sociedade pré-modernos). O primeiro é a afirmação da categoria da

individualidade (distinta da comunidade e, em alguns casos, oposta a ela), do valor do indivíduo, de seus direitos e, especialmente, de sua liberdade. O segundo fato é a afirmação do princípio de igualdade, também esse como reação ao mundo desigual precedente e como ruptura com ele. Dumont, filósofo francês, dá a idéia dessa passagem contrapondo o *homo aeoualis* da economia moderna ao *homo hierarchicus* da pré-modernidade (e das culturas não ocidentais, como a hindu; cf. Dumont, 1984; Idem, 1980). O mercado passa, então, a ser o mecanismo que, mais do que todos, quer representar e levar às últimas consequências dois dos princípios nos quais a modernidade se baseia: a liberdade dos indivíduos e a igualdade entre eles.

Essas considerações, que não são originais, servem-nos, todavia, como ponto de partida para duas perguntas, talvez menos óbvias, a fim de aprofundarmos nosso estudo sobre a EdC e sua lógica:

1) Por que, não obstante a economia moderna ter nascido profundamente ligada aos princípios da igualdade e da liberdade, a empresa, sua principal instituição, constituiu-se sobre o princípio hierárquico?

A sociedade ocidental pré-moderna, embora irrigada e profundamente modelada pelo evento cristão - que propôs uma convivência humana fundamentada no princípio da fraternidade -, era, na sua estrutura de base, uma sociedade desigual, cujas relações não eram prevalecentemente "horizontais", mas, sim, "verticais", pois fundamentadas na prioridade do princípio hierárquico. (...) A irrupção da economia de mercado desancou as rígidas estruturas verticais e iniciou uma lenta e progressiva subversão da sociedade feudal; o mercador é, por "vocação", elemento de ruptura dos equilíbrios sociais (lembremo-nos das teorizações de Weber ou Schumpeter).

2) Temos certeza de que o mercado é realmente o lugar da liberdade e da igualdade?

Minha impressão é de que o mercado não manteve suas promessas, expressas por Smith e pelos fundadores da economia moderna, quer em termos de liberdade, quer em termos de igualdade. Vejamos a igualdade. Em primeiro lugar, lembremos que o mercado é, sobretudo, uma questão de cooperação, uma vez que se apóia essencialmente no contrato e no consenso. Claro que uma economia de mercado necessita de muito mais do que contrato e instituições (mesmo porque os contratos nunca são completos), mas o fato é que o contrato é a instituição príncipe do mercado. Todas as forma cooperação requerem paridade entre os sujeitos que cooperam, que têm interesse comum no aumento do bolo, pois isso também implica diretamente o aumento de cada uma das fatias. Notamos, imediatamente, que conceito entra em crise, a não ser que não queiramos interpretá-lo como igualdade no interior de uma elite adaptada (medida em termos de resultados materiais). Mas, para aqueles que caem ao longo do processo evolutivo, o mercado, certamente, não se apresenta como lugar de encontro de partes iguais.

6. Trabalho na empresa

A fim de entrar no ambiente da sincera energia para crescermos juntos é, porém, necessário que nos liberemos da perspectiva unilateral na qual a visão economicista da realidade nos quer manter presos. Segundo tal perspectiva, o único fator que motiva a atividade do homem é a aspiração do ter, que na atividade econômica se transforma na exclusiva busca do lucro.

Os resultados econômicos de uma companhia são efetivamente melhores quando seus dependentes estão afinados entre si, quando incluem o valor de partilhar as próprias experiências (ao oposto de verem o outro como uma barreira à própria ascensão profissional e, por isso, crerem ser melhor esconder os conhecimentos para que ele não tire benefício disso).

Os resultados de uma organização são decisivamente melhores, quando ela dispõe de trabalhadores competentes de criar para a, empresa, além dos lucros que aumentam o capital monetário, também um patrimônio de atitudes marcadas pela colaboração, pelo profissionalismo, pela atenção às cobranças do cliente, por um sério controle da qualidade dos produtos.

Se os labutadores forem capazes de gerar e mantiver a harmonia - até mesmo na disposição dos escritórios na organização de suas mesas de trabalho, nos laboratórios nas oficinas - a empresa adquirirá uma atitude própria que se tornara um símbolo determinante para o cliente no momento em que este deverá decidir a quem entregar novos pedidos. Pois, na verdade, ele estará preocupado não só com o preço, mas também com a nível do produto, com o tempo de entrega etc. A imagem de harmonia e ordem na maneira de trabalhar, aliada à manifestação de confiabilidade e cuidado com que o trabalho é executado terão peso definitivo - por vezes até maior que o preço reduzido do produto ou serviço oferecido- no momento da escolha do fornecedor.

Tudo isso constitui que, junto com o "capital monetário", o estilo de convivência e o modo de se relacionar dos trabalhadores entre si, e destes com os clientes e fornecedores, coopera para fazer crescer um componente todo especial do capital da empresa, um objeto que é imaterial, mas igualmente concreto: é o "capital-símbolo" da empresa. Em tal ambiente, os trabalhadores se sentirão realizados, acenados não tanto por um salário mais elevado que em outros lugares, mas também por sentirem que neste trabalho poderão utilizar todas as suas habilidades: sem reservas ou incertezas, seguros da confiança e da solidariedade da empresa

diante de q ualquer risco que eles possam assumir por ela ao envolver-se na realização da estratégia empresarial.

Uma empresa dessas obterá resultados surpreendentes, como um maravilhoso raio laser. Num cristal, quando estimulado do eletricamente, os elétrons movem-se de maneira desconsertada, emitindo, com seu trajeto, uma modesta luz em todas as direções.

O quadro organizado por Leitão, faz uma símile dos custos e benefícios angariados através do EdC, pode-se observar um forte crescimento e envolvimentos por parte de empregados e empregadores. Mostrando assim uma nova visão administrativa e econômica promovida pelo EdC.

Custos	Benefícios
Investimentos na força de trabalho: treinamento, maiores salários e bonificações; recrutamento	Aumento da produtividade através de um maior espírito de equipe
Investimento ambiental e tecnológico; pressões sobre fornecedores e clientes	Crescentes níveis de inovação através de ativa participação e senso de propriedade compartilhada
Investimento em saúde ocupacional e segurança no trabalho	Maior disposição dos trabalhadores para horas extras e tempos difíceis
Investimentos na comunidade local e em serviços voluntários para organizações locais; comunidade focolarina	Lealdade dos compradores; valorização do processo de produção e do produto
Investimento na "sociedade global" através da distribuição de lucros na economia da partilha	Rede internacional de suporte e contatos através do *focolare*; tendência à autonomia e à tecnologia compartilhada
Pagamento de impostos	A transparência fiscal capacita a cuidadoso planejamento durante crises
Perda de vendas por não-aceitação de corrupção	A motivação espiritual para enfrentar fases difíceis é maior do que o medo de o projeto falhar; crença na Providência

Quadro 1 – Custo e Beneficio da Economia da Partilha (LEITÃO, et al., 2006 p. 29)

Outro encaminhamento dado por (SINGER, et al., 2000) ao lucro é a comunhão com aqueles de privar de condições de arcar autonomamente com a própria estabilidade. Nesse sentido, o lucro tem sido pratico para atender às suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia, saúde e transporte, em meio a outras.

A experiência da comunhão de bens, promovida no Movimento, em nível pessoal e coletivo, desde o começo, tem por intenção realizar, de modo processual e orgânico, a uniformidade social. Com o lançamento da EdC, essa experiência assume a forma de fator de distribuição, na medida em que, incidindo na esfera produtiva, efetua imediatamente, e como é possível, a distribuição da renda.

Conforme aponta apud Sorgi, "a igualdade não deve ser vista como um valor que se pode acrescentar ou impor, mas deve encarnar-se nas estruturas econômicas. Essa medida poderá ser mais eficazmente normatizada na proporção em que for uma exigência humana para o conjunto da sociedade".

Por mais limitada que seja a distribuição do lucro explicita a construção de um movimento cultural que se insere no mundo da produção. O "destinatário" da partilha do lucro não é um desconhecido, um estranho ao projeto. Pelo contrário, é um indivíduo ativo que, ao colocar em comum, ao dividir as suas necessidades, eleva as relações interpessoais a um patamar significante, abrindo a atividade produtiva a um novo horizonte: a comunhão. A atividade produtiva, nesse contexto, supera a esfera da produção e da distribuição e entra na dinâmica da comunhão, a singular, possivelmente, capaz de exterminar pela raiz a racionalidade capitalista.

A prática tem confirmado que um fator singular e responsável pela continuidade, pelo crescimento e pelo amadurecimento da atividade empresarial, na sua globalidade, é a vida de comunhão exercida no cotidiano e realizada livre e conscientemente por todos os agentes produtivos.

Na esfera do projeto, o investimento no nível dos relacionamentos tem determinado inovações sociais valiosas, facultando a preparação de estratégias seja na gestão da empresa, seja na organização da produção.

Desta forma destaca (BRUNI, 2005 pp. 81-82) uma empresa plural:

> A proposta da EdC é um convite à recomposição da lógica da economia: superando a visão dicotômica empresa-mercado, ela convida a que se vivam todas as relações como comunhão em vários níveis. Nas relações internas da empresa, a EdC afirma a prioridade do princípio da reciprocidade. Colocar a comunhão no cerne da vida econômica e da empresa significa afirmar que o "princípio da reciprocidade" é o princípio fundamental: a autoridade apoia-se nele. Essa afirmação não significa negar a existência e a importância da autoridade, especialmente nos momentos em que se experimentam conflitos de interesses; mas significa reconhecer antes que somos irmãos - portanto, iguais em dignidade - e depois, em segundo nível, que temos funções e tarefas, e, consequentemente, responsabilidades diferentes.
>
> Nessa base é possível viver a reciprocidade na empresa. As funções continuam, naturalmente, distintas, como são distintos os princípios, evitando-se assim dois erros típicos: de um lado, que em nome do princípio de fraternidade se negue a diversidade de papéis e, portanto, de funções; de outro, que o princípio hierárquico impeça que se experimente a liberdade da fraternidade que uns se identifiquem com os outros.

Ao procurar uma nova relação entre mercado e sociedade, (BRUNI, 2005) diz que a EdC fecha um significado profético, porque desafia as ideologias influentes na era da globalização. Se a empresa é idealizada como comunidade, procurando viver as relações comerciais e de trabalho como ocasião de encontro de pessoas, se a empresa é refletida como bem social e como recurso coletivo, então, a EdC vai muito mais além de uma idéia de mercado como lugar somente de relações instrumentais. Ao pensar e viver a economia assim, e ao continuar inserida na dinâmica dos mercados, a prática da EdC vincula-se à tradição clássica, humanista e cristã da *economia civil* e assume o desafio de conjugar mercado e virtudes civis, eficiência e solidariedade, economia e comunhão. E isso não é pouco. Muitos asseguram que a economia de mercado, se almejar um futuro sustentável e humano, deve acreditar e deixar que se desenvolvam, no particular do próprio campo econômico, condutas regidas por preceitos mais ricos e complexos do que a simples maximização de resultados.

Todas as sociedades humanas são regidas pela interação de três princípios fundamentais: a troca, redistribuição de riqueza e o dom. Por toda a história sabemos de aldeias sem troca; mas não duraram, ou não continuarão a viver, aldeias sem alguma forma de dom, sem reciprocidade genuína. O processo de globalização tem derradeira necessidade de potencializar o "princípio da gratuidade" em toda parte do planeta. Mas, sobre quais bases é plausível explicar um alcance da gratuidade da esfera privada - que ninguém questiona - para o âmbito econômico, para os mercados?

A EdC é a flor de uma árvore que dura há muitos séculos, cujas raízes se enraízam na Idade Média cristã, com período de ouro na escola napolitana de Genovesi, e hoje sente muito próximo o pensamento dos economistas civis. Esta é uma recordação que observa o mercado como expressão da sociedade civil: pessoas (e instituições) civis produzem economia civil, pessoas (e instituições) incivis não geram uma economia neutra, mas uma economia incivil.

Uma economia "em várias dimensões": é esse o desafio que a EdC lança no começo do terceiro milênio. Uma economia que refaz a vida na unidade, por sustentar não somente a vida familiar, afetiva e espiritual como expressão de valores "elevados", mas também trabalhar, constituir empresas, produzir e comercializar. É a vida que se reunifica e, assim, torna-se mais feliz. Uma atividade econômica que queira contribuir com o bem estar, que ajuda, inclusive mediante os bens, a fazer as pessoas "florescerem", deve dar espaço, internamente à dimensão do dom, do amor, da comunhão e da espiritualidade. Isso porque, se a economia não se encontra também com a dimensão espiritual, o consumo torna-se desejo de

consumo, que esvazia o coração dos seres humanos, e estes se verão deprimidos, ainda que submersos pela fortuna material.

A verdade que este vazio interior existirá sempre que a partilha não entrar neste ser humano, neste caso ele se esvazia de amor, não saboreia aquela alegria que somente o amor oferece. Os bens não se revolvem naturalmente bem-estar; torna-se somente se compartir com outros.

Por fim, qualquer explicação de uma experimentação viva, como é a EdC, não pode ser senão uma figura estática e um pouco fria - como é uma imagem em relação à cena viva que tenta traduzir - semelhante à graça da vida.

CAPITULO IV

A COMUNHÃO A CAMINHO DA RAZÃO DE DESPRENDER

Estudo para subvenção econômica – politica fiscal

Reflexão sobre o individualismo

Para (BRUNI, et al., 1999) a afirmação do valor do indivíduo para, do sua postura única e sem repetição, dos seus direitos e com uma grande herança do Ocidente, em especial do cristianismo.

Em outras culturas, em geral, o indicador era o grupo, o clã e a tribo. O indivíduo perdia-se na sociedade como um pingo d'agua no oceano, no qual a gota só tem sentido porque fornece, com outras gotas, na formação do oceano; mas, uma vez atingido o mar, já não encontramos nenhum traço do pingo, da sua individualidade. Assim sendo assim, a importância do indivíduo estava inteiramente ligado ao da comunidade; não existia antes e fora dela.

Com o aparecimento judaico-cristão, a importância do indivíduo-homem adquire uma dignidade e um significado altíssimos: ele torna-se "pessoa". Com ela, adquirem valor altíssimo a história e as realidades que já não eram vistas como figura, sombra da verdadeira realidade, a realidade sublime. Não se entende o mundo moderno (ocidental), a técnica e a ciência fora desse processo de valorização do indivíduo.

Normalmente, é atribuída ao humanismo (cf. Garin, 1994) a data do início da valorização da dignidade humana; teve o início a esse processo, deveria ser atribuído à gruta de Belém. Toda a Idade Média e, ainda antes, a resumo do pensamento cristão feito pelos Clérigos da Igreja do Oriente e do Ocidente podem também ser vistas como o processo de uma progressiva tomada de consciência da dignidade da pessoa e de formação de divisões filosóficas e teológicas ajustadas para exprimi-la.

Juntas as ciências modernas - filosofia, política, física e as mais recentes ciências sociais - surgiram da reivindicação da própria autonomia, em nome do valor e da dignidade da pessoa humana, das suas obras e dos seus conhecimentos. Não é de se estranhar que a ciência

e a técnica, compreendidas como controle e separação da realidade (a fim de dominá-la), sejam um produto característico do Ocidente e, a seu modo, da cultura cristã.

A ciência econômica é um dos espaços nos quais a afirmativa do valor do indivíduo-pessoa achou a maior expressão. São bem conhecidos os estudos de Max Weber, que liga o surgimento do capitalismo à tradição cristã (em particular à cultura calvinista), ou trabalhos mais modernos, que identificam exatamente na valorização dos fatos e da produtividade humana, o substrato no qual se pôde desenvolver o capitalismo moderno (cujas origens, estão profundamente plantadas na Idade Média; cf. Weber, 1991; Novak, 1990; Sirico, 1998).

Em economia, parte-se do propósito de que os indivíduos não estão vinculados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de começar a troca; deste modo, é provável o exercício intelectual de separação do ego (eu) do a/ter (outro), construindo assim uma ciência individualista, na qual o eu, o agente individual, pode ser analisado isoladamente das suas afinidades com o outro.

O economista do século XVIII e da primeira metade do século XIX abordava de tudo o que dizia respeito à riqueza: trabalho, população, ética, psicologia, luta de classes, felicidade pública. A sua crítica era, com certeza, "social" porque não podia ser diferente.

A divergência metodológica ocorreu no final do século XIX, quando, inclusive graças à introdução da análise matemática na economia e dos métodos quantitativos, o economista deu um salto de qualidade no processo de diferença da própria "fatia" de realidade. E, da análise de um indistinto social, passou a reunir-se nas ações do solitário e solitário e *homo economicus*, tendente a desenvolver ao máximo o próprio fruto individual.

Desse época em diante, o economista, ao explanar todo tipo de acontecimento, partiu sempre da conduta individual, separado e independente dos outros, e, a partir dele, entendeu e analisou os acontecimentos sociais. É esta a abordagem que a Escola Austríaca, no início do século XX, chamou de "individualismo metodológico".

É este o momento no qual o valor do indivíduo degenera em individualismo, no movimento de que fenômenos não redutíveis a ações de indivíduos abstraídos uns dos outros não interessam à ciência econômica consagrada.

Todas essas análises tinham em comum a revelação da insuficiência do eu-separado e das suas ações para se descreverem e compreenderem os fenômenos econômicos e sociais.

É dado de fato que os consumidores estão tornando-se cada vez mais sofisticados e, em certos casos, mais maduros. Há algumas décadas, assiste-se no Ocidente a um

extraordinário desenvolvimento de ensaios de consumo e poupança "éticos" ou "críticos"; em outras palavras, o cidadão sente a crescente urgência de harmonizar as próprias escolhas econômicas com a sua concepção de vida. Os consumidores e os poupadores estão cada vez mais preocupados não apenas "aquilo que adquirem, mas também em como certo produto chega ao seu carrinho de compras, interessados na sua qualidade própria". A poupança ética, o aumento do consumo ecológico, a Economia de Comunhão e outras experiências o demonstram. Varias alternativas de consumo são sempre mais "expressivas" (comprar uma roupa de grife, um tipo de tênis, um livro (...) para "expressar" algo de mim...). Pode-se esclarecer essas condutas qualitativas recorrendo a uma racionalidade individualista e instrumental? Não me parece. Mais perfeito seria dizer que se ilustram aspectos marginais dos fenômenos, mas não se segura a sua substancia. E este fato não é apenas "coisa de economistas", mas tem valores fundamentais que vão além da ciência econômica. Em sua tese de doutorado (GONÇALVES, 2009 p. 26; 35) explora a idéia do individualismo nas pessoas:

> O fato é que há uma mudança que tira de foco o todo, o bem comum, direcionando-se para o indivíduo, e esta mudança se configura num dos movimentos que acentuam a confusão entre público e privado. Esse fato trará consequências práticas para a questão ética na vida moderna. (...)
>
> "Se queres...", ou seja, Jesus explicita que a liberdade é um dos fundamentos da ética trazida por Ele. Este "se queres" elucida que a escolha é livre. O chamado a seguir Cristo é o ponto máximo da vida cristã, e, no entanto, no convite a segui-lo, a escolha na liberdade. Convém esclarecer que a liberdade proposta pela ética cristã não é uma simples busca por autonomia, por uma independência em relação ao outro. Ao contrário, é uma liberdade que caminha em direção ao bem, em direção ao outro. É a liberdade que chama a si a responsabilidade, o ato de dar resposta. Ou seja, se difere totalmente de uma opção individualista, egoísta ou injusta.

Desta forma destaca (BRUNI, 2005) que muitas das ações de cooperação a que vimos na vida cotidiana encontram elucidação na base da lógica individualista e instrumental (e condicional). Vale frisar que uma nação que não sabe captar esse tipo de oportunidade para cooperar é "mais pobre". Também a cooperação instrumental dos contratos, exige civilidade e é sinal dela: leis, convenções, juízes honestos (...). Uma civilização prospera quando sabe intensificar todas as formas de cooperação, inclusive aquela espontânea, à qual acabamos de citar, típica da comunhão. Estou convencido de que a convivência civil e as dinâmicas econômicas conhecem também outras formas cooperação, que podem surgir com base num

raciocínio movido por outro tipo de racionalidade. A EdC é também um laboratório em que se observa um tipo de racionalidade que conduz à cooperação com base numa lógica distinta de conduta.

Assim sendo, um agente econômico (indivíduo) compreende, pois, a reciprocidade de modo diferente de como é colocada hoje na economia. Respeita o meio ambiente, paga os impostos ou arquiteta sua casa respeitando as diretrizes do plano diretor (são pontos de cooperação), porque, para um indivíduo, essas condutas são valores, porque lhe dão uma gratificação intrínseca, e não só instrumental (ou seja, benefícios materiais da cooperação, que também experimenta). Sabe igualmente que sua atuação será inteiramente válida, se também os outros se comportarem do mesmo modo (se corresponderem), mas não condiciona sua conduta aos dos outros (como faz o homo *oeconomicus*[10] padrão). Em outras palavras, ele tem uma cultura da cooperação, em que cultura significa dar valor a um comportamento considerado benévolo antes dos resultados materiais que esse mesmo comportamento também lhe proporciona. Do mesmo modo, se os outros se comportarem com base na mesma racionalidade e cultura, então, ele satisfará seus sentimentos ao máximo, e ainda o bem-estar social poderá progredir.

Para completar, os fatos mais belos da vida são as de reciprocidade: a família, a amizade, o amor, o jogo, a festa. É mesmo por isso, que reciprocidade é outra palavra-chave da EdC. Termo não completamente estranho à economia. Aliás, a economia também pode ser encarada justamente como um ponto de reciprocidade, entendida de modo óbvio e específico; diferente do sentido que lhe é atribuído na EdC. O ponto de vista predominante na economia ainda tende a observar a atividade econômica como uma questão política, civil ou social, que traçava ver com as escolhas do indivíduo dentro de redes de relações. Claro que, em paralelo com as outras ciências sociais, a economia quiçá seja a menos "social", porque tende a observar a sociedade como o resultado das escolhas dos indivíduos (que, afinal de contas, ela considera racional): Em todo caso, dificilmente alguém viria a recusar a natureza social da economia, e falar de sociedade significa essencialmente discorrer ainda de reciprocidade.

[10]É o conceito em algumas teorias econômicas dos seres humanos como racionais e pouco egoístas atores que têm a capacidade de fazer julgamentos em relação a seus fins subjetivamente definidos. Esta teoria está em contraste com o conceito de *reciprocans Homo*, que afirma que os seres humanos são motivados principalmente pelo desejo de ser cooperativo, e melhorar o seu ambiente.

1. Desequilíbrio social e a Economia de Comunhão

Para (QUARTANA, et al., 1992), as grandes alterações de ordem político-social que neste final e nos primeiros anos deste novo milênio estão gerando uma reviravolta, sobretudo na Europa (vide a crise dos países desenvolvidos), não alteram os dados do real problema que somos convidados a solucionar. Alguém já afirmou com muita clareza: "Jamais na história da humanidade os desequilíbrios econômicos foram tão evidentes; todavia, não implica apenas o episódio de esses desequilíbrios serem tão claros, mas também de eles atingirem bilhões de indivíduos. Se observarmos as separações no campo econômico podemos verificar que nos países mais ricos do mundo a renda *per capita* anual é de dezoito mil dólares, o que representa uma soma muito elevada; ao passo que nos países mais carentes do mundo ela é somente trezentos e setenta dólares ao ano, ou seja, um dólar ao dia" (Golíni, 1991).

Os números estatísticos anunciados por institutos internacionais como FAO, UNICEF e o próprio Banco Mundial corroboram a importância deste problema. Os diversos relatórios e estudos, encomendados por institutos e fundações internacionais, reafirmam que esta convergência deve permanecer inalterada e que a perspectiva é de que a situação geral piore. Desta forma (GONÇALVES, et al., 2010 pp. 119-120)mostra como esses dados afetam a população de baixa renda.

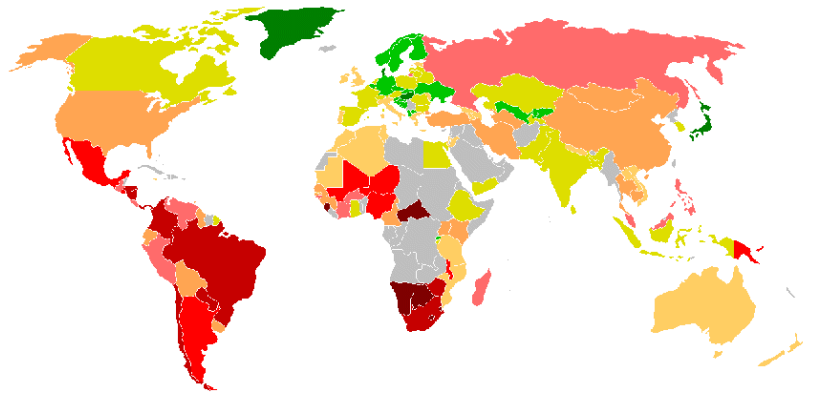
> No mundo, existem grandes disparidades de renda entre países e também dentro de cada país. No Brasil, os l0% mais ricos da população têm renda 30 vezes superior aos 10% mais pobres. Enquanto os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda nacional, a metade mais pobre da população detém menos que 15% da renda, e uma considerável fração da população vive na miséria. A comparação com dados internacionais mostra que de fato o Brasil é um país bastante desigual.
>
> Desigualdade de renda não é o mesmo que pobreza. Os Estados Unidos têm um índice de desigualdade maior que a Nigéria, apesar de terem muito menos pobreza. Um país habitado somente por pessoas pobres não será um país desigual. Contudo, em geral, onde a desigualdade é grande, como no Brasil e em vários países da América Latina, África e Ásia, haverá também pobreza, miséria.
>
> A miséria implica um verdadeiro desperdício de habilidades fundamentais para produzir bens e serviços no mundo de hoje. Milhares de "potenciais" engenheiros, empreendedores, cientistas, professores, médicos, advogados etc. nunca chegarão a se formar, a alcançar a plenitude de suas capacidades econômico-sociais, se tiverem o azar de nascerem na pobreza e não receberem ajuda para dela se desvencilhar. A pobreza é uma corrente difícil de ser rompida sozinha.

Com base no índice Gini[11] (mede a desigualdade social no país) o IBGE divulgou o índice no Brasil de 2010 com base em 2009. O instituto calculou o coeficiente em 0,538 em 2009. Comparando os 20% mais ricos do país possuem uma renda 27 vezes maior do que e os 20% mais pobres e se comprarmos os 10% mais ricos, tem um rendimento 57,8 vezes maior que os 10% mais pobres do Brasil. O índice Gini do Brasil vem caindo lentamente ao longo das duas últimas décadas. Em 1991 era de 0,6366 e em 2005 =0,552.

Índice de Gini de outros países:

- Alemanha: 0,27 (2006)
- México: 0,479 (2006)
- Argentina: 0,49 (2007)
- China: 0,47 (2007)
- Estados Unidos: 0,45 (2007)
- Paraguai: 0,568 (2008)
- Noruega: 0,25 (2008)
- Portugal: 0,385 (2008)
- França: 0,327 (2008)

Assim sendo, pode-se notar o como está à distribuição de renda no mundo.



Color	Gini coefficient		0,35 - 0,39		0,55 - 0,59
	< 0,25		0,40 - 0,44		> 0,60
	0,25 - 0,29		0,45 - 0,49		NA
	0,30 - 0,34		0,50 - 0,54		

Fonte: IBGE

Quadro 2: Distribuição de renda no mundo

[11] Desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini, o Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre (0 e 1), sendo que quão mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país., ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do (1), maior a concentração de renda no país.

Assim sendo (PERRET, et al., 1993) afirma que é amplamente partilhada à idéia de que a ampliação da riqueza económica é a chave de todas as formas de progresso – não só do bem-estar material, mas também do nível de educação, dá saúde, da habitação, da cultura. Uma vez que a economia de mercado não tem hoje adversário, que todos os países de Leste, de África, da América Latina ou da Ásia esperam obter o nível de vida dos países ricos da Europa e da América, pode parecer de mau gosto brincar aos desmancha-prazeres e aventurar-se afirmar que esta busca da prosperidade económica por si mesma, se não houver cuidado, vai ter efeitos cada vez mais pesados sobre a qualidade da vida social, cultural, política. Nada obstante, é isso que fazemos ao interessarmo-nos especialmente pelos problemas das sociedades ocidentais, convencidos como estamos de que a domesticação do económico nos nossos países ricos seria uma ajuda essencial para a luta contra aqueles males ainda mais dramáticos que são o atraso de uma parte do planeta, o esboroamento dos antigos países comunistas e os riscos ecológicos.

Claro que nos podemos sempre acalmar considerando que as nossas estruturas sociais são sólidas e que se a África está numa completa desordem, é porque o capitalismo lá foi inserido peça por peça; e refletir que entre nós, onde este sistema económico nasceu o corpo social soube segregar sempre que necessário os contravenenos para os riscos que ele fazia correr à sua coesão. Mas a visão positiva que hoje se pode ter da biografia do Ocidente capitalista não é um prenúncio de futuro. Suspeitemos das lógicas atuais, que estão em vias de fazer das nossas sociedades apêndices da sociedade de consumo, ao preço de uma debilitação assustadora dos valores comuns e do seu modo de difusão às jovens gerações, da participação dos cidadãos na vida política, das solidariedades familiares ou de vizinhança. As nossas sociedades ricas visivelmente triunfantes, sem adversários declarados capazes de desafiá-las declaradamente, estão ameaçadas pelo desinteresse dos seus cidadãos pela vida pública, pela pobreza exterior e pelas suas margens de excluídos no interior.

Deste modo admitiam os países desenvolvidos que seus conceitos econômicos eram sólidos e exemplo para os países em desenvolvimentos. Logo após a crise que se instaurou em 2008, o mundo questiona se realmente temos essa chamada estabilidade econômica! A crise deflagrada 2008 promoveu uma avalanche de outras crises na comunidade Europeia e em especial Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Espanha; isso sem falar na América em especial os EUA onde tiveram o rebaixamento no rating. Vivemos um momento de incertezas, mas ao mesmo tempo onde questionamos se a politica econômica adotada está correta! A Santa Sé comenta sobre a crise de econômica mundial no discurso do arcebispo D.

Silvano Tomasi - (Interverção da Santa Sé na sessão especial do Conselho dos Direitos do Homem sobre a Crise Económica Mundial, 2009)

> Como os meios de comunicação social nos recordam cada dia, a crise financeira mundial causou uma recessão global com consequências sociais dramáticas, incluindo a perda de milhões de postos de trabalho e o grave risco que para muitos países em vias de desenvolvimento os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não se possam alcançar. Os direitos humanos de inúmeras pessoas estão comprometidos, inclusive o direito à água, à alimentação, à saúde e a um trabalho digno. Sobretudo, quando amplos segmentos de uma população nacional vêem os seus direitos sociais e económicos tornados vãos, a perda de esperança coloca em perigo a paz. A comunidade internacional tem a responsabilidade legítima de perguntar porquê se criou esta situação, de quem é a responsabilidade e de que modo uma solução concordada nos pode fazer sair da crise e facilitar o restabelecimento dos direitos. A crise, em parte, foi causada pelo comportamento problemático de alguns actores do sistema financeiro e económico, incluídos os administradores bancários e quantos deveriam ter sido mais diligentes no que diz respeito aos sistemas de monitoragem e de fiabilidade. Portanto, são eles que têm a responsabilidade pelos problemas actuais. Contudo, as causas da crise são mais profundas. (...)
>
> O impacto das consequências negativas é, todavia mais dramático sobre o mundo em vias de desenvolvimento e sobre os grupos mais vulneráveis em todas as sociedades. Num documento recente, o Banco Mundial calcula que, em 2009, a actual crise económica global poderia impelir mais 53 milhões de pessoas para baixo do limiar de 2 dólares por dia. Este número acrescenta-se aos 130 milhões de pessoas forçadas à pobreza em 2008 devido ao aumento do preço dos produtos alimentares e da energia. Estas tendências ameaçam gravemente o êxito da luta à pobreza dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. É evidente que quem ressentirá mais as dificuldades económicas serão as crianças e para 2009 está previsto um considerável aumento da taxa de mortalidade infantil nos países pobres. (...)
>
> Todavia repetir-se-ão erros antigos e recentes, se não se empreender uma acção internacional concertada dirigida a promover e a tutelar todos os direitos humanos e, se as actividades financeiras e económicas directas não forem colocadas numa estrada ética que possa antepor às pessoas, a sua produtividade e os seus direitos à avidez que podem derivar da atenção exclusiva ao lucro.

Neste sentido (PINHEIRO, 2005) explica como uma crise pode prejudicar um estado. Com o nascimento da globalização, as economias passaram a ser mais integradas, diminuindo, consideravelmente, os entraves alfandegários, compondo blocos econômicos e expondo-se mais aos agentes internacionais. Adicionando-se a esse fenômeno, a fragilidade

de sistemas econômicos que não aplicam os fundamentos macroeconômicos pode levar a uma crise financeira.

Podemos dizer que a globalização apresenta risco em função de três fatores: a intercomunicação instantânea que expande a volatilidade dos capitais; a interligação do sistema financeiro internacional; e os novos agentes financiadores, que estão além da autoridade dos bancos centrais.

Uma crise financeira é uma forte e rápida perda de riqueza e substância social, política e institucional em uma economia, manifestada pelo colapso dos preços dos ativos, recessão e desemprego, gerando ameaça ao equilíbrio da moeda e do sistema bancário.

Normalmente, uma crise financeira caracteriza-se pela falta de liquidez momentânea de um sistema. Ou seja, há desequilíbrio no sistema financeiro graças à supervalorização da moeda, déficit público incompatível com a arrecadação, grande dependência de capital estrangeiro, a falta de credibilidade internacional que gera temor nos investidores e especuladores quanto à capacidade de serem quitados os compromissos, levando-os a refugiar seus investimentos.

Uma crise financeira seria então uma dificuldade momentânea em que um país se depara por não conseguir gerir suas finanças e que, consequentemente, afetarão seu equilíbrio financeiro.

Usualmente, confunde-se crise financeira com crise econômica. Para evitar isto, cabe-nos ressaltar que a crise financeira envolve essencialmente aspectos de liquidez momentânea de um sistema e nunca a incapacidade de um sistema em produzir riquezas; na ocasião em que um sistema não possui mais condições de gerar riquezas, aí sim, temos uma crise econômica.

A questão mais complicada de uma crise financeira é que esses prejuízos de riqueza são distribuídos entre sete canais distintos, que atingirão de forma distinguida, os seguintes atores e variáveis:

- Taxa de juros (depositantes e devedores);
- Taxa de câmbio (detentores de ativos indexados Em dólares); /
- Alíquotas tributárias (contribuintes);
- Inflação (produtores e consumidores);
- Preços de ativos (proprietários de riqueza econômica e financeira);
- Salários (trabalhadores);
- Transferências intergerações (por meio da dívida pública).

Enquanto os bancos centrais tentam manter estável o valor de suas moedas, os investidores modernos possuem requintadas ferramentas para resguardar o valor de seus ativos, avaliando o risco intrínseco aos seus portfólios. Assim, em relação ao agregado, ocorrem grandes modificações nesses portfólios, que criam volatilidade nos fluxos de capitais, como se tem verificado na última década. Neste contexto, a informação incompleta causa volatilidade nos valores dos ativos e o receio de quebras nos contratos amplia ainda mais os riscos inerentes a esses portfólios.

Algumas vezes, os especuladores pressionam os mercados, e os Bancos Centrais veem suas reservas caírem perigosamente, não tendo alternativa a não ser desvalorizar a moeda local. Depois da desvalorização, os especuladores concretizam seus lucros, com negócios concluídos quando o câmbio era outro, demonstrando a fragilidade no controle da economia de alguns países. Ao mencionarmos alguns importantes eventos notáveis que antecederam e precederam as crises financeiras, podemos ratificar causas importantes que desencadeiam as crises, como seus impactos e trajetórias distintas, embora frequentemente inesperadas.

O mundo passa hoje por uma reflexão sobre a nossa economia, mas as crises que estremeceu o mundo em 2008 e com reflexo em 2011 acentuam ainda mais um dos problemas econômicos – quando mais alto os juros ou o inverso; teremos mais pobreza entre as classes e em principal a de baixa renda. Essa situação piora em países em desenvolvimento, pois carece de infraestrutura básica em todas as esferas. Deste modo o nível de pobreza aumenta, deixando a classe menos favorecida sem acesso a diversos serviços públicos e emprego. Contudo, devemos ter um olhar critico ao sistema econômico atual, pois se continuarmos desta forma, seremos um povo cada vez mais individualizado e, assim sendo, teremos uma população intolerante com esses aspectos sociais.

Diante de incertezas econômicas, as famílias de baixa renda sofrem com a indefinição econômica dos países em resolver seus principais problemas; quem sofre na primeira instancia são os pobres e porque não dizer toda a sociedade. Mostra (GOULIAMAKI, 2011) alguns dados sobre a crise e o impacto na União Europeia.

> Desde a explosão da crise em 2008, os chefes de Estado e do Governo da União Européia (UE), que se reúnem mais uma vez neste domingo em Bruxelas, concentraram a maioria de seus Conselhos ordinários e diversas cúpulas extraordinárias em aprovar medidas para combatê-la.
>
> Entre as decisões adotadas destacam-se a criação do fundo de resgate permanente e o chamado 'Pacto pelo Euro', efetuados na cúpula extraordinária de 11 de março de

> 2011 e aprovados 15 dias depois, e o segundo resgate à Grécia, aprovado na cúpula extraordinária em 21 de julho.
> As principais decisões adotadas nas cúpulas de líderes da UE em relação à crise são as seguintes:
> 15-16/10/2008 - O Conselho respalda um plano comum contra a crise creditícia e decide impulsionar um debate sobre a reforma do sistema financeiro.
> 11-12/12/2008 - Aprovado um plano de reativação econômica de 200 bilhões de euros (1,5% do PIB comunitário).
> 19-20/3/2009 - A UE decide defender uma profunda reforma do sistema financeiro na cúpula do Grupo dos 20 (G20, bloco das principais nações ricas e emergentes) em Londres e concede ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um crédito de 75 bilhões de euros para que dobre sua capacidade de auxílio aos países atacados pela crise.
> 18-19/6/2009 - Acordo para revisar o sistema de supervisão financeira.
> 17/9/2009 - A UE decide, em reunião extraordinária, defender na cúpula do G20 em Pittsburgh regras vinculativas sobre as gratificações aos executivos bancários e que sigam os planos de reativação.

Como podemos observar as soluções são para salvar a moeda e não encontramos nada direto para socorrer os menos desfavorecidos diante deste quadro econômico. Sabemos que os consumos vêm de todas as classes sociais, porém um socorro na moeda sem olhar o efeito nas classes, podem ter danos ainda maiores. A desconfiança da população com mudanças na politica econômica faz com que os indivíduos se retraiam no consumo, exemplos claros os japoneses com receio de gastar suas reservas.

Claro que os impactos na moeda influenciam toda a sociedade, mas a ressalva é sobre a crise e como ela impacta muito mais as classes menores e quase sempre sem instrução; que neste caso pode levar ao aumento de endividamento e consequentemente perda da renda. Assim sendo o jornalista (KITWOOD, 2011) mostra alguns dados que refletem essa teoria.

> O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, nesta quarta-feira, um novo relatório alertando para o aumento dos riscos em relação ao sistema financeiro global. Segundo o estudo, que antecipa o início do encontro anual do Fundo, marcado para esta quinta-feira, a economia global sofre seu primeiro revés desde a crise de 2008, devido aos problemas políticos e fiscais que Estados Unidos e Europa têm enfrentado. No último relatório de estabilidade divulgado pelo Fundo, em abril deste ano, ainda não se considerava a hipótese de uma contaminação da economia global. O cenário, no entanto, se deteriorou. "Os riscos de estabilidade financeira aumentaram

> substancialmente nos últimos meses. A crise, agora em seu quinto ano, está em uma nova fase, mais política", informa o FMI no relatório Estabilidade Financeira Global.
> O Fundo alerta, pela primeira vez, para a deterioração do sistema bancário europeu, estimando que as instituições da zona do euro tiveram um impacto de 200 bilhões de euros desde o início da crise da dívida soberana. Ainda não é possível, segundo o FMI, estimar as necessidades de capital dos bancos - mas os riscos se tornam ainda mais expressivos pelo fato de as instituições estarem inteiramente interconectadas, por meio do mercado financeiro. "Alguns bancos já perderam acesso a crédito privado", informa o Fundo.
> Nos Estados Unidos, o foco de atenção é a incapacidade política do governo e da oposição de implementarem medidas de ajuste fiscal suficientes para fortalecer a estabilidade financeira e gerar crescimento. "O ambiente de fraqueza política e financeira aumenta a preocupação sobre o risco de default e demanda uma estratégia coerente para evitar o contágio e fortalecer o sistema financeiro", revela o relatório.
> Sobre os emergentes, apesar das perspectivas de crescimento - ainda que moderado - o Fundo alerta para os efeitos da desaceleração global nas economias exportadoras de commodities. Há preocupações que pairam sobre o mercado de crédito, especialmente após a evolução deste setor após a crise de 2008, nas economias emergentes. "Onde a política fiscal é frouxa, pode haver superaquecimento, desequilíbrio financeiro e uma deterioração da qualidade de crédito, tendo em vista que as projeções de inadimplência aumentaram significativamente para algumas regiões", informa o Fundo. O relatório cita o Brasil ao mencionar o crédito: "A qualidade do crédito parece forte na superfície, mas o rápido crescimento do crédito doméstico - sobretudo nas famílias - coloca um desafio-chave para a estabilidade futura, especialmente no Brasil e na Turquia", diz o estudo.

Com todos esses fatos fica claro que necessitamos de uma nova politica econômica que dê outros olhos ao atual sistema financeiro e econômico. Ao tratarmos a economia como um único sistema, devido ao mundo globalizado, todos os estados deveriam ceder e trabalhar melhor alguns assuntos internos sem afetar os externos. Assim como discutido no tratado de *Bretton Woods*[12] quando instituído o padrão monetário acordado com 45 países.

[12] *Bretton Woods* foi o título dado ao tratado realizado em 1944 no qual estiveram presentes 45 países aliados e que tinha como propósito conduzir a política econômica mundial. Segundo o acordo de *Bretton Woods* as moedas dos países membros passariam a estar lastreadas ao dólar variando numa estreita banda de +/- 1%, e a moeda norte-americana estaria ligada ao padrão Ouro a 35 dólares. Para que tudo trabalhasse sem grandes surpresas foram criadas com o acordo *Bretton Woods* duas instituições de supervisão, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Assim sendo, com o acordo de *Bretton Woods*, o dólar passou a ser a moeda forte do sistema financeiro mundial e os países membros utilizavam para financiar os seus desequilíbrios comerciais, minimizando custos de obtenção de diversas moedas.

Para (CAVALCANTE, et al., 2009) as politicas do governo tem como finalidade de facilitar o desenvolvimento econômico, satisfazer às necessidades de bens e serviços da sociedade, assegurar o pleno emprego e a estabilidade de preços, o Estado tem a seu dispor uma série de ferramentas, cobrindo diferentes variáveis econômicas; taxa de juro, impostos e câmbio, dependendo da maneira como são empregados, caracterizam um conjunto de ações com objetivos bem definidos (pelo menos, deveriam ser), que são sabidos como políticas.

Dependendo das variáveis compreendidas, as fundamentais políticas econômicas conduzidas por um governo são:

Política Monetária	Gestão da moeda e do crédito. Operações de emissão e controle de moeda, decisões sobre seu curso forçado. Atuação via moeda, na vida econômica, organizando sistema monetário e bancário que respondam às necessidades da Economia.
Política Fiscal	Define e aplica impostos e taxas sobre os agentes econômicos com base na Receita Fiscal. Define os gastos do governo e influi na política monetária, em especial, no fluxo de caixa e na concessão de crédito aos agentes econômicos.
Política Cambial	Define o valor externo da moeda e controla os fluxos de moeda estrangeira.
Política de Rendas	Controla os fatores de produção como salários, encargos, distribuição de resultados da atividade econômica, sistemas de preços etc.

Quadro 3: Politicas Econômicas. Fonte: (CAVALCANTE, et al., 2009 p. 14)

2. Politica Fiscal – conceito básico para aplicação

Integram a politica fiscal os programas de governo relacionados com a compra de bens e serviços, o gasto de transferências e a quantidade e o tipo de impostos. As decisões do governo que se referem ao gasto público e aos impostos constituem a politica fiscal.

Assim sendo, alguns países adotaram algumas politicas, sendo a fiscal uma estratégia para aumentar as vendas durante a crise e, essa foi uma saída para aumentar as vendas e aquecer novamente a economia, evitando assim a perda de empregos e o fechamento de algumas empresas.

Política Fiscal é o nome dado às ações do governo reservadas a ajustar seus equilíbrios de gastos, assim monitorando e influenciando a economia de um Estado. Em outras palavras, a política fiscal está fortemente ligada à política monetária, podendo-se afirmar, em termos simplistas, que as duas políticas econômicas são semelhantes nas ações, pois ambas procuram influenciar um aspecto da economia: a política monetária irá modificar o desempenho da moeda, e a política fiscal irá atuar frente aos gastos estatais. Todo o governo constantemente irá utilizar as duas políticas em múltiplas combinações e graduações, num esforço para nortear as metas econômicas de um país.

Uma maior arrecadação de impostos irá influenciar diretamente a disponibilidade de moeda no mercado, gerando uma diminuição de recursos que particulares poderão destinar ao consumo e à poupança. Assim sendo, quanto maior a carga de impostos determinada pela política fiscal do governo haverá menor renda disponível para a população em geral, dificultando o consumo. Esta é uma das políticas disponíveis nos governos para controlar a taxa de inflação, pois tem como meta atingir a demanda. Desta forma (GASTALDI, 2005 p. 394) completa a importância da aplicação da politica fiscal no Estado.

> Modernamente, a estrutura tributária de cada país representa a base para o exercício de sua **política fiscal**. Esta não pode estar dissociada da conjuntura econômica, visto serem imediatas às repercussões do sistema tributário sobre o processo de desenvolvimento.
>
> A elaboração e a execução do sistema tributário representam uma fase transcendental sobre o processo econômico, exercendo atuação preventiva à eclosão de desajustes que possam originar crises ou perturbações à estabilidade política, econômica, financeira, administrativa e institucional da nação. Bem elaborada e executada, a política fiscal poderá representar fator de valia para a criação de reservas para as necessidades de poupança e investimentos do país.
>
> Pelas modernas concepções, o tributo, na forma de imposição contributiva, passa a representar fator primordial e básico para a definição da política econômica e social dos governos, independentemente das correntes ideológicas a que se filiem. O progresso ou o desenvolvimento exigem, cada vez mais, políticas de incentivo à poupança interna e garantia para uma estrutura de investimentos, possibilitando o atendimento permanente das exigências crescentes da Sociedade, não aquelas que dizem respeito apenas à satisfação das necessidades físicas dos indivíduos, mas principalmente as que fluem das necessidades de natureza social e assistencial.
>
> Por tais motivos e imposições, o orçamento deixou de representar apenas uma lei de meios ou simples repositórios de grandezas contábeis, transformando-se em agente do desenvolvimento, assumindo as características do verdadeiro plano de trabalho,

> expresso em unidades monetárias. Em tal sentido, em busca de um sistema tributário sempre mais adequado aos imperativos da justiça e da equidade fiscal.

Assim sendo, (ASSUNÇÃO, 2011) escreve seu artigo a importância do incentivo fiscal na economia promovida pelo Estado - o intervencionismo estatal é fato referente ao exercício de uma ação ordenada sobre a economia, estabelecendo-se estreita relação entre o subsistema político e o econômico, na medida em que se exige da economia uma otimização de resultados e do Estado a execução da ordem jurídica como ordem do bem-estar social. Pode incidir de forma direta ou indireta. Na influência direta, o Estado adota o exercício de atividades econômicas. Na indireta, atua por meio da direção ou controle normativo. A modalidade indireta, assim, configura uma interferência exterior, de ajuste e de orientação que se traduz em estímulos ou limitações, de vária ordem, à atividade das empresas.

Por meio das normas de inferência, o Estado privilegia certas atividades em detrimento de outras, guiando os agentes econômicos no sentido de tomar aquelas opções que se tornarem economicamente mais vantajosos, mas não fixa medida repressiva pela não-adesão à hipótese estimulada. Entretanto, o estímulo ao comportamento sugerido tende a ser muito atrativo, na medida em que provoca posições de vantagem no mercado para os agentes econômicos obtidos pela supervisão normativa, o qual pode antecipar diferentes espécies e níveis de estímulos.

É na área da intervenção por inferência que o Estado pode se valer da política fiscal para conseguir finalidades específicas, com o consentimento de incentivos fiscais setoriais ou regionais, empregando a maior ou menor incidência de carga tributária como mecanismo redutivo de custos e estimulador de atividades econômicas. Tais propósitos, porém, devem ter apoio na Lei Federal do Estado.

A proposta aplicada na pratica reflete no aumento dos gastos públicos, caso o governo não retorne para a sociedade essa arrecadação, por outro lado, uma politica de incentivos fiscais fará com que aumente a renda da população. Assim sendo o presidente da republica de Angola (SANTOS, 2011) completa a politica fiscal em seu discurso proferida em Luanda, no qual esta adota politica em seu país.

> Atento aos riscos decorrentes da grave crise económica e financeira internacional, o Executivo conduziu a partir de 2009 uma Política Macroeconómica apoiada no pilar sólido de uma política fiscal de qualidade, coerente e credível, capaz de garantir um efeito contrário à tendência de estagnação económica que se desenhava em todos os países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento e emergentes, e que se acabou por verificar em muitos deles.

> A nossa política anti-cíclica orientou-se por uma firme determinação de evitar a recessão, sem recorrer ao crescimento das emissões de dívida e de moeda, para não se comprometerem os fundamentos fiscais e cambiais da estabilidade macroeconómica.
> Continuando a aplicar o Programa de Investimentos Públicos na reconstrução física, económica e social do país, foi possível manter o crescimento, evitar a recessão e continuar a luta contra a fome e a pobreza.
> Dados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional no passado mês de Setembro indicam que Angola foi um dos poucos países do mundo a escapar da recessão em 2009, pois o seu PIB cresceu 2,4% enquanto o PIB mundial decrescia 0,7%.
> Em 2010, a tendência manteve-se, pois o PIB cresceu 3,4% e o cenário económico angolano caracterizou-se pela recuperação lenta dos preços do petróleo e pelo esforço fiscal para continuar a consolidar os pilares da estabilidade macroeconómica.
> As reservas internacionais líquidas do país subiram em 2010 do equivalente a 12 mil e 600 milhões de dólares para cerca de 17 mil e 500 milhões de dólares e situavam-se em fins de Junho de 2011 em 21 mil e 400 milhões de dólares, o que representa um incremento de 23,6% desde o início do ano.
> O dinamismo crescente dos sectores da construção, agricultura, indústria e serviços evidenciou a participação crescente do sector não petrolífero no PIB, com um crescimento de 8,3% em 2009 e 7,8% em 2010, enquanto o sector petrolífero se contraía (respectivamente -5,1 e -3,0%), devido à forte redução do preço do petróleo em 2009 e à redução do volume produzido em 2010.
> Para 2011 estima-se um crescimento do PIB na ordem dos 3,7%, abaixo do previsto no Orçamento Geral do Estado inicial, por causa da redução da produção petrolífera pela empresa BP, por razões técnicas, que foi entretanto compensada em parte pelo aumento do preço médio anual do barril de petróleo bruto e por um crescimento mais acelerado do sector não petrolífero, devido ao efeito decisivo do Programa de Investimentos Públicos.

Essa mesma politica adota de forma a arrecadar impostos pode ter sérias consequências para o Estado no sentido de distribuição de renda e aumento da divida. Mas esta estratégia esta sendo prestigiada devido à crise, estimulando o consumo e tentar não fechar alguns setores da economia devido à recessão. A Europa vem sofrendo com a crise e neste sentido (GOLUBOVITCH, 2011) menciona alguns problemas.

> Autoridades de França, Bélgica e Luxemburgo concordaram em nacionalizar a unidade belga de (banco) Dexia e em fornecer garantias de cerca de 100 bilhões de euros.
> Enquanto isso, autoridades de França e Alemanha, tinham anunciado na véspera o plano de resgate da zona euro que deve aparecer antes da cúpula de novembro do "G-

> 20". E embora tenha sido afirmada a criação de uma única autoridade monetária, não foi dito nada de novo sobre endurecimento da política fiscal e sobre a recapitalização dos bancos.

Para completar a importância da politica fiscal como meio de subvenção economia o (LOPREANO, 2006) destaca os que sustentam essa postura, analisam que, no atual momento das finanças globais, não é suficiente os países, especialmente os emergentes, oferecerem condições fiscais sem desequilíbrios. O mercado promove um trabalho adicional que o satisfaça de que há firme pacto com a disciplina fiscal, o que só seria obtido com o ampliação do superávit estrutural capaz de sinalizar, de um sentido, o comprometimento com a sustentabilidade de médio a longo prazo e, de outro, a capacidade do governo de assumir a política fiscal adequada em caso de variações inesperadas na economia mundial ou no plano doméstico. O vigor das regras fiscais promoveria a obtenção das metas desejadas e daria confiança aos investidores de que a política assumida não sofreria descontinuidade a cada novo período de turbulência, podendo, desse modo, servir de âncora das perspectivas do mercado. O melhor nível fiscal, aferido pelo valor do superávit primário e pelo volume da dívida pública, seria o fator decisivo na redução do prêmio de risco na volatilidade dos fluxos de capital, cumprindo a tarefa de garantir a estabilidade e as condições favoráveis de desenvolvimento.

A obrigação das autoridades econômicas de regularem as suas ações levando em conta as perspectivas sobre a eficácia das contas públicas definiu o estilo passivo da política fiscal, apesar do centro idade que ocupa política macroeconômica.

A forte discussão sobre o ajuste fiscal intertemporal expandiu o leque de inquietações teóricas na visão consagrada. O debate dos efeitos não keynesianos do ajuste fiscal ganhou espaço e se distinguiu da imagem predominante no momento anterior. Nos padrões clássicos de origem keynesiana, a política de rigor fiscal tinha efeitos contracionistas inevitáveis no curto prazo e as consequências favoráveis só seriam obtidos no longo prazo, com a queda da taxa de juros, a ampliação dos investimentos e a recuperação do desenvolvimento.

Pois, enquanto o efeito keynesiano clássico capta o colisão direta do corte de gastos e da elevação dos impostos na renda do setor privado, as implicações não-keynesianos resultam do choque da política fiscal corrente levando em conta a esperança e a confiança dos agentes privados nas transformações das políticas futuras. Se a solidificação fiscal ganhar credibilidade e alcançar a intensidade necessária, as supostas perdas de curto prazo da

contração fiscal seriam suavizados ou, até mesmo, eliminados pela ampliação dos gastos privados, prevalecendo os efeitos expansionistas.

Os efeitos não-keynesianos da política fiscal são esclarecidos, portanto, pelo papel da política atual em moldar as perspectivas de transformações nas políticas efetivadas no futuro. Esta concepção leva os agentes a reverem as seus atos de gastos e a equilibrarem o efeito contrário do ajuste fiscal, garantindo a retomada do crescimento.

Os programas de ajuste de sucesso cortam os gastos de governo com salários e travam a aumento dos impostos sobre o trabalho, diminuindo o seu custo e instituindo melhores níveis de oferta. Os analistas debruçam-se sobre o estudo dos fundamentos microeconômicos do ajuste fiscal, interessados nas implicações da escolha do programa adotado. Em outros termos, os estudos associam as especificidades de cada ajuste fiscal ao ganho alcançado, de modo que os saldos com o ajuste dependem do tipo de programa utilizado e das características de cada país no trato da política fiscal.

A questão centra-se, então, na fôrma da política de ajuste fiscal. Os estudos defendem que a composição das medidas promulgadas no programa de estabilização fiscal é um ponto valioso que irá influenciar a esperança e a reação dos agentes.

Alguns analistas chamam ainda a atenção para as definições no controle do déficit público alocados no plano político ou, mais especificamente, na posição política de sustentação do governo. Certificam que os governos de coalizão têm maiores empecilhos de manter a rigor fiscal, pois, a estrutura da coalizão de apoio ao governo pode se tornar fator impeditivo para que o ajuste seja bem sucedido e alcance a extensão necessária à diminuição da taxa real de juros suscetível de deslanchar os efeitos não keynesianos dos apertos fiscais. Por outro lado, apontam que, ao oposto do que o senso comum coloca as ênfases não indicam que os ajustes fiscais sejam politicamente custosos e os governos com política fiscal fraca gozem de vida mais simples. Assim, não haveria razão econômica nem política para não se levar a seguir o corte de gastos e a consolidação fiscal.

O plano de estabilização fiscal, por outro lado, não aparece na literatura convencional como fator que, essencialmente, leva o país à recessão. A observação baseada na idéia de apertos fiscais expansionistas defende que mesmo as consequências contracionistas de curto prazo podem ser suplantadas quando os programas obtêm confiabilidade. Neste caso, os investidores, confiantes no desempenho futuro da economia, aumentam os consumos e evitam o quadro recessivo. Os críticos acreditam que essas implicações são ainda mais eficazes caso o ajuste fiscal seja feito através de cortes de gastos, especialmente, de salários e de transferências. Do mesmo modo, os aspectos

microeconômicos e o arranjo institucional são expostos como dados consideráveis no sentido do programa e nos resultados pretendidos; o que coloca em evidência a adoção de normas como meio de assegurar a implantação da política sugerida e a continuidade do desenvolvimento.

A política fiscal deve se convergir, principalmente, na criação das condições de estabilidade e de confiabilidade da política econômica, já que, assim, estará contribuindo para o aperfeiçoamento dos níveis de oferta e pavimentando o curso da retomada do desenvolvimento sustentável.

A análise a esta compreensão não é comum. Exige o empenho daqueles que creem na importância do papel do Estado e sustentam que o espaço da política fiscal deve ir além de simples guardiã dos níveis de valorização do capital privado.

3. Economia de Comunhão e a sustentabilidade econômica – uma solução para crise Global nas classes desfavorecidas

Diante do quadro economia no qual a economia mundial (2011) diante de crise econômica e o colapso monetário internacional, vive-se um período de incertezas gerado principalmente pelo desequilíbrio econômico entre as classes. Diante deste pressuposto, o (PAULO II, 2000) ressalta:

> Caríssimos empresários, operadores financeiros, sindicalistas dos trabalhadores e vós todos que, com a cooperação e o comércio, vos pondes ao serviço de um desenvolvimento digno do homem, está diante de todos, uma tarefa mais árdua do que nunca, mas de grande relevo. Sem dúvida, o resgate do homem diante do trabalho depende, em grande medida, das orientações das finanças e da economia: estas devem captar sempre mais o seu elemento característico, ou seja, o peculiar "serviço" que são chamadas a prestar ao desenvolvimento. O grave fenómeno do desemprego, que investe homens, mulheres e jovens e para o qual se procura de muitos modos encontrar uma solução, alcançaria certamente um êxito positivo se a economia, as finanças e a própria organização nacional e mundial do trabalho jamais perdessem de vista o bem do homem como própria meta final.
>
> O homem tem direito a um desenvolvimento que abranja todas as dimensões da sua vida. A economia, ainda que seja globalizada, deve estar sempre integrada no tecido de conjunto das relações sociais, das quais constitui uma componente importante, mas não exclusiva.

> Também para a globalização são necessárias uma nova cultura, novas regras e novas instituições a nível mundial. Neste campo, política e economia devem colaborar para determinar projectos a breve, médio e longo prazo, que tenham em vista o perdão ou pelo menos a diminuição da dívida pública dos países pobres do mundo. Neste sentido, empreendeu-se um louvável caminho de co-responsabilidade que deve ser fortalecido e, sim, globalizado para que todos os Países se sintam envolvidos. Um caminho de empenho que, precisamente por isso, exalta a responsabilidade de cada um e de todos.

Para tanto ressalta (BERTONE, 2010) para os representantes dos chefes dos Institutos de Aspen no mundo no qual menciona; a presente crise econômica nos indicou de uma forma inevitável, pois ininterruptamente acompanhou a vida humana, mas nos últimos anos parece ter sido deslembrada, em parte devido à riqueza material continua. Ele nos lembrou da precariedade da vida e o significado da finitude humana. Este limite vem contra a agitação das nossas vontades, que são intimamente nossa natureza, que tem um DNA permanente registado na questão da eternidade.

Não obstante de seu drama, que imprimiu um sentimento de desconfiança e desânimo, a crise pode ser positiva, paradoxalmente, a oportunidade de redescobrir o ser humano vontades autênticas e nos acender para um novo olhar sobre o homem e o tempo atual. Em sua encíclica, o Papa Bento XVI afirma: "A crise nos obriga a repensar a nossa maneira, dando-nos novas regras e descobrir novas formas de engajamento, para aproveitar as experiências positivas e rejeitar as negativas se torna. A crise uma oportunidade para o discernimento e planejamento estratégico novo. Nesta, com confiança ao invés de demissão, deve enfrentar as dificuldades do momento presente" (*Caritas in veritate* 21).

O Santo Padre encoraja-nos, deste modo, olhar para frente com fé, pois as atuais crises, longe de propiciar um cuidado com nós mesmos, podem, pelo contrário, estimular a criatividade e gerar novas iniciativas, agora mais que nunca imprescindível que, contudo, deve com base em fortes raízes.

Inquestionável crise econômica é a proliferação de uma ética errada de eficiência, ao fazer um lucro pessoal irrestrito. Por trás dessa "ética" não é somente a ganância, não é uma concepção singular do homem libertado da escravidão: essencialmente apenas um homem, buscando auto-realização dentro de um horizonte limitado unicamente materialista. Em vez disso, trocar o homem no centro, significa, sobretudo, para redescobrir os intuitos que o formam e permitir o seu desenvolvimento humano integral. Não se trata de relações meramente funcionais, mas que poderia ser chamado de "ontológico".

4. Economia de Comunhão como horizonte

Para este fim (LIMA, 1999) afirma o conceito de desenvolvimento sustentável exige uma cultura nova para que seja praticado. Implica uma cultura que seja centrada na questão social, qualificada por um grande valor à natureza; fundamentada em novos modelos econômicos, tecnológicos e legislativos que envolvam os padrões de produção e de consumo. Nesta direção, considera a EdC e o desenvolvimento sustentável para uma sociedade justa, onde não haja excluídos da sociedade. O Projeto da EdC está pautado com a busca de um olhar da realidade complexa, interdependente e inter-relacionada, que também é comprovada pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir da verificação de várias pesquisas em empresas que juntaram à EdC foi-se desenvolvendo uma proposta de estabelecer explicita Teoria Econômica de Comunhão, ou como um exemplo para a sociedade. É uma possível teoria que está sendo estabelecida através da observação da prática e da experiência da sociedade como uma entidade de relacionamentos, repousados na solidariedade e na busca da felicidade das pessoas. Para tanto explicita (BERTONE, 2010):

> No contexto de uma globalização que traz consigo o impulso para a unificação dos povos e dos seus destinos, e economia de demanda para servir o bem comum da família humana, libertando todos os seus benefícios potenciais, incluindo aqueles que geram coesão social A CIV chamadas para repensar a própria economia como uma actividade humana que contribui para o desenvolvimento integral dos povos.
>
> Segundo Bento XVI, a economia deve superar a tentação de autonomia absoluta, o que acaba quase completamente separado de qualquer humanismo, acreditando-se capaz de produzir não só a riqueza, mas também a salvação para todos (cf. n º 34 CIV). Em vez disso, é uma realidade que, por sua existência, deriva e depende do homem. Trata-se de "homem para homem: um ser em si não é de absoluta autoridade que, que na verdade é o mal, tendo uma natureza ferida pelo pecado. Lista de áreas onde os efeitos perniciosos do pecado, tem adicionado agora um longo tempo - escreve o Papa - até mesmo a economia. Temos provas claras nestes períodos. A convicção de ser auto-suficiente e capaz de eliminar o mal presente na história apenas pela ação levou o homem para trazer a felicidade e a salvação com formas imanentes de riqueza material e ação social. Em seguida, a convicção da necessidade de independência económica, que não deve aceitar "influências" de caráter moral, levou o homem a abusar econômico tão completamente destrutivo (n º 34 CIV).
>
> Essa economia absolutização acaba subvertendo a ordem dos fins e meios. A unidade de nosso mundo globalizado é pedida em termos de razões fundamentais: o finito é

> feita absoluta e completa da realidade total, o solo fino é confundido com o transcendente. Segue-se o final desse sentido do divino, que, embora previsto secular sistemas morais e filosofias dos séculos passados. O bem comum da humanidade é detuned do ponto de vista ético e questões antropológicas e, ao invés de ser promovido, implodem.

Desse modo define (BRUNI, et al., 2010) um outro sentido é mudar a composição do mecanismo de doações em favor dos indivíduos do Terceiro Setor. A lógica que está no fundamento das doações realizadas pelas corporações com fins lucrativos gira ao redor do princípio do nome. A organização (com fins lucrativos) que doa, valoriza seu capital reputacional, adquirindo com isso um ganho em termos de prestígio e, por conseguinte, uma penetração mais fácil no mercado de seu negócio. Se analisarmos bem, notaremos que todas as técnicas de ***fundraising***[13] são baseadas nesse tipo de lógica. Mas, com o passar do tempo, essa coerência está fadada a derrotar a si mesma, pois, obviamente, quando a maior parte das corporações fizer a filantropia, a benefício reputacional deixará de existir (não qualificamos, aqui, a vivência de formas de manipulação, que verdadeiramente podem verificar-se). O que propomos, então? Que os cidadãos e suas organizações passem a fazer parte do maquinismo de doação, de modo que este deixe de ser bipolar (como o atual), para se virar tripolar.

Um exemplo: seja (A) a série das corporações que comercializam bens de consumo; (B), o conjunto das organizações que são virtuais beneficiários das doações; (C), o conjunto de cidadãos consumidores. Obtendo um bem numa companhia do conjunto (A), o cidadão ganha um vale, cujo valor é equivalente a uma percentagem, previamente combinada, da soma que consumiu. Esse ainda sugere, após, o sujeito do conjunto B para o qual quer oferecer o vale que contraiu com suas compras. Analisemos por um momento a dinâmica motivada em decorrência deste fato. A organização sem fins lucrativos, tendo interesse em se apropriar do maior número possível de vales, buscará obter a confiança dos consumidores, avisando-os adequadamente e levando-os a compartilhar de suas ações e dos ganhos alcançados. Por sua vez, os consumidores que se "ligam" a determinada organização, participando sua missão, pressionarão as corporações com fins lucrativos para que incrementem o percentual do valor dos vales, pedido que as empresas do conjunto (A) terão todo o empenho de satisfazer, por razões óbvias.

[13] Trata de um conjunto de atividades que se formam numa organização sem fins lucrativos, sendo o seu principal finalidade, obter principalmente recursos financeiros junto a diferentes públicos, de forma a permitir a sustentabilidade dos projetos e da organização.

Quais são as implicações positivas de um projeto como esse? Em primeiro lugar, esse projeto auxilia as organizações sem fins lucrativos a travarem relações com o território em que operam. Reflitamos no número de organizações sociais do setor privado que, mesmo operando bem, são desconhecidas pela sociedade civil local. Em segundo lugar, teríamos um aumento dos recursos à disposição dos sujeitos do Terceiro Setor, pois o cidadão desempenharia a função de facilitador, além de intermediário, entre doador e beneficiário. Por fim, a competição (de solidariedade) entre os diversos donatários tende a aumentar a transparência de sua atuação - de um modo significante ao que pode ser garantido pela divulgação de um balanço social ou por um relatório de desempenho da missão -; essa mesma competição tende, especialmente, a ampliar a eficácia das ações concretizadas. Isso elimina o risco de se tentarem relações paternalistas entre sujeitos do conjunto (A) e do conjunto (B), como ocorre atualmente. Assim sendo (BRUNI, et al., 1999 p. 77 e 78) sintetiza uma forma de interação da organização e a doação, através do EdC.

> É preciso também perguntar-se quais são os interesses dos outros grupos envolvidos: fornecedores, concorrência, autoridades legais, comunidade local e global e também o meio-ambiente, que "investe" os seus recursos e "espera" que sejam tratados com respeito. Esta abordagem é conhecida na teoria da organização, como a abordagem dos "*stakeholders*". Muitos veem nela a base para a Administração do futuro. Na verdade, a Economia de comunhão postula, com termos ligeiramente diferentes, a mesma visão.
>
> O ponto chave consiste no facto de que no centro de interesse já não se encontra a empresa/organização, mas sim todos os grupos com os quais ela se relaciona. Poder-se-ia dizer que, por um momento, a empresa deve "esquecer-se" de si mesma e colocar-se na pele de todos os seus "*stakeholders*", isto é, de todos os grupos com os quais mantém uma troca vital. Deste modo, a empresa/organização não se define a si mesma, mas é definida por "fora", pelas expectativas (perspectivas) dos seus parceiros. A soma das expectativas, necessidades, desejos, preconceitos, etc. dos "*stakeholders*", define a visão e a razão de ser da empresa, isto é, a sua missão. Chega-se deste modo, a uma mudança de direção paradigmática na cultura empresarial: a atitude de domínio, baseada no "eu", dá lugar a uma atitude de serviço, baseada no "outro".

5. Promoção do desenvolvimento econômico através de entidades privadas de desenvolvimento

Desta forma (COSTA, et al., 1998) explicita como os poupadores poderiam financiar o nascimento de empresas de serviço pautadas para a promoção e ajuda ao desenvolvimento econômico no trabalho do próprio país e em nível internacional, fazendo confluir as competências profissionais indispensáveis para avaliar as ações de progresso a serem estimuladas, na ótica da economia de comunhão. Tais corporações de serviço poderiam indicar os acionistas sobre como fomentar com financiamentos restritos no tempo ou através de capital de risco – novos empreendimentos no âmbito da economia de comunhão (ainda que coligadas a outros fatos econômicas já existentes) que possuam uma razoável perspectiva de êxito econômico e saibam gerar novos empregos.

Essas sociedades poderiam ainda, ser constituídas com o intuito de colocarem-se a serviço do emprego da poupança como capital de risco e de financiamento para companhias a serem reestruturadas (por exemplo, nos países da Europa Oriental, América do Sul e África em via de privatização). Companhias que, uma vez saneadas e introduzidas na economia de mercado, poderiam voltar a atuar segundo a economia de comunhão.

6. Promoção do desenvolvi mento através de associações sem fins lucrativos com recursos doados.

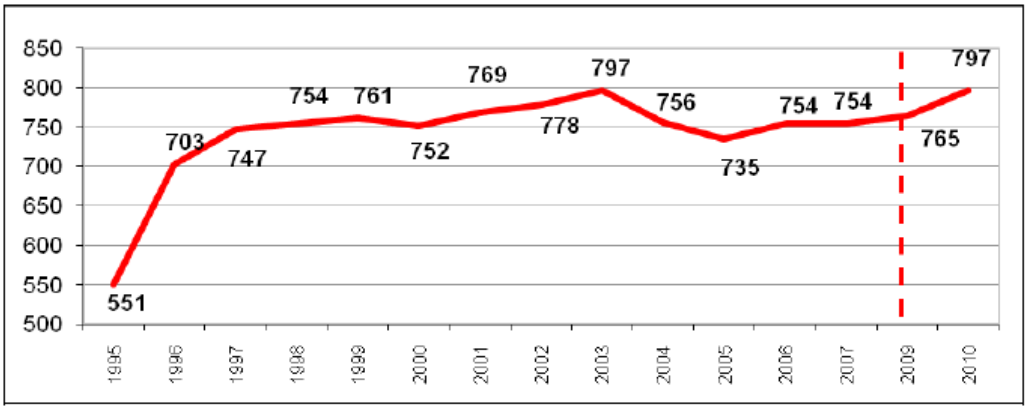
O anúncio da proposta de uma economia de comunhão manifestou imediatamente a disponibilidade de um amplo número de indivíduos para doar recursos em dinheiro e bens móveis e imóveis dedicados a realizações reais em torno das "cidades-modelo" existentes ou designados à criação de novas. Para administrar esses recursos de modo eficaz, são muito úteis as organizações sem fins lucrativos existentes, especialmente se já tiverem um reconhecimento público no país, de modo a dar garantia de eficiente uso dos recursos recolhidos e serem autorizadas a receber até financiamentos públicos.

Nessas organizações as propostas documentadas dos projetos a serem financiados poderiam ser agrupadas. Tais propostas seriam analisadas diretamente pelas mesmas, se possuir profissionais aptos disponíveis, ou por meio de sociedades de serviço especializadas no setor. Os projetos finalmente analisados, válidos e viáveis poderiam se tornar públicos através de uma publicação periódica das próprias organizações. A publicação dessas

possibilidades de colaboração para o desenvolvimento é essencial na captação de doações dos indivíduos, das sociedades e das institutos ligados à economia de comunhão e ainda na solicitação, para que encontrem um modo de ativá-las por meio de terceiros.

As próprias organizações poderiam, quando aceitável, buscar a concessão de co-financiamento nas várias organizações existentes (do Estado, de agências da ONU, de fundações religiosas e leigas), interessados no auxílio para o desenvolvimento no âmbito nacional e internacional: tais organizações são em regra, mais abertos a financiamentos de projetos quando a certeza do sucesso é garantida pela assistência ao longo do tempo, de organizações locais e a disponibilidade de montante significativo de fundos por parte da organização que propõe co-financiamento. Determinadas organizações sem fim lucrativo ligado à economia de comunhão já operam em diversos lugares no âmbito do Movimento Humanidade Nova.

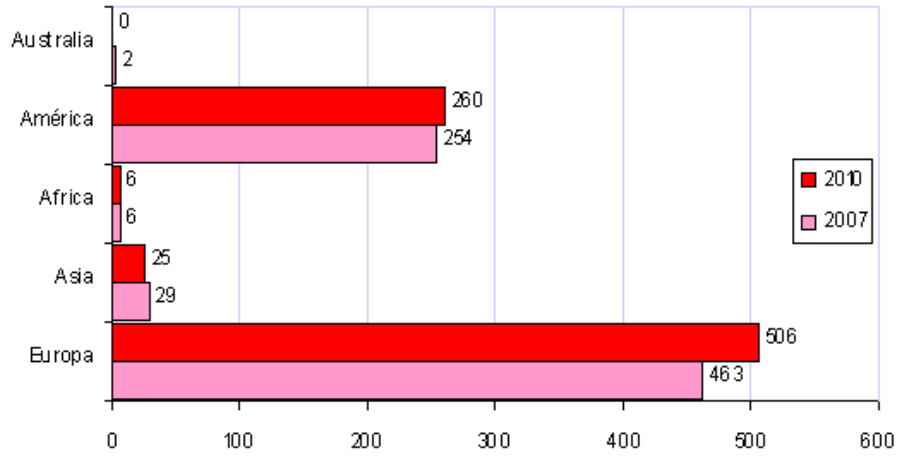
7. As empresas de EdC no mundo, o censo de 2009/10



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

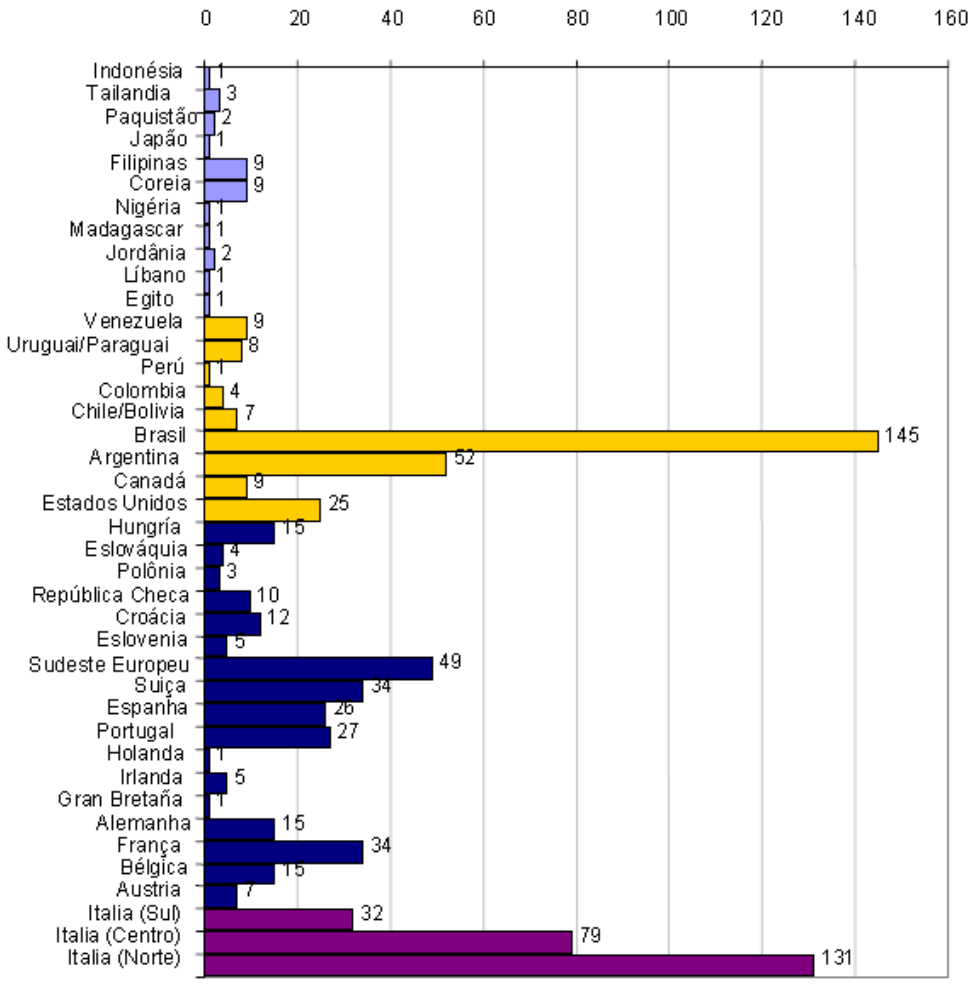
Gráfico 1: Evolução do número das empresas

Evolução do número das empresas



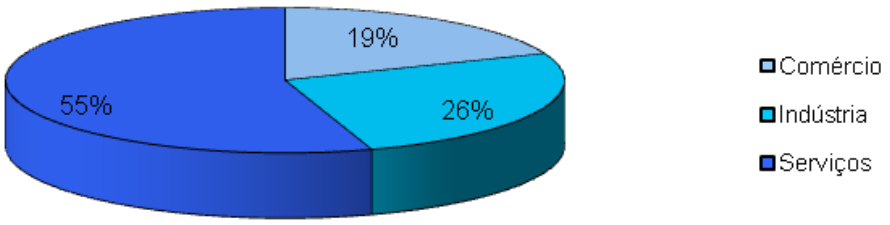
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 2: Evolução por continentes (comparação 2007-2010)



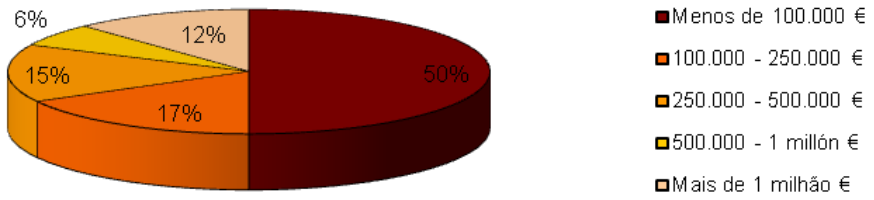
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 3: Subdivisão por países



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 4: Subdivisão por setores produtivos



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 5: Subdivisão por faturamento (dados disponibilizados por 50% das empresas)

Região	*	ENTRADAS	SAÍDAS		
		Lucros das empresas	Projetos de desenvol-vimento	Atividades de formação	Total empregado
Angola	2		2.250,00		2.250,00
Rep. Camarões	6		1.948,30	8.000,00	9.948,30
Costa do Marfin	11	854,39	855,00		855,00
Quênia	18		9.243,00		9.243,00
Madagascar	21	200,00	495,00		495,00
Nigéria			360,00		360,00
R.D. Congo	26		18.819,00		18.819,00
África do Sul	31				
África Sub-sahariana		**1.054,39**	**33.970,30**	**8.000,00**	**41.970,30**
Argélia	1		900,00	3.000,00	3.900,00
Egito	12	1.000,00	810,00		810,00
Jordânia	14		765,00		765,00
Líbano	19	350,00	2.509,00		2.509,00
Terra Santa	17		1.035,00		1.035,00
Turquia	33				
Oriente Medio e Norte da África		**1.350,00**	**6.019,00**	**3.000,00**	**9.019,00**
Argentina		17.273,00	14.137,13	8.700,00	22.837,13
Brasil		80.304,00	128.937,52	11.769,00	140.706,52
Chile	7	584,00	1.475,00		1.475,00
Colômbia	9	3.547,00	11.029,50	5.000,00	16.029,50
Uruguai	34	2.738,00	19.300,30		19.300,30
Venezuela	35	2.465,00	5.670,00		5.670,00
América do Sul		**106.911,00**	**180.549,45**	**25.469,00**	**206.018,45**

Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Quadro 4: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social 1

		ENTRADAS	SAÍDAS		
Região	*	**Lucros das empresas**	**Projetos de desenvol-vimento**	**Atividades de formação**	**Total empregado**
El Salvador	13		3.150,00		3.150,00
Haití			691,20		691,20
México	22		15.516,00	7.000,00	22.516,00
Santo Domingo	28		936,00		936,00
América Central		**0,00**	**20.293,20**	**7.000,00**	**27.293,20**
Canadá		13.645,21			
USA		41.794,12			
América do Norte		**55.439,33**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
China		6.651,04	1.320,30		1.320,30
Coreia			3.600,00		3.600,00
Filipinas		35.739,34	36.044,99	16.085,00	52.129,99
Japão					
Índia	15		684,00		684,00
Paquistão	24	780,00		4.000,00	4.000,00
Sudeste Asiático	16		3.052,80		3.052,80
Tailândia	32	2.492,00	5.022,00	10.000,00	15.022,00
Ásia		**45.662,38**	**49.724,09**	**30.085,00**	**79.809,09**
Albania			7.920,00		7.920,00
Rússia	27		3.960,00	7.000,00	10.960,00
Sudeste Europeu	5	8.280,00	99.491,86	18.400,00	117.891,86
Europa do leste		**8.280,00**	**111.371,86**	**25.400,00**	**136.771,86**
Áustria		6.455,12			
Bélgica	4	128.000,00			
França		55.040,00			
Alemanha		38.025,00			
Grã-Bretanha		1.200,00			
Irlanda		4.151,52			
Itália		201.980,00			
Lituânia	20		135,00	7.000,00	7.135,00
Malta		500,00			
Holanda	23	10.105,54			
Polônia	25	9.321,00	3.150,00		3.150,00
Portugal		17.430,00		8.715,00	8.715,00
República Checa			1.281,60	4.000,00	5.281,60
Eslováquia	29		1.854,00		1.854,00

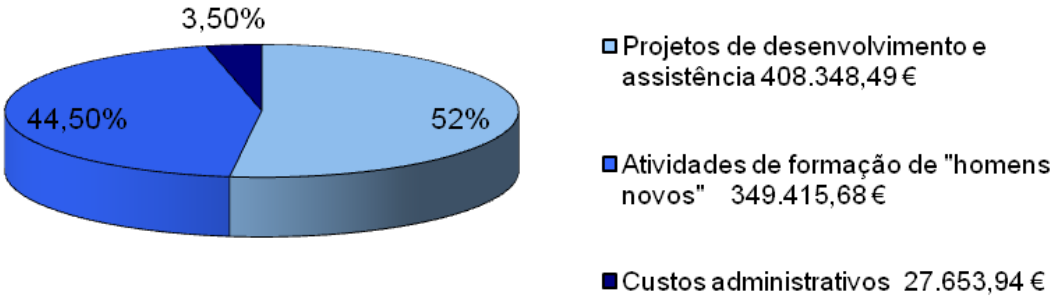
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Quadro 5: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social 2

	ENTRADAS	SALIDAS		
Região *	**Lucros das empresas**	**Projetos de desenvol-vimento**	**Atividades de formação**	**Total empregado**
Eslovênia 30	1.614,00			
Espanha	23.005,16			
Suíça	76.084,99			
Hungría	4.403,02			
União Europeia	**577.315,35**	**6.420,60**	**19.715,00**	**26.135,60**
Austrália 3				
Oceania	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Saldos anteriores	44.929,70			
Centros Mov. Focolares			20.600,25	20.600,25
Instituto Univ. Sophia			200.000,00	200.000,00
Noticiário e Relatório EdC			10.146,43	10.146,43
Custos administrativos				27.653,94
Total	**840.942,15**	**408.348,49**	**349.415,68**	**785.418,11**

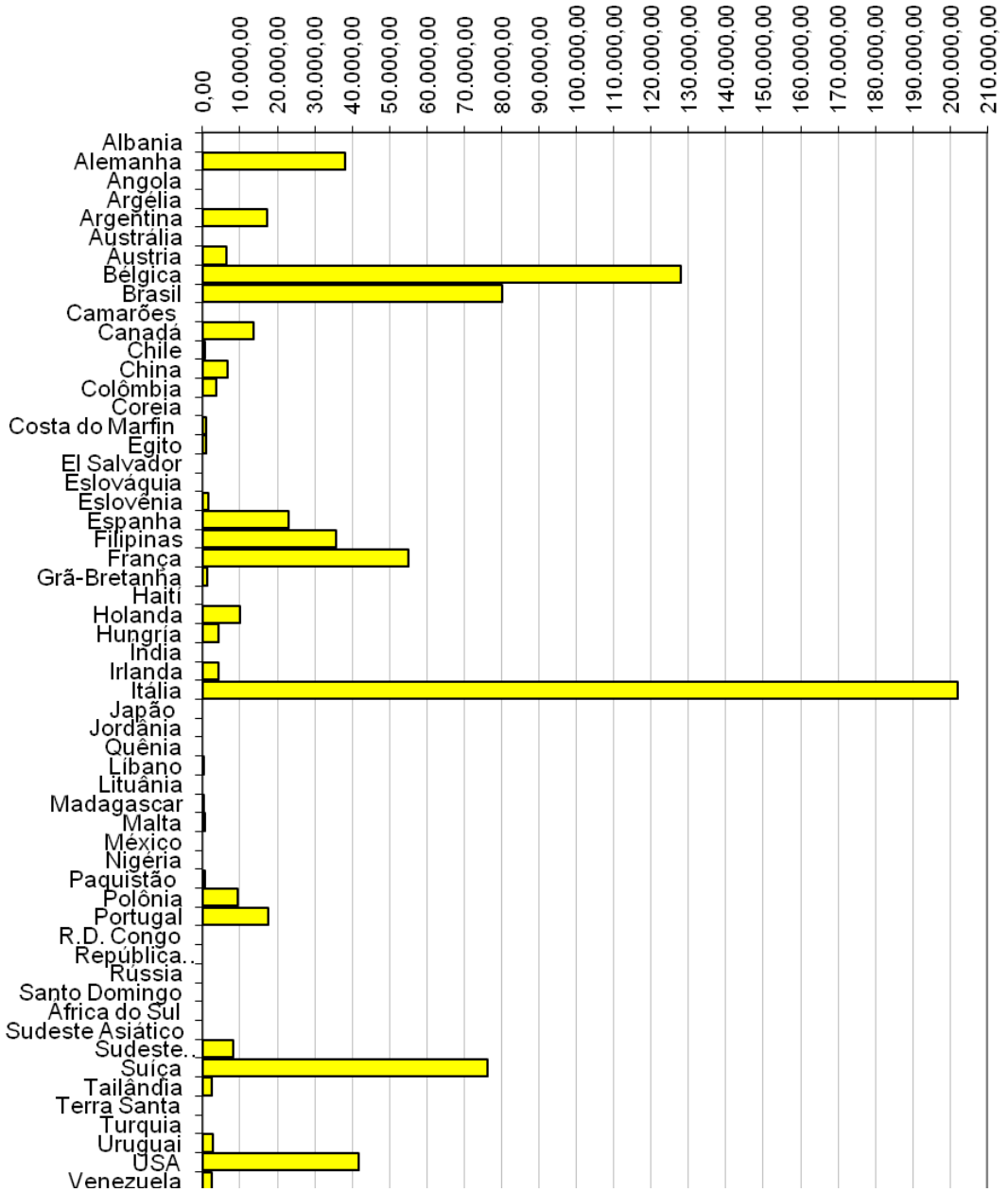
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Quadro 6: Lucros das empresas EdC e Desenvolvimento Social – Total de Entradas e saídas.



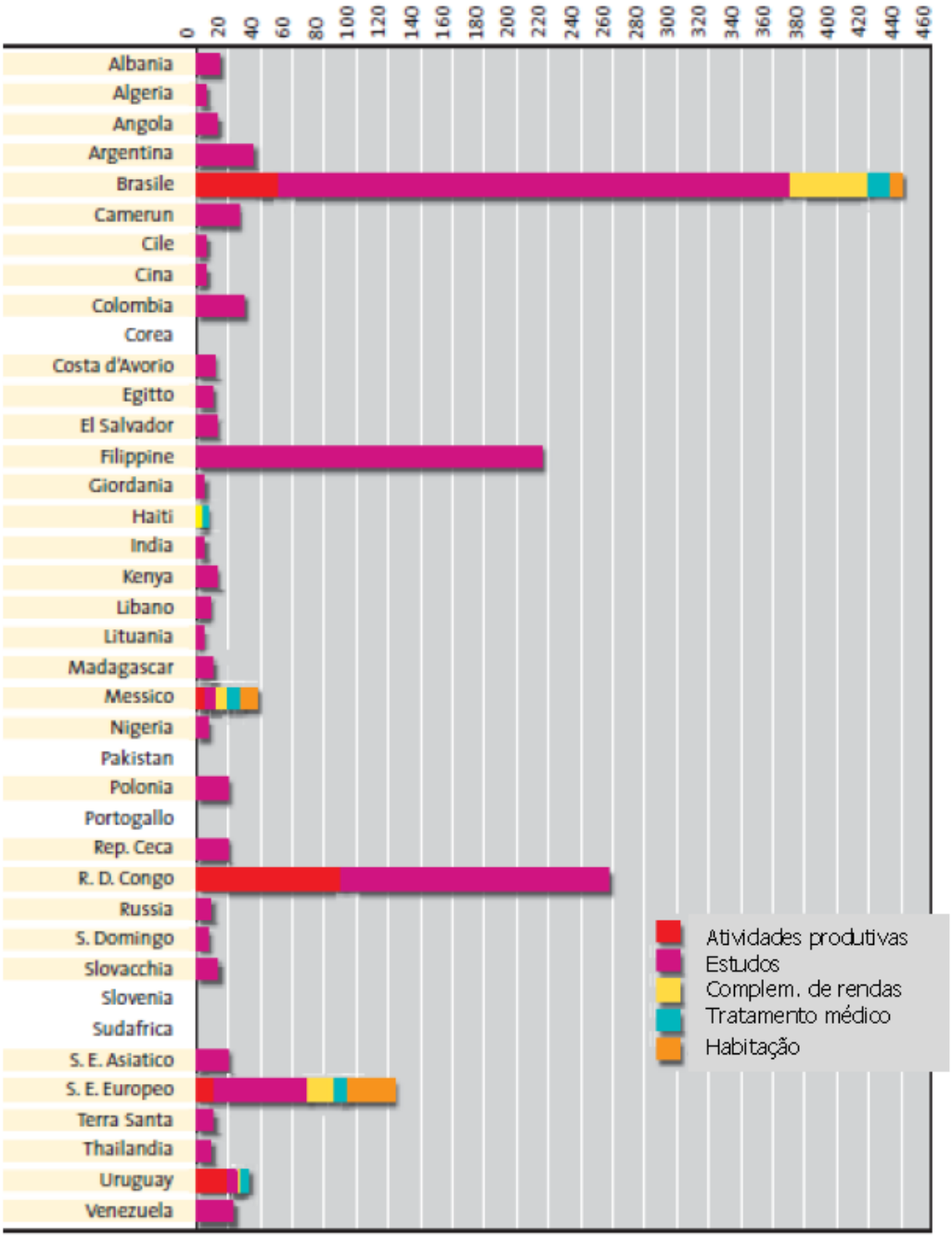
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 6: Lucros das empresas EdC utilizados, % por tipologia



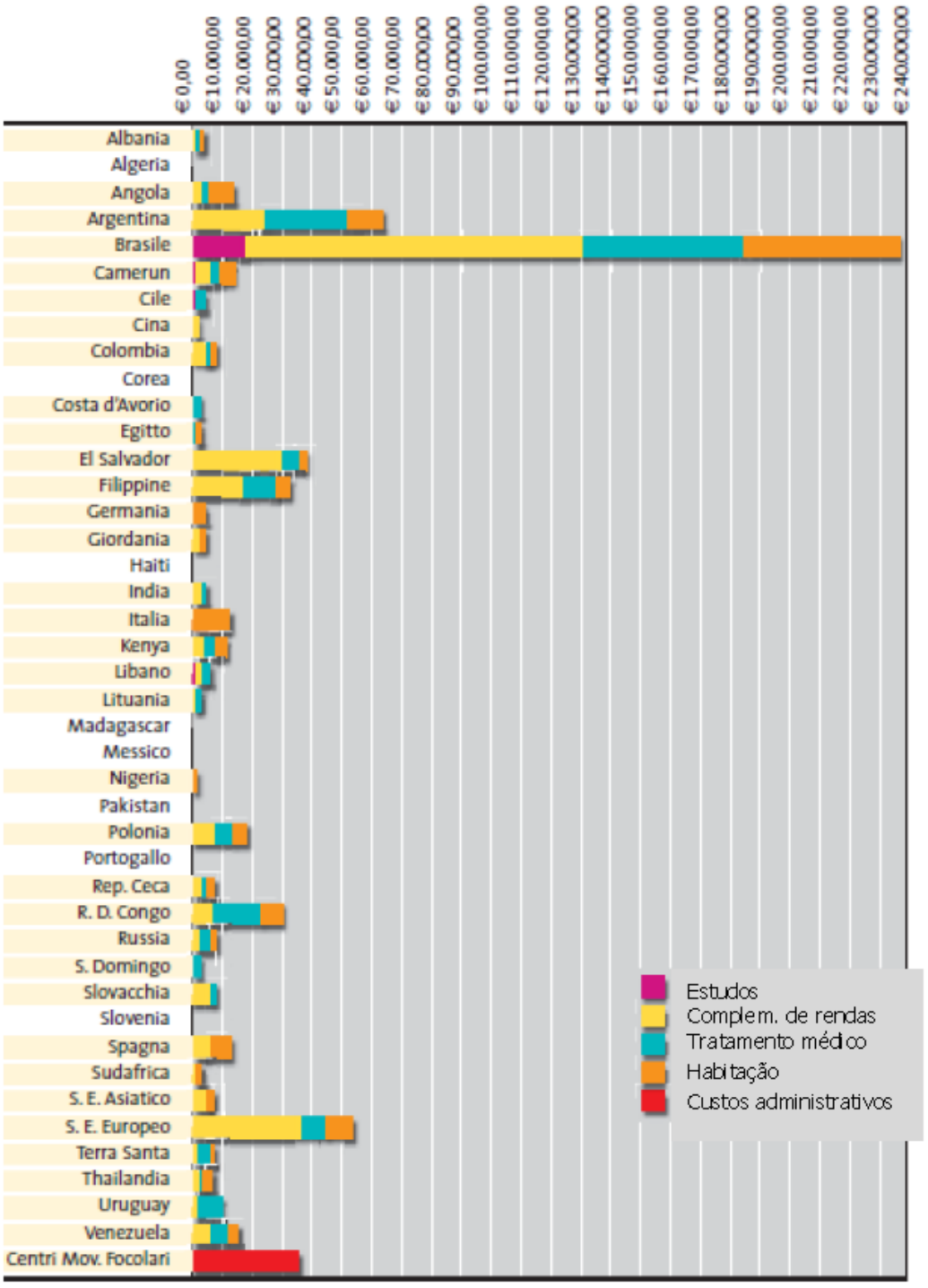
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 7: Lucros das empresas EdC recebidos, por região



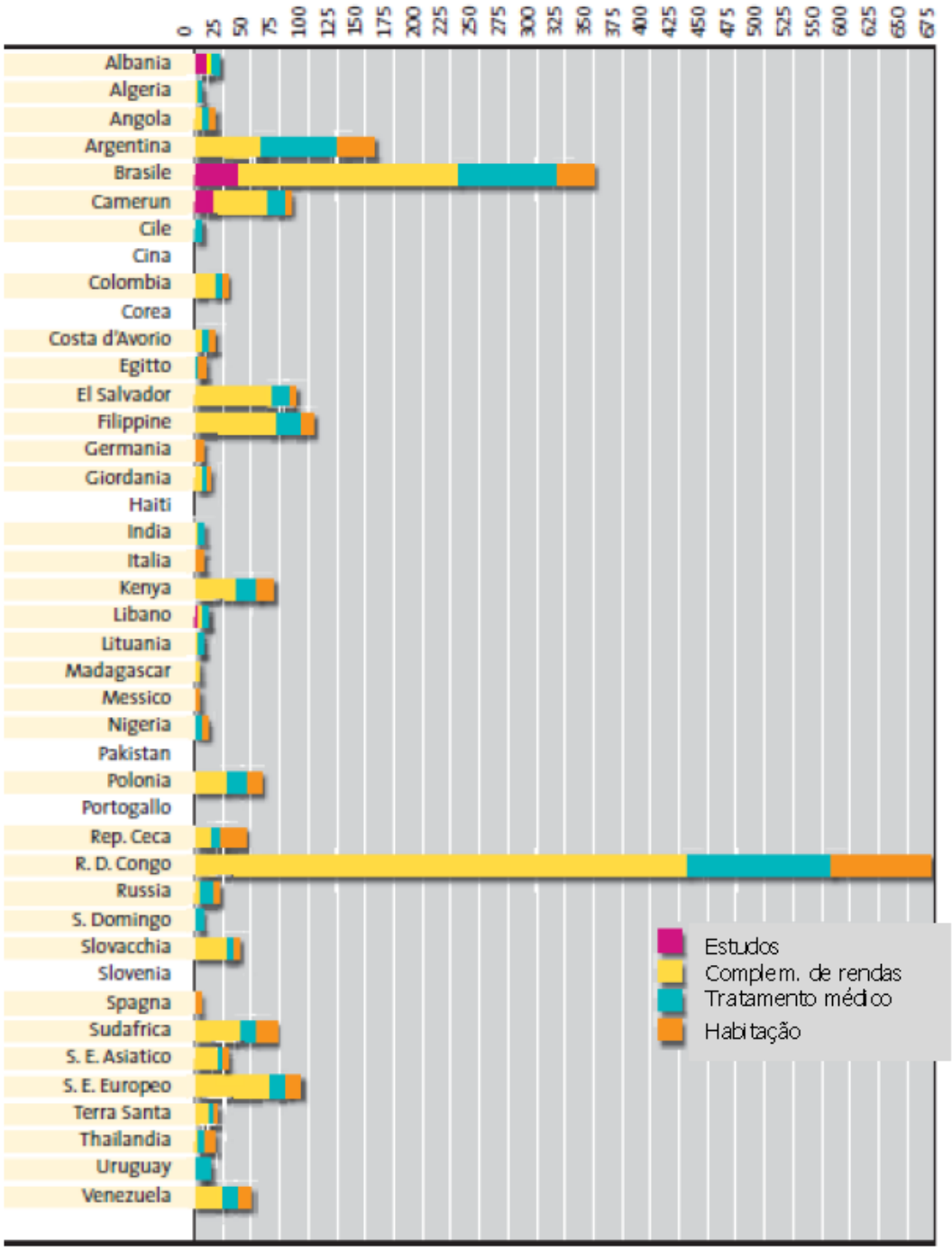
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 8: Beneficiários diretos dos projetos de desenvolvimento e de assistência, por região e por setor



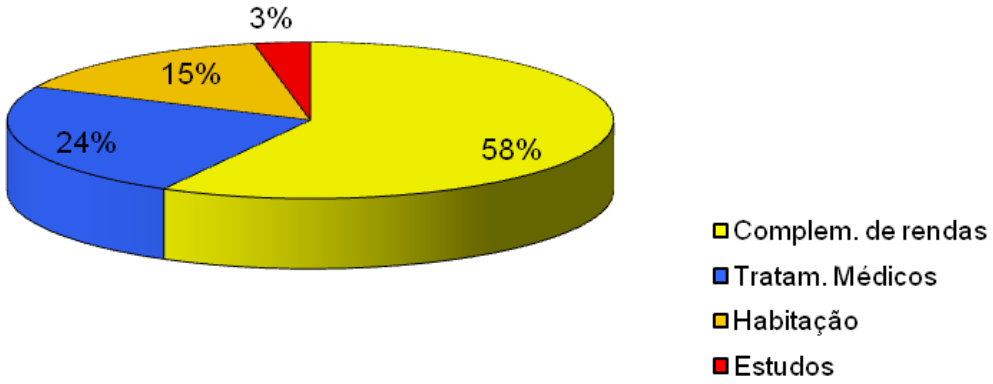
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 9: Atividades de assistência, por região e por setor



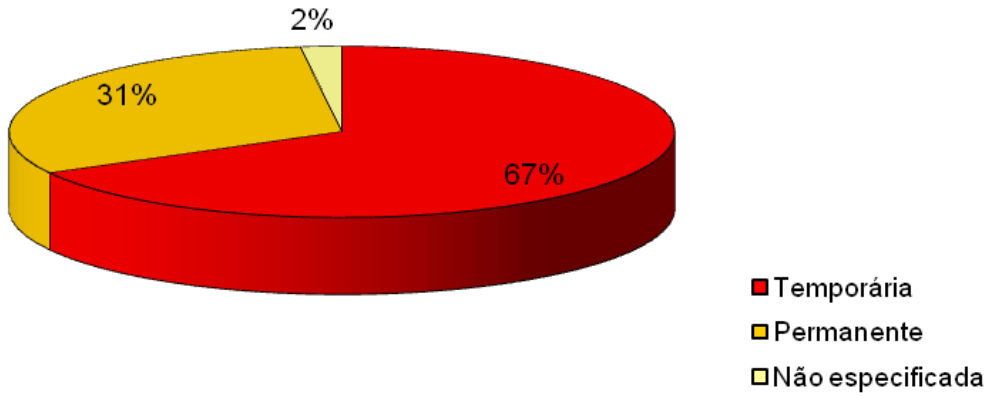
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 10: Beneficiários diretos (2.097), por região e por setor



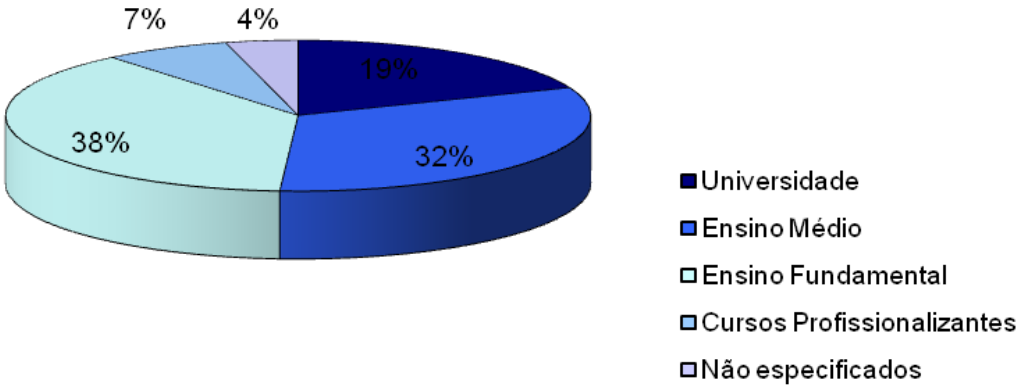
Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 11: Beneficiários diretos (2097), % por setor



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

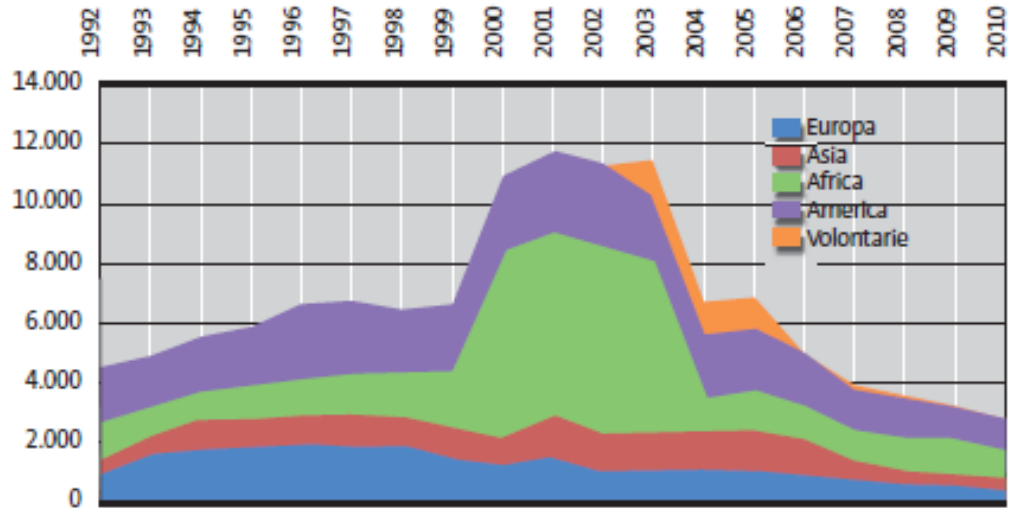
Gráfico 12: Beneficiários diretos, % por duração da assistência



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

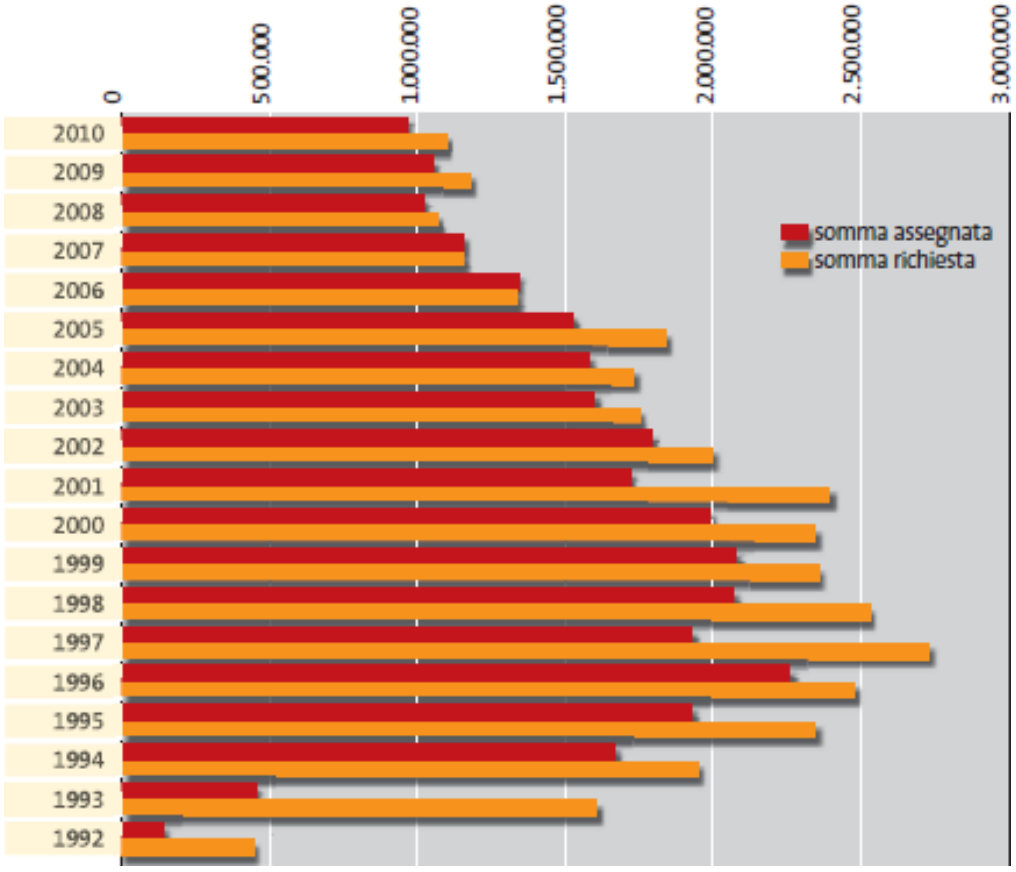
Gráfico 13: Bolsas de estudo financiadas, % por tipo de estudo.

8. Os pobres



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 14: Evolução do número dos pobres



Fonte: Relatório EdC 2009-2010

Gráfico 15: Evolução das ajudas solicitadas e distribuídas

9. Distribuição de Renda e desigualdade social

Desta forma (PINHO, et al., 2004) mostra o desenvolvimento econômico compõe um processo por intermédio do qual a renda per capita de uma determinada sociedade se eleva persistentemente. Seguindo este desenvolvimento, ocorrem mudanças estruturais quantitativas e qualitativas. Em meio a essas, realçam-se: redução nas taxas brutas de natalidade e de mortalidade, que modificam a estrutura etária da população e da força de trabalho; aumento do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transportes, de comunicação e culturais; urbanização das atividades econômicas e da força de trabalho em favorecimento do setor primário e a mercê das atividades de serviços; maior conexão com as mais importantes economias mundiais; e ampliação da produtividade média da economia nos diversos setores da atividade econômica, comandada pela zona industrial.

O desenvolvimento econômico e humano, por sua vez, implica que, paralelamente ao primeiro processo, a maior parte da população dessa sociedade seja a principal favorecida das transformações em andamento. Compreende-se que, ao longo do tempo, para a maior parte da população, devam suceder avanços no padrão de vida material, nas condições de saúde, maior tempo de vida, aumento no exercício da cidadania, e maiores oportunidades de aprimoramento individual. Assim, pesquisas sobre o desenvolvimento da distribuição da renda e de outros índices sociais são essenciais para detectar se de fato o desenvolvimento econômico está alcançando essas finalidades. Assim sendo, (HUBBARD, et al., 2010 p. 674) destaca a desigualdade de renda.

> A maioria dos economistas acredita que mudanças nas leis tributárias não desempenharam um papel central nas recentes variações na desigualdade de renda. As alíquotas do imposto de renda federal mudaram drasticamente durante os anos cobertos. Por exemplo, a alíquota de imposto de renda marginal mais alta foi de 91% na década de 50, caindo para 70% na década de 60 e para 28% na década de 80. Ela então subiu para 39,6% na década de 90, antes de cair para 35% em 2003. Como a alíquota de impostos variou significativamente, mas a distribuição de renda variou relativamente pouco, é improvável que as variações na alíquota de impostos tenham exercido um grande impacto sobre a distribuição de renda.
>
> Finalmente, como tudo mais na vida, ter uma renda também está sujeito à boa e à má sorte. Uma pessoa pobre que vira milionária ganhando na loteria do estado é um exemplo óbvio, assim como uma pessoa cuja capacidade de renda cai drasticamente após uma doença ou um acidente incapacitante. Assim, podemos dizer que como grupo, as pessoas com renda mais alta provavelmente terão uma produtividade maior

> do que a média e terão um montante de capital maior do que a média. É também mais provável que elas tenham boa sorte. Como grupo, as pessoas pobres provavelmente terão uma produtividade menor do que a média e montante de capital mais baixo do que a média. É também mais provável que elas tenham menos sorte.

Contudo, destaca (HUNT, 2005) que Bentham[14] não era, de modo algum, um advogado da completa igualdade. Compreendia ele, que se fosse feita a redistribuição da riqueza e da renda, Dar-se-ia a um ponto em que seus fins benéficos estariam mais do que suplantados por seus efeitos prejudiciais. Individualmente prejudiciais seriam as implicações da menor emprego dos trabalhadores para o trabalho. Bentham compreendia que o grau ideal de desigualdade era "o que existia nos Estados Unidos anglo-americanos, isto é, sempre naqueles onde não existisse escravidão".

Para o leitor atual, essa poderia afigurar-se a uma melhora muito insignificante para ter sido pregada por Bentham, mas, quando ele redigiu esses termos, o grau de desigualdade, nos lugares a que ele estava acenando, era substancialmente menor do que na Inglaterra. Esse discernimento teria sentido, na verdade, uma reforma muito radical.

Assim, durante toda a vida de Bentham, houve uma cisão ou uma incompatibilidade entre sua atitude inicial de *laissez faire* e sua posterior caráter reformista. Essa mesma cisão deveria meditar-se, mais tarde, na cultura neoclássica, que foi edificada com base na filosofia utilitarista de Bentham.

Além disso, uma discordância que permearia a abordagem neoclássica pode ser vista nitidamente na fase reformista de Bentham: se o Estado introduzisse reformas que desenvolvessem o bem-estar geral da sociedade, redistribuindo riqueza e renda dos ricos para os pobres, teria de ser privado de interesses próprios estreitos ou especiais. Haveria de ser uma instituição benevolente, imparcial, igualmente preocupada no bem-estar de todos. O governo, porém, não era composto por anjos ou "reis filósofos", mas por indivíduos comuns que, de consenso com a "natureza humana geral", eram individualistas e estavam interessadas na maximização de seu próprio prazer. Ao indagar se os legisladores teriam maior possibilidade de beneficiar-se materialmente, provocando os interesses dos pobres ou os

[14] Jeremy Bentham, um inglês cuja carreira como autor como autor e teórico social influente durou mais de 60 anos - do início da década de 1770 até 1832 - escreveu muitos artigos, ensaios e folhetos sobre tópicos económicos. O trabalho que exerceu a influência mais forte sobre a teoria econômica do século XIX foi *An Introduction to the Principies of Morals and Legislation*, publicado em 1780, cerca de seis anos antes de ele ter voltado sua atenção para as questões imediatas da teoria econômica. A Introdução destinava-se a ser uma parte de um prefácio geral a um código de lei completo. Embora não trate diretamente de teoria econômica, contém uma apresentação bem elaborada da filosofia social utilitarista, que deveria se tomar a base filosófica da economia neoclássica nas últimas décadas do século XIX. (HUNT, 2005 p. 123)

interesses dos ricos, a dificuldade intrínseca à crença de Bentham na reforma social favorável por um governo equitativo e imparcial ficaria evidente. Para completar (SOUZA, et al., 2008 p. 60 e 61) destaca que:

> Uma economia mais "sustentável" não pode ser encarada dentro da perspectiva individualista, consumista, sempre voltada para o lucro, para a acumulação, que marca o capitalismo. Porque apenas num sistema de tipo coletivista, a extinção da lógica do lucro, com as consequências ambientais que elas provocam, são viáveis. Porque apenas uma economia deste tipo poderia assegurar uma transição rumo a uma economia mais sustentável sem que seu fardo fosse descarregado na coletividade. Sob o atual sistema econômico, são os grupos mais pobres da sociedade que sofrem as consequências sociais diretas da degradação ambiental; uma transição para uma economia mais sustentável feita sem uma alteração das relações de classe apenas ampliaria os atuais privilégios econômicos de uma elite minoritária para privilégios econômico-naturais. Não haverá outro desenvolvimento que não seja coletivista e ao mesmo tempo sustentável.
>
> Os países subdesenvolvidos não poderão, assim, alcançar, em conjunto, o padrão norte-americano de desenvolvimento. Mas isso não implica na necessidade de se abandonar a perspectiva de um mundo menos miserável para as massas dos países pobres, e também de evitar uma degradação fatal do meio ambiente. Com um sistema coletivista-sustentável, o excedente seria aplicado nos setores de necessidades sociais mais urgentes, garantindo-se uma renda mínima para todos trabalhadores, que são as demandas civilizatórias básicas de qualquer sociedade. São elas que devem ser atendidas em primeiro lugar. Ao mesmo tempo, o entorno não seria tão exposto aos impactos típicos do capitalismo, porque seriam sempre as necessidades mais básicas de alimentação, vestuário e serviços sociais decentes, as metas prioritárias a atingir, diferentemente de uma produção voltada para o consumo crescente, em grande parte conspícuo.
>
> Isso envolveria uma desmistificação do american way of life nos anseios das populações expostas à ideologia capitalista, o que, do ponto de vista político, é uma tarefa árdua, que somente ocorreria com uma campanha pedagógica, no nível das massas, inteligente, grande e persistente. Esta campanha somente poderia ser feita pela ascensão ao poder de lideranças verdadeiramente comprometidas com tais valores. Ainda, se é claro que esta ampla estratégia econômico-ambiental não faz parte do anseio de cada trabalhador, de seu ponto de vista individual - pois ele quer apenas enriquecer, e nada mais - não constitui também interesse das elites dos países subdesenvolvidos.

Para tanto Garcia apud (VALLE, et al., 2009) faz a nota a necessidade de diferença entre ações de Responsabilidade Social (RS) e as relacionadas à filantropia de onde se provieram. A Responsabilidade Social surge como portadora de valores avaliados mais sólidos e fomentadores de capital social. Dentre as diferenças ressaltadas por Garcia, estão a motivação – na filantropia seria humanista e na RS seria de responsabilidade; a participação – reativa e as ações isoladas na filantropia e proativas e ações mais integradas na RS; o público alvo - demandante/ doador na filantropia e parceria na RS; a ação social - procede de opção social dos administradores na filantropia e na RS é unificada na cultura da corporação e envolve todos os empregados; a imagem da empresa - não há preocupação em associar a imagem da empresa à filantropia e na RS busca-se dar transparência à atuação.

Assim sendo, Tinoco apud (VALLE, et al., 2009) descreve que foi a França, em 1972, o primeiro país do mundo a ter uma lei que obrigava as corporações com mais de trezentos empregados a organizarem e publicarem o balanço social. O seu fundamental objetivo era participar ao público interessado a situação social da empresa, o desenvolvimento de pessoal e o resultado de seu comportamento; enfim, mostrar o desempenho da empresa na área social.

Conforme (PERRET, et al., 1993) o desenvolvimento econômico já não produz com a mesma naturalidade que no passado a unidade de uma sociedade composta por indivíduos autónomos. O progresso da sociedade já não é dado de antemão como um devir tão inerente à história humana como pode sê-lo o processo cumulativo que governa o avanço das ciências e das técnicas. Esta indeterminação põe de nova forma o problema do valor social das atividades econômicas. A preocupação atual de certos dirigentes da corporação pela ética dos negócios não deixa de ter correlações com esta questão sobre o contributo do desenvolvimento econômico para o bem comum. Ela constitui que a ampliação do papel do dinheiro na vida social e a desmaterialização da atividade produtiva acabam por pôr em risco a articulação bem rodada entre uma forma de competência ética das pessoas (sentido do contrato, reconhecimento do outro como ser de necessidade e de palavra) e a objetividade social do mundo econômico.

Para (ALMEIDA, 2007) a distribuição de renda tem um problema - A distribuição da renda entre os países e dentro dos países consistirem em um problema cíclico dos economistas desde longo tempo, em todo o mundo. A discordância entre os países pode ser quantificada em duas proporções: as taxas de desenvolvimento econômico em países pobres têm sido mínimas do que as dos países ricos e a dispersão de rendas entre os países têm ampliado ao longo do tempo. A questão é que a maior parte da escritos nesse campo

empregou-se de informações nacionais: isso pode até ser apropriado para testar teorias do desenvolvimento econômico, uma vez que essas teorias pretendem "explicar" o desenvolvimento em função de "fatores nacionais", como políticas, instituições e outros dados que são decisivos em nível agregado. Na medida em que essas variáveis são independentes entre os países, cada nação pode ser abordada perfeitamente como um "número" independente numa pesquisa econômico.

Essa dificuldade pode ser parcialmente resolvida recorrendo a uma ponderação da distribuição de renda em função do volume da população. Com apoio nesse tipo de enfoque, o economista americano T. Paul Schultz, mostrou que não era fato que a distribuição de renda tendia a divergir e que, ao oposto, a renda dos cidadãos mais pobres tinha crescido mais rapidamente (ou seja, a desigualdade distributiva tinha declinado).

Mas, o problema é que nem todos os cidadãos de um mesmo país tomar parte da mesma forma na distribuição nacional de riqueza, ou seja, a pobreza geral da população pode estar sendo reduzida, mas a disparidade na distribuição efetiva de renda pode estar crescendo.

10.Contabilidade Social e Governança Corporativa

Toda a sociedade precisa ter contato sobre o destino da arrecadação de impostos e onde estão sendo investidos esses investimentos. Esse talvez seja o principal ponto para a ampliação do projeto de Economia de Comunhão no Estado e assim resolver um dos principais problemas da economia de mercado. Trazendo de volta o homem coletivo a sociedade e colaborando para o desenvolvimento sustentável do Estado e do mundo. Uma população ativa, sendo participativa com as organizações e com dialogo aberto com o Estado a fim de resolver o problema dos excluídos e a falta de competitividade de algumas empresas regionais.

Em verdade ao ponto que estamos (BRUNI, 2011):

> (...) Embora ainda em estado embrionário, também uma idéia nova e diferente de um empresário e um novo negócio. Um empregador, já vimos, é fraternal, inovação difícil, "criador de bolos" (e não só doador "fatias de bolo" para "pobres"), que sabe de rede dentro e fora da EdC, que Providência acredita em porque cada dia é capaz de ver em ação em sua vida, inclusive econômicos, que não teme a vulnerabilidade e com relacionamentos por causa das feridas que as feridas ainda vislumbrar as bênçãos, que

> vai em busca dos pobres, "o justo" porque ele sabe que a sua específica e mais eficaz de contribuir para um mundo mais unido e fraterno, e incluí-los dentro do sistema de produção, criando com eles as oportunidades de emprego e crescimento, novas formas de governança que visa a dar vida àqueles "odres novos" para o "novo EdC vinho". (...)
>
> Encontrar formas de envolver e formação (escolas) são mais adequadas para o mundo dos negócios: por exemplo, a formação deve ser realizada não só com "reuniões" em que se sentar por horas conversando e alguém, talvez um sistema que funciona para um encontro espiritual mas não para pessoas de negócios. Aqui, também, deve ser a criatividade carismática, e ser capaz de inventar ferramentas e novas formas de treinamento no método (e não apenas no conteúdo), que satisfaçam as necessidades dos empresários, e não são um fardo ou um custo a pagar para o projeto. (...)
>
> Sair dando origem à vida pública, sempre que possível, na construção da realidade (fundações, associações etc.), onde o secularismo e a universalidade do projeto também são realidades operacionais e distintas a partir das estruturas internas do projeto. Já há sinais importantes, como ANPEC, a Associação Francesa, Argentina, a AIEC, B2B, mas é preciso mais. Uma tarefa destas realidades que são e serão cada vez mais profundamente ligado aos polos, também está a investigar formas e meios para acompanhar a geração de transição de empresários EdC, um tema que está se tornando importante e delicado.

Bruni em entrevista declara que a Economia de Comunhão diz que a empresa necessita mudar. Isto não é para cuidar dos pobres, sem alterar as estruturas econômicas, mas de sugerir que diversas corporações que não têm nenhum propósito secular, abrangendo os pobres, de modo que nós somos os pobres, elucida o economista italiano. Para ele, a Economia de Comunhão "é um projeto mais radical mudança no estrutura da teoria econômica, por meio da transformação da principal instituição que é a corporação".

Outro ponto importante para este chamado controle, ou melhor, dizer – governança que neste caso chamamos de é a contabilidade social. Onde (BRANDALISE, 2003 p. 117) destaca como a corporação pode contabilizar o lucro para o projeto EdC.

> Dos princípios e objetivos das empresas de economia de comunhão, aquele que pode ser demonstrado quantitativamente é o referente à parcela dos lucros que é distribuída, livremente, segundo a proposta do projeto. Dessa parcela, uma parte é utilizada para ajudar as pessoas necessitadas, dando-lhes a possibilidade de viver de modo mais digno, à espera de um trabalho; e outra parte é destinada ao desenvolvimento de estruturas visando a formação de pessoas na filosofia da EdC.

> Os lucros auferidos por qualquer empresa, exceto as sociedades anônimas, podem ser distribuídos segundo os critérios estabelecidos pelos estatutos das sociedades. (...)
> A parte dos lucros a ser distribuída livremente, segundo o projeto de EdC, são valores destinados a terceiros, ou seja, beneficiários não envolvidos com a empresa. Beneficiários, estes, estranhos à sociedade.

Completa ainda, (BRANDALISE, 2003 p. 122) baseado na legislação brasileira, uma vez que a legislação de imposto é diferencia na maioria dos países, portanto fica dificultoso realizar uma mensuração fiscal. Mas em contrapartida o Brasil participa da contabilidade internacional IRFS[15], que neste sentido pode ser comparado com padrões interacionais.

> A empresa, ao considerar essa parcela do lucro, que ela livremente transfere para o projeto da EdC, como uma despesa de doação ou contribuição do exercício corrente, fará com que o resultado no exercício em que é efetuado o registro contábil, do fato, seja menor. Logo, esse fato, que é de exercício anterior, produz efeito no exercício seguinte, alterando o resultado, e, por conseguinte, gerando um resultado diferente e menor do que deveria ocorrer. Portanto, o lucro do exercício em que é registrada a doação ou contribuição será menor, gerando menos lucros a distribuir, tanto para os sócios como para o projeto.
> Do ponto de vista da legislação tributária, para efeitos de determinar a base de cálculo para a provisão da Contribuição Social sobre o Lucro e da provisão para o Imposto de Renda, a mencionada doação ou contribuição é uma despesa não dedutível, portanto, na apuração do lucro real será adicionada no LALUR[16] para efeitos de determinação da base de cálculo. Essa contribuição ou doação para o projeto, por qualquer forma de lançamento que se adote, dentre os dois aqui colocados, sempre será não dedutível.

E completando todo o ciclo de boa praticas, existe a Governança Corporativa que irá disponibilizar aos interessados relatórios que irá auxiliar os relacionamentos entre a empresa e a sociedade. Em sua obra cita (LAMEIRA, 2001 p. 29 e 32):

> Define-se governança corporativa, com propriedade, nos meios acadêmicos, como o conjunto dos mecanismos econômicos e legais que são alterados por processos políticos, objetivando melhorar a proteção dos direitos dos acionistas e credores (investidores de uma forma geral) em uma sociedade.

[15] Normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
[16] Livro de Apuração do Lucro Real.

> A teoria referente à evolução econômica prevê que em um determinado estágio do desenvolvimento econômico se deva prestar atenção aos fornecedores de recursos para as empresas. Dessa forma, podemos considerar que o atual movimento de melhoria das práticas de governança das sociedades é a resposta, na realidade, à percepção teórica existente. (...)
>
> Éimportante frisar que, ao se falar de investidores, não se estã falando apenas de acionistas, mas de todos os tipos de agentes envolvidos nas operações de concessão de recursos, quer seja na modalidade de acionista, quer seja na de credor. Para que se possa perceber, de uma forma global, como se encontram as relações entre os agentes em vista do sistema legal em vigor em diversos países, é mostrada, a seguir, tabela de resumo dos sistemas legais de proteção aos direitos dos investidores pelo mundo.

Concluindo ainda, (LAMEIRA, 2001) a governança corporativa, na mais extensa compreensão, deixa de ser apenas o regulamento que aprova aos acionistas controladores a administração estratégica da companhia e o controle dos executivos da empresa, e passa a ser, em curso extenso, o método da administração das relações entre os acionistas, majoritários e minoritários, credores, executivos ou administradores, e demais envolvidos (*stakeholders*).

Dentro do contexto dos demais interessados, podemos relacionar os agentes que se acham afetados pelas determinações da corporação e esse conjunto envolve fornecedores, consumidores, concorrentes, vizinhos e mesmo os indivíduos e os governos.

CONCLUSÃO

Ao chegar ao final desta pesquisa podemos chegar a conclusão sobre o desgaste econômico em que vivemos, se lembrarmos a crise de 1929 onde várias famílias foram atingidas e o governo americano intervendo para que o colapso não fosse maior. Mas mesmo assim várias famílias e empresas foram atingidas por esta crise, logo a seguir problemas na Europa devido a segunda grande guerra mundial, onde os principais países tiveram que se reunir para tentar encontrar uma solução para o mundo e os EUA tendo que socorrer (salvar) a Europa de uma enorme crise.

O mundo dos negócios as corporações buscando soluções de alavancagem de seu capital, buscando assim um maior avanço tecnológico e praticas para maximização da riqueza.

Claro que este sempre foi o objetivo das empresas, tentar diminuir seus custos de produção e aumentar a riqueza gerada por seus ativos, mas ao mesmo tempo sem pensar nos problemas futuros que esta ganancia desfreada poderia causar na sociedade.

Podemos até ilustrar algumas praticas utilizadas pelas empresas para maximização de seus lucros, mas o objetivo neste trabalho é outro. Em contrapartida vale ressaltar que desde 1929 as ciências econômicas foram deixadas de lado e a pratica estabelecida nas organizações era sempre o aumento do lucro.

Com a chegada da teoria Keynes, o Estado teve que mudar sua postura com relação ao emprego, neste sentido, se a atividade econômica não gerava novos empregos o Estado deveria cria-los. Em meados dos anos 50, essa politica teve seu auge, e porque não dizer um grande avanço das ciências econômicas, sendo introduzidos politicas de reformas e reestruturação do Estado.

Esse crescimento gerado pelas indústrias estava com seus dias contados, pois os governos precisavam financiar suas atividades devido à queda de recolhimento de impostos e, neste sentido o Estado não conseguia repassar para a sociedade tudo que necessitava. Tudo isto era mais gritante em países subdesenvolvidos, pois necessitava de investimentos diretos; como fazer isto se faltava mão de obra qualificada?

A saída era a emissão de títulos da dívida pública para financiar essas obras de infraestrutura e assim atrair o capital externo e aumentar a oferta de empregos para a sociedade.

Por outro as indústrias que predominava o mercado até meados dos anos 60, deixou seu legado para os bancos, que neste sentindo reina até hoje com lucros extraordinários e colaborando com as politicas econômicas do Estado.

Com isto, as corporações na busca de aumentarem seus ativos, são obrigadas a buscar financiamentos de longo prazo para este financiamento. É notório que esta pratica não é nova, porém os aumentos dos juros embutidos no custo de captação de recursos fizeram com que as empresas mudassem suas estratégias. Neste sentido as organizações foram obrigadas a repassar essa despesa financeira no custo final de seus produtos, para manter seus lucros, mas para isto tiveram que reduzir o quadro de funcionários.

Com tudo isto, a busca da diminuição de custos, fazia com que as organizações buscassem funcionários com salários mais baixos, fazendo assim uma redução no custo de vida dos trabalhadores.

O Estado por sua vez perdia receita na arrecadação de impostos, pois tinha menos contribuintes e isto onerava as contas publicas. Para sanar este efeito, socorria ao uso da emissão de títulos da divida publica para financiar suas atividades.

Isto sem levar em consideração o aumento da inflação que onerava ainda mais os salários dos trabalhadores e com consequência a diminuição na renda, fazendo assim com que seu padrão de vida diminuísse.

A maioria dos economistas que vimos nesta tese, procurava sempre o aumento dos lucros, sem importa com o salários, mas não poderíamos deixar de mencionar que o circulo da economia só funciona, quando todos tem participação nesta roda.

Para tanto uma das formas criadas era a saída das famílias e a busca dos indivíduos na sociedade, com isto busca-se o aumento nas vendas em prol da felicidade do consumo. O governo por sua vez estimula o consumo através do credito, e com isto fazia esta roda girar cada vez mais rápido e, desta maneira o aumento na produção e o crescimento econômico.

Mas como crescer sem dividas? Talvez isto nunca fosse questionado abertamente, pois era uma pratica financeira das organizações, fazer seu passivo trabalhar para aumentar o ativo. Na outra ponta tinha os indivíduos que tinham apenas seus salários para poder financiar suas atividades, se quisesse comprar algo a mais, deveria buscar credito nos bancos.

Um dos economistas citado nesta obra dizia, não podemos aumentar o salario dos indivíduos, pois este sairia para o consumo e não pouparia, se quiser aumento, deveria trabalhar cada vez mais.

Mas como aumentar a renda se ela estava ficando cada vez mais achatada pelas grandes organizações e bancos - a consequência disto tudo é o aumento da pobreza e os chamados excluídos da sociedade. Com isto o Estado se via na obrigação de acolher esses cidadãos, pois faz parte da sua obrigação.

Como foi visto no primeiro milênio a Inglaterra teve que criar um imposto para socorrer a quantidade de pobres e mendigos que estava em grande número na sociedade. Como podemos observar esse problema sempre existiu na sociedade, mas tornou-se ainda mais grave com os avanços tecnológicos. Fato este alertado por Karl Mark em sua teoria e citada nesta tese.

O mundo vive hoje a pior crise mundial dos últimos tempos, pois os países não encontram soluções para tentar solucionar este problema que assola todos os continentes. A Europa vivendo um baixo crescimento, sendo sustentada por dois países (Alemanha e França), a queda de vários primeiros ministros, como se tudo isto pudesse ser resolvida com trocas de pessoas. Os EUA, envolvido por calote nos papéis hipotecários dos bancos e como consequência empurrando outros mercados. Na Ásia a falta de empregos e o crescimento da China pode prejudicar ainda mais esta situação, que parece não ter fim.

Nos países emergentes a grande saída, pois neles se encontra o consumo que tanto ajuda na economia de mercado, mas por outro lado temos concentração de renda como foi mencionado em páginas anteriores.

A saída para toda essa crise seria uma subvenção econômica do Estado via a Economia de Comunhão, trazer de volta o HOMEM para a sociedade, como parte integrante do sistema, mas um homem novo, visando um olhar para o próximo. Como fora mencionado por Cristo “Amarás teu próximo como a ti mesmo” (São Mateus 23,8).

Neste olhar generoso e bondoso, podemos então ter mudanças na sociedade e resgatar valores que perdemos ao longo do tempo. E assim olhar a família que o centro de tudo na vida “honra teu pai e tua mãe, amarás teu próximo como a ti mesmo” (São Mateus 19,19).

Para tal efeito a Economia de Comunhão com a ajuda de movimentos como os Focalares poderá auxiliar nesta reconquista da sociedade, como foi dito por Chiara Lubrich na apresentação do EdC na ONU – “eis a salvação para economia”.

Um caminho novo para o futuro sustentável – se o Estado permitir que as organizações façam suas contribuições na comunidade onde elas estão instaladas e, com efeito, a essa contribuição uma redução nos impostos.

Teremos um elo de "ligação" nas empresas e na sociedade, mas o governo não terá perda nesta arrecadação, pois o individuo que recebe a ajuda irá consumir e neste ato o imposto volta para o governo por meio deste consumo.

A organização perante a sociedade será vista com outros olhos, pois estará ajudando o desenvolvimento da comunidade onde esta inserida, neste sentido, mudando também a visão dos empregados, que por sua vez saberão que seu trabalho esta contribuindo para o socorro de famílias que necessitam de auxilio.

O controle dessas doações poderá vir via cadastro dos contribuintes com a receita federal de cada país, onde o Estado poderá saber onde estão sendo aplicados os recursos por ele cedidos na comunidade.

Outro foco seria a contabilidade social com a governança corporativa, assim todos (Governo, Empresa, Fornecedores e Contribuintes) poderão observar o fluxo de capital destinado para as famílias.

Deste modo resgatamos os excluídos da sociedade, damos a ele a oportunidade de voltar à economia e com tudo isto, criamos novos cidadãos com um olhar para o próximo. Este efeito poderá transformar parte do lucro das empresas em meios de sustentabilidade econômica na região. Fazendo assim uma diminuição nos preços praticados no mercado, deste modo os preços serão justos, pois os contribuintes irão consumir produtos que de certa forma ajudarão a todos na sociedade.

Os bancos por sua vez, poderão emprestar valores a essas empresas, pois terão a certeza do recebimento, uma vez que estão sendo realizadas as boas praticas de "Governança Corporativa Social" (se assim podemos dizer). Com isto diminuímos as diferenças citadas neste trabalho, a renda aumentará, pois teremos redução nos níveis de preços, e desta forma aumentando o fluxo de capital circulante na região.

Essas estratégias foram utilizadas por empresas brasileiras para concessão de crédito para a sociedade, dentre elas estão O Magazine Luiza e Casas Bahias, seus negócios evoluíram e virou estudo de caso na *Harvard Business School*, como estratégias de negócios.

Em sua encíclica destaca (BENTO XVI, 2009):

> A globalização é um fenómeno pluridimensional e polivalente, que exige ser compreendido na diversidade e unidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica. Isto permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha. (...)
>
> Nestas últimas décadas, foi surgindo entre as duas tipologias de empresa uma ampla área intermédia. Esta é constituída por empresas tradicionais, mas que subscrevem

> pactos de ajuda aos países atrasados, por fundações que são expressão de empresas individuais, por grupos de empresas que se propõem objectivos de utilidade social, pelo mundo diversificado dos sujeitos da chamada economia civil e de comunhão. Não se trata apenas de um « terceiro sector », mas de uma nova e ampla realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais. O facto de tais empresas distribuírem ou não os ganhos ou de assumirem uma ou outra das configurações previstas pelas normas jurídicas torna-se secundário relativamente à sua disponibilidade a conceber o lucro como um instrumento para alcançar finalidades de humanização do mercado e da sociedade. É desejável que estas novas formas de empresa também encontrem, em todos os países, adequada configuração jurídica e fiscal. Sem nada tirar à importância e utilidade económica e social das formas tradicionais de empresa, fazem evoluir o sistema para uma assunção mais clara e perfeita dos deveres por parte dos sujeitos económicos. E não só (...). A própria pluralidade das formas institucionais de empresa gera um mercado mais humano e simultaneamente mais competitivo.

Com todos esses argumentos e com o aval de sua santidade, dando credibilidade a esta ação, podemos finalizar com algumas palavras: Que comungamos neste amor em prol da felicidade da nação, um olhar para o interior e outro para o próximo, assim teremos a verdadeira conjugação de economia entre os povos.

Para completar; que esta proposta é valida, - vários indivíduos escolhem seus produtos por se tratar de extrema qualidade e com um diferencial, tendo cuidado com o meio ambiente. Neste projeto o cuidado é com todos os indivíduos deste mundo e, viabilizando a sustentabilidade mundial vinda, sobretudo do amor mutuo entre os povos.

Assim finaliza (RATZINGER, 2007), quando o homem começa a ver e a existir a partir de Deus, quando ele se acha na comunidade caminhando com Jesus, então ele vive com fundamento em novos critérios, e já se torna presente algo "*eschaton*[17]", do que ainda há de vir. De Jesus a felicidade para o meio da aflição.

[17] O termo Eschaton refere-se ao fim do mundo presente e é abordada no estudo da escatologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jose Maria de e FLORENTINO, João Batista. *Economia de comunhão.* São Paulo: Cidade Nova, 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Distribuição mundial de renda: as evidências desmentem as teses sobre concentração e divergência econômica. *Revista Brasileira de Comércio Exterior.* 91, 2007, pp. 64-75.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.* São Paulo: Atlas, 2009.

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Econômico: a função das normas tributárias indutoras em tempos de crise. *Finanças Públicas.* XV Prêmio Tesouro Nacional, 2010.

—. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. *Revista da PGFN.* 1º edição, 2011.

BALFSON. Wikipedia. *Wikipedia The free encyclopedia.* [Online] Wikimedia Foundation, Inc., 24 de 01 de 2010. [Citado em: 23 de 04 de 2011.] http://en.wikipedia.org/wiki/Noblesse_oblige.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metologia científica.* São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BENITES, Marcello Riella. *Pessoas que fazem a economia de comunhão.* Cidade Nova: Vargem Grande Paulista, 2009.

BENTO XVI. 2009. Caritas in Veritate. *Vaticano.* [Online] Libreria Editrice Vaticana, 29 de 06 de 2009. [Citado em: 15 de 07 de 2011.] http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html. 53.

BERTONE, Tarcisio. Economia a servizio dello sviluppo integrale della famiglia umana. *Vaticano.* [Online] Libreria Editrice Vaticana, 24 de 6 de 2010. [Citado em: 26 de 5 de 2011.] VII Simposio Internazionale dei docenti universitari "verso un'economia al servizio della famiglia umana". http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/card-bertone/2010/documents/rc_seg-st_20100626_simp-doc-univ_it.html.

—. Le rotte della politica e dell'economia per uscire dalla crisi globale. *Vaticano.* [Online] L'Osservatore Romano, 15 de 10 de 2010. [Citado em: 21 de 05 de 2011.] http://www.vatican.va/news_services/or/or_quo/cultura/2010/242q05a1.html.

BRANDALISE, Luiz Antonio. *A finalidade do lucro para as empresas de economia de comunhão.* Contabiliadde e Atuária, FEA/USP. São Paulo: s.n., 2003. Tese.

BRUNI, Luigino e ZAMAGNI, Stefano. *Economia civil: eficiência, equidade, felicidade publica.* Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.

BRUNI, Luigino e ZAMAGNI, Stefano. *Economia Civil: Eficiência, Equidade, Felicidade Pública.* 1ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010. p. 288. 978857821062-5.

BRUNI, Luigino. *Il prezzo della gratuità.* Roma: Città Nuova, 2008. p. 176.

—. 'S para o EOC 2031. *EdC-online.* [Online] Licença Creative Commons, 15 de 06 de 2011. [Citado em: 06 de 11 de 2011.] http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1696-l-edc-verso-il-2031.html.

BRUNI, Luigino, et al. *Economia de comunhão: por uma cultura econômica com varias dimensões.* Roma: Cittá Nuova Editrice, 1999.

BRUNI, Luigino. *Il prezo dela gratuita.* Roma: Città Nuova editrice, 2008.

—. 2005. *Comunhão e as novas palavras em economia.* Vargem Grande Paulista : Cidade Nova, 2005.

CAVALCANTE, Francisco, MISUMI, Jorge Yoshio e RUDGE, Luiz Fernando. *Mercado de capitais - o que é, como funciona.* 7º. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 395.

Conselho Episcopal Latino-Americano. *Documento de Aparecida.* Aparecida do Norte: Paulus, 2007.

COSTA, Rui, et al. *Economia de comunhão.* São Paulo: Cidade Nova, 1998.

Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike . Focolare.org. *Movimento dos Focolares.* [Online] Graphic Design by UnoZeroUno, 08 de 05 de 2006. [Citado em: 14 de 11 de 2011.] http://www.focolare.org/pt/movimento-dei-focolari/storia/.

Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported. Focolare.org. *Movimento dos Focolares.* [Online] Graphic Design by UnoZeroUno, 08 de 05 de 2006. [Citado em: 14 de 11 de 2011.] http://www.focolare.org/pt/chiara-lubich/chi-e-chiara/gli-inizi/.

FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento economico.* São Paulo: Atlas, 2001.

FILHO, Cyro de Barros Rezende. *História economica geral.* São Paulo: Contexto, 2008.

FUSFELD, Daniel R. *A era do economista.* São Paulo: Saraiva, 2003.

GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia politica.* São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas, 2009.

GOLUBOVITCH, Alexêi. Crise europeia: Síndrome belga. *Voz da Rússia.* [Online] 11 de 10 de 2011. [Citado em: 02 de 11 de 2011.] http://portuguese.ruvr.ru/2011/10/11/58507828.html.

GONÇALVES, Carlos Eduardo do Nascimento e GUIMARÃES, Bernado. *Introdução à economia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GONÇALVES, Heloisa Helena. Descortinando perspectivas para um novo agir ético: geografando redes e corporificando a cultura da partilha na Economia de Comunhão. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: s.n., 2009. Tese de Doutorado em Geografia Universidade Federal Fluminense. 161.

GOULIAMAKI, Louisa . As principais decisões das cúpulas de líderes da UE sobre a crise. *Exame.com.* [Online] Editora Abril, 22 de 10 de 2011. [Citado em: 23 de 10 de 2011.] http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/as-principais-decisoes-das-cupulas-de-lideres-da-ue-sobre-a-crise. 2.

HUBBARD, R. Glenn e O'BRIEN, Patrick. *Introdução à economia.* [trad.] Christiane de brito ANDREI, Cristina BÁZAN e Rodrigo SARDENBERG. 2º. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 1168.

HUNT, E. K. *História do pensamento economico - uma perspectiva critica.* Rio de Janeiro: 2005, 2005.

Interverção da Santa Sé na sessão especial do Conselho dos Direitos do Homem sobre a Crise Económica Mundial. **TOMASI, Arcebispo D. Silvano.** Genbra: Libreria Editrice Vaticana, 2009.

JOHANNES. Wikipedia. *Wikipedia a eciclopedia livre.* [Online] Wikimedia Foundation, Inc., 17 de 03 de 2010. [Citado em: 23 de 04 de 2011.] www.pt.wikipedia.org/wiki/Bulionismo.

KITWOOD, Dan. FMI alerta para risco no sistema financeiro global. *Revista Veja.* [Online] Editora Abril, 21 de 09 de 2011. [Citado em: 23 de 10 de 2011.] http://veja.abril.com.br/noticia/economia/fmi-alerta-para-risco-no-sistema-financeiro-global. 1.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade . *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliografica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos.* São Paulo: Atlas, 2010.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. *Governança corporativa:.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 80.

LEITÃO, Sergio Proença e PINTO, Marco Couto Soares. *Economia de comunhão: empresas para um capitalismo transformado.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEITE, Kelen Christina. *Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações de capital, trabalho e estado.* São Paulo: FAPESP, 2007.

LIMA, Maria Aparecida Barbosa. Economia de Comunhão X Custos de transação: uma visão das organizações imbuídas da cultura da partilha. 12, 4 de 11 de 1999, Vol. 5, 12.

LOPREANO, Francisco Luiz C. *O papel da política fiscal: um exame da visão convencional.* Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas: IE/UNICAMP, 2006. p. 33, Texto para discussão.

Mercado e sociedade civil: encontro ou desencontro? - Algumas reflexões na perspectiva da "comunhão". **BRUNI, Luigino.** 3, Vargem Grande Paulista : Cidade Nova, 2003, Revista Abba, Vol. VI, pp. 59-70. 59-70.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.* São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 320.

PABLO II, Juan. DISCURSO DEL PAPA JUAN PABLO II A LOS MIEMBROS DE LA FUNDACIÓN "ÉTICA Y ECONOMÍA". *http://www.vatican.va.* [Online] 17 de 03 de 2001. [Citado em: 29 de 05 de 2011.] http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_jp-ii_spe_20010517_etica-economia_sp.html.

PAULO II, PAPA JOÃO. Discurso do Papa João Paulo II aos dirigentes de sindicatos e de grandes empresas. *Vaticano.* [Online] Libreria Editrice Vaticana, 2 de 5 de 2000. [Citado em: 21 de 5 de 2011.] http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2000/apr-jun/documents/hf_jp-ii_spe_20000502_workers-audience_po.html.

PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy. *Economia contra a sociedade - afrontar a crise de integração social e cultural.* Lisboa: Éditions du Seuil, 1993. p. 287.

PINHEIRO, Juliano Lima. *Mercado de capitais: fundamentos e técnicas.* São Paulo: Atlas, 2005. p. 372.

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de economia.* São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marcso Antonio S. de. *Manual de introdução à economia.* São Paulo: Saraiva, 2006.

QUARTANA, P., et al. *Economia de comunhão - propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a "cxultura do dar".* [trad.] Jose Maria de Almeida. Sao Paulo: Cidade Nova, 1992. p. 207.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao cristianismo.* São Paulo: Loyola, 2006.

—. *Jesus de Nazaré.* São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

ROSSETTI, Jose Paschoal. *Introdução à economia.* São Paulo: Atlas, 1987.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia.* São Paulo: Atlas, 1987.

SANDRONI, Paulo Henrique Ribeiro. *Princípios de economia politica: Considerado com vista à sua Aplicação Prática - Um Ensaio sobre o Princípio da População.* São Paulo: Circulo do livro, 1996.

SANTOS, José Eduardo dos. Íntegra do discurso do Chefe de Estado sobre Estado da Nação. *Agência Agolapress.* [Online] 18 de 10 de 2011. [Citado em: 02 de 11 de 2011.] Discurso sobre o Estado da Nação, proferido por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, em Luanda.. http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/9/42/Integra-discurso-Chefe-Estado-sobre-Estado-Nacao,d1bec350-9ac7-4bc3-852d-fe2b046699ab.html.

SILVA, Cesar Roberto Leite e SINCLAY, Luiz. *Economia e Mercado.* São Paulo: Saraiva, 1997.

SINGER, Paul e SOUZA , André Ricardo de. *A economia solidaria no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de e SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. *Economia e sustentabilidade.* São Paulo: LCTE editora, 2008. p. 64.

STUMMER, Thereza Christina F. *Economia de comunhão: uma cultura econômica de varias dimensões.* Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

TRESE, Leo John. *A fé explicada.* São Paulo: Quadrante, 1999.

TROSTER, Roberto Luis e MOCHÓN, Francisco. *Introdução à economia.* São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

VALLE, Nébia Maria Diniz Mendes, NETO, Cassio Rother do Amaral e CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de. Responsabilidade social corporativa no setor financeiro: uma avaliação da atuação do Banco ABN AMRO Real. [A. do livro] José Eli da VEIGA. *Economia sociaambental.* São Paulo: Senac, 2009, p. 378. Artigo originamente apresentado no VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecologica, realizado em Brasília, em 2005. Nesta nova versão, optamos por não incluir relatórios mais recentes de Responsabilidade Social Corporativa do Banco ABN AMRO Real.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. e GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de economia.* São Paulo: Saraiva, 1999.

VERTAMATTI, Roberto. *Ética nas empresas em um mundo globalizado.* São Paulo: Globus, 2011.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Caridade	159, 160.
Comunhão	14, 15, 21, 25, 65, 69,70, 71,72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 106, 108, 110, 111, 112, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 152, 153, 154, 155.
Consumo	30, 58, 61, 87, 90, 94, 98, 101, 103, 105, 108, 109, 126, 133, 134, 135,
Crise	21, 56, 61, 71, 82, 92, 94, 95, 96, 97,98,99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 132, 134, 137, 138, 139, 140,
Desemprego	41, 55, 58, 96, 106, 140.
Desenvolvimento	12, 15, 19, 21, 30, 33, 34, 44, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 69, 73, 74, 75, 78, 80, 90, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 111, 112, 115, 117, 119, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 137, 149, 151, 156, 160, 161.
Desigualdade	62, 92, 93, 124, 125, 128.
EdC	14, 15, 21, 23, 24, 25, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 91, 108, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 129, 130, 134, 138.
Governo	12, 13, 14, 43, 45, 47, 49, 62, 67, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 125, 126, 131, 132, 133, 135, 160.
Homem	13, 14, 16, 19, 21, 25, 31, 32, 34, 37, 38, 45, 46, 48, 56, 57, 61, 68, 69, 70, 73, 78, 79, 80, 83, 88, 95, 106, 107, 108, 128, 134, 136, 139.
Igreja	12, 13, 14, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 40, 49, 67, 69, 70, 71, 88, 144, 145, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 160,
Individualismo	13, 15, 26, 31, 38, 79, 88, 89, 90,
Pobre	12, 14, 26, 34, 41, 42, 47, 50, 51, 55, 72, 73, 74, 90, 92, 93, 95, 97, 107, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 148.
Política Fiscal	15, 21, 88, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 130, 136, 139.
Renda	14, 15, 20, 34, 35, 43, 44, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 62, 63, 71, 74, 84, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 135, 137,
Salário	35, 47, 52, 53, 83, 96, 100, 105, 133,
Social	14, 15, 19, 21, 24, 25, 26, 31, 34, 40, 41, 45, 46, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67,68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 108, 110, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 136, 140, 141, 144, 148, 149, 150, 151, 152,
Sustentabilidade	14, 15, 20, 21, 104, 109, 106, 135, 136, 140.

ÍNDICE REMISSIVO

Adam Smith	29, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 66, 67, 68, 73, 82.
Alfred Marshall	57, 58.
Bretton Woods	99.
Bruni	21, 65, 66, 68, 69, 72, 76, 77, 79, 81, 85, 86, 88, 90,109, 110, 128, 129, 137, 138, 139.
Chiara Lubrich	14, 69, 70, 71, 72, 78, 134, 138, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153,154,156, 157,158, 159,160.
David Ricardo	51, 52, 53, 54,140.
Europa	41, 92, 94, 98, 103, 111, 132, 134, 155, 156.
Jesus Cristo	13, 15, 27, 31, 90, 134, 148.
John Maynard Keynes	38, 58, 59, 60, 62, 104, 105, 132.
Karl H. Marx	61, 134.
Max Weber	82, 89.
Papa	33, 69, 107, 108, 139,140,150, 152, 155, 156.
Ratzinger	38, 136, 140.
Roma	28, 29, 30, 31, 38, 137, 138, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158.
Thomas Robert Malthus	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 60, 62.

ANEXOS

Biografia - Chiara Lubich[18]

Silvia – este era o nome de batismo de Chiara – nasceu em Trento dia 22 de janeiro de 1920, segunda de quatro filhos. Seu pai, Luigi Lubich, comerciante de vinhos, ex-tipógrafo, antifascista e socialista, antes foi colega de Benito socialista, e depois

irredutível adversário político de Mussolini fascista. Sua mãe, Luigia, possuía uma fé sólida e tradicional. O irmão mais velho, Gino, depois de concluir os estudos de medicina participou da aventura da resistência, nas célebres Brigadas Garibaldi, para depois dedicar-se ao jornalismo, no jornal "A Unidade".

Aos 18 anos Silvia diplomou-se como professora primária, com a nota máxima. Seu desejo era estudar e por isso tentou entrar na Universidade Católica. Não conseguiu, tendo se classificado em 34º lugar quando havia 33 vagas gratuitas disponíveis. Sim, porque a família Lubich não possuía recursos suficientes para pagar os seus estudos em outra cidade. E assim teve que trabalhar. No ano letivo 1940-1941 ensinou na Obra Seráfica de Trento.

Uma viagem, em 1939, será o ponto de partida decisivo da sua experiência humano-divina. "Fui convidada a um congresso de estudantes católicas, em Loreto – ela

escreveu – onde, segundo a tradição, está conservada a casinha da Sagrada Família de Nazaré, em uma grande igreja-fortaleza. (…) Num colégio participava do curso, com todas as outras, mas logo que podia corria para lá. Ajoelhava-me ao lado da parede enegrecida pelas lâmpadas. Algo de novo e divino me envolvia, quase me esmagava. Com o pensamento contemplava a vida virginal dos três. (…). Cada pensamento pesava sobre mim, apertava o meu coração, as lágrimas caiam sem controle. Em todos os intervalos do curso voltava correndo para lá. No último dia a igreja estava

[18] (Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported, 2006)

lotada de jovens. Tive um pensamento claro, que nunca mais se cancelou: uma multidão de virgens a seguirá".

Quando retornou, Chiara encontrou seus alunos e o pároco, que sempre a tinha acompanhado naqueles meses. Quando ele a viu radiante, uma moça realmente feliz, perguntou se tinha encontrado o seu caminho. A resposta de Chiara foi (para ele) aparentemente decepcionante, porque ela sabia dizer apenas quais as vocações que não eram a "sua", ou seja, as tradicionais: nem o convento, nem o matrimônio, nem a consagração no mundo. E nada mais.

Nos anos que seguiram, da visita a Loreto, 1939, até 1943, Silvia continuou a estudar, trabalhar e colocar-se a serviço da Igreja. Quando se tornou uma terciária franciscana assumiu o nome de Chiara (Clara, em menção a Santa Clara de Assis).

Em 1943, já com 23 anos, enquanto ia pegar o leite na localidade de Nossa Senhora Branca, a dois quilômetros de sua casa, no lugar de suas irmãs que haviam se recusado ao pedido da mãe, devido ao frio intenso, exatamente quando passava por baixo de uma ponte ferroviária, Chiara sentiu que Deus a chamava: "Doe-se completamente a mim". Ela não perdeu tempo e, com uma carta, pediu a um sacerdote capuchinho, padre Casimiro Bonetti, a permissão para fazer um ato de total doação a Deus. Obteve a permissão após uma profunda conversa. No dia 7 de dezembro de 1943, às 6 horas da manhã, ela se consagrou. Naquele dia Chiara não tinha em seu coração nenhuma intenção de fundar alguma coisa: simplesmente desposava Deus. E isso, para ela, era tudo. Somente mais tarde atribuiu-se àquela data o início simbólico do Movimento dos Focolares.

Contagioso. Nenhum adjetivo parece melhor para explicar o que aconteceu nos poucos meses sucessivos. Várias jovens se aproximaram de Chiara e algumas quiseram seguir o seu caminho: primeiramente Natalia Dallapiccola, depois Doriana Zamboni e Giosi Guella, em seguida Graziella De Luca e as duas irmãs, Gisella e Ginetta Calliari, Bruna Tomasi, Aletta Salizzoni, e outras duas irmãs, Valeria e Angelella Ronchetti. E isso tudo acontecia não obstante a estrada do focolare não possuísse absolutamente nada de definido, a não ser o "radicalismo evangélico absoluto" de Chiara.

Naqueles meses a guerra desencadeou-se em Trento também. Ruínas, destroços, mortos. Chiara e suas novas companheiras habituaram-se a se encontrar nos abrigos antiaéreos, durante os bombardeios.

O desejo de estar juntas era muito forte, e de descobrir modos sempre novos de ser cristãos, de colocar em prática o Evangelho, depois daquela fulgurante intuição que as levara a colocar Deus Amor no centro de suas jovens vidas. "Cada acontecimento nos tocava profundamente – Chiara dirá mais tarde. – A lição que Deus nos dava, por meio das circunstâncias, era clara: tudo é vaidade das vaidades, tudo passa. Mas, ao mesmo tempo, Deus colocava no meu coração, para todas, uma pergunta, e com ela a resposta: "Mas existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba pode destruir, ao qual doar-nos inteiramente?". Sim, Deus. Decidimos fazer Dele o ideal da nossa vida".

No mês de maio, no porão escuro da casa de Natalia Dallapicolla, à luz de vela leram o Evangelho, como já era um hábito para elas. O abriram ao acaso e encontraram a oração de Jesus antes de morrer: "Pai, que todos sejam uma coisa só" (Jo 17,21). É um texto evangélico extraordinário e complexo, o testamento de Jesus, estudado por exegetas e teólogos de toda a cristandade; mas naquela época um tanto esquecido, porque misterioso demais. E não só, a palavra "unidade" tinha entrado no vocabulário dos comunistas, que, num certo sentido, exigiam o seu monopólio. "Mas aquelas palavras pareciam se iluminar, uma a uma – Chiara escreverá – e colocaram em nosso coração a convicção que tínhamos nascido para "aquela" página do Evangelho". Mais tarde, no Natal de 1946, as jovens escolheram como lema: "Ou a unidade ou a morte".

Poucos meses antes, em 24 de janeiro, um sacerdote havia perguntado: "Vocês sabem qual foi o maior sofrimento de Jesus?" Seguindo a mentalidade corrente entre os cristãos daquele tempo, elas responderam: "O que Ele passou no Monte das Oliveiras". Mas o sacerdote replicou: "Não, Jesus sofreu mais na cruz, quando gritou: "meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" Impressionada por aquelas palavras, logo que ficaram sozinhas, Chiara dirigiu-se à sua companheira: "Temos uma vida só, vamos usá-la da melhor forma! "Se o maior sofrimento de Jesus foi o abandono por parte do seu Pai, nós seguiremos Jesus abandonado". A partir daquele momento Ele se tornou para Chiara o Esposo, o único da vida.

A guerra não dava tréguas e grande parte das famílias das jovens se refugiou nos vales e montanhas circunvizinhos. Mas elas decidiram permanecer em Trento, algumas por motivo de trabalho, outras de estudo, e quem, como Chiara, para não abandonar as muitas pessoas que começavam a congregar-se. Chiara ficou alojada com uma conhecida, chamada Carmela, até que, no mês de setembro, encontrou moradia no número dois da Praça dos Capuchinhos, na periferia de Trento, para onde ela e algumas de suas novas amigas – primeiro Natalia Dallapiccola, e depois as outras – se transferiram. Foi o primeiro focolare. Uma casa modesta, de dois cômodos, na rua arborizada aos pés da igreja dos Capuchinhos, a chamavam "a casinha do amor", ou, mais simplesmente, "a casinha".

Durante aqueles meses, as jovens que moravam lá, mas também as pessoas que a frequentavam, perceberam um salto de qualidade em suas vidas. Tinham a impressão que Jesus realizava a sua promessa: "Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome eu estou no meio deles" (Mt 18,20). Não queriam mais perdê-lo, e faziam de tudo para evitar que, por culpa delas, a Sua presença desaparecesse. "Mais tarde, muito mais tarde – Chiara irá precisar – pudemos entender. Aquela era uma reprodução, em germe e sui generis, da casinha de Nazaré: uma convivência de virgens (e logo também de casados) com Jesus entre eles". Era o "focolare", aquele lugar onde o fogo do amor aquece os corações e sacia as mentes. E Chiara explicava às suas companheiras: "Mas para tê-lo entre nós é preciso estar prontas a dar a vida umas pelas outras". Jesus está presente espiritualmente e plenamente entre nós, se estamos unidas assim. Ele que disse: "que sejam uma coisa só a fim de que o mundo creia".

Ao redor de Chiara e das jovens do focolare se multiplicaram uma série impressionante de adesões ao projeto da unidade, que se mostrava inovador, ainda que apenas esboçado. E não faltaram as mais variadas conversões. Vocações em perigo eram salvas, e novas desabrochavam. Sem demora, mas se poderia dizer quase imediatamente, também rapazes e pessoas adultas uniram-se ao grupo. Recorda-se, daquele período, as concorridas e intensas reuniões de sábado à tarde, às 15 horas, na Sala Massaia. Lá Chiara contava experiências do Evangelho vivido e anunciava as primeiras descobertas daquela que, em seguida, se tornaria à "espiritualidade da

unidade". O fervor crescia de forma desmedida, tanto que já em 1945, cerca de 500 pessoas desejavam viver o mesmo ideal, e eram de todas as idades, homens e mulheres, de qualquer vocação e extração social. Entre eles tudo era colocado em comum, assim como acontecia nas primeiras comunidades cristãs.

No Evangelho leram a frase: «Dai e vos será dado». E essas palavras se transformaram em experiência cotidiana. Davam, davam sempre, as jovens e seus amigos, continuavam a doar, e recebiam, recebiam sempre, doavam e recebiam. Havia só um ovo em casa, para todas? O deram a um pobre que bateu à porta. Naquela mesma manhã alguém deixou um saquinho na porta da casa… com ovos! Está escrito também: «Pedi e recebereis». E em plena guerra chegavam sacos de farinha, caixas de leite, frascos de geleia, feixes de lenha, roupas. Não raramente, no focolare, com uma bonita toalha de mesa e as atenções devidas às pessoas importantes, sentavam-se à mesa uma focolarina e um pobre, uma focolarina e um pobre…

No dia da festa de Cristo Rei, de 1945, Chiara e suas companheiras encontraram-se ao redor do altar, depois da Missa. Dirigiram-se a Jesus com a simplicidade de quem entendeu o que significa ser filhos. E rezaram: "Tu sabes como realizar a unidade, *o ut omnes unum sint*. Estamos aqui. Se queres, usa de nós". A liturgia daquele dia as fascinara: «Pede-me e te darei todos os povos e em domínio os confins da terra». E com a sua simplicidade, totalmente evangélica, não pediram menos do que «os últimos confins da terra». Acreditavam na onipotência de Deus. O comportamento das jovens da "casinha" surpreendia quem as encontrava.

E tudo isso não podia deixar indiferente a cidade, que então contava poucas dezenas de milhares de habitantes, e nem mesmo a Igreja local. Dom Carlo De Ferrari entendeu Chiara e a sua nova aventura, e a abençoou. A sua aprovação e benção acompanharam o movimento até a sua morte. A partir daquele momento, quase inadvertidamente, foram ultrapassadas as fronteiras da região, convidadas à Milão, Roma, Sicília. E em toda parte floresciam comunidades cristãs, como aquela de Trento. O caminho levaria longe.

No verão de 1949 o deputado Igino Giordani, que há alguns meses havia conhecido o espírito da unidade, foi encontrar Chiara Lubich nas montanhas de Tonadico, no Vale di Primiero, onde ela se encontrava para um período de repouso. A pequena comunidade de Trento, que já se espalhara em diversas cidades da Itália, nas semanas

precedentes tinha vivido com intensidade a passagem do Evangelho de Mateus sobre o abandono de Jesus na cruz.

No dia 16 de julho iniciou um período de magnitude extraordinária, hoje conhecido como Paraíso de 1949.

Mais tarde Chiara escreveu, a propósito daqueles meses: Se 1943 foi o ano da origem do Movimento, o ano de 1949 assinalou um salto avante. Circunstâncias impensadas, mas previstas pela Providência, fizeram com que o primeiro grupo dos membros do Movimento se retirasse do "mundo", nas montanhas, para um período de repouso. Devíamos estar longe dos homens, mas não podíamos nos afastar daquele modo de viver que constituía o porquê da nossa existência. Um pequeno e rústico chalé de montanha nos hospedou, na pobreza. Estávamos sós, nós e o nosso grande Ideal vivido momento por momento, com Jesus Eucaristia, vínculo de unidade, de quem nos nutríamos todos os dias; sozinhos no repouso, na oração e na meditação.

Para as pessoas que aderem ao Movimento dos Focolares o diálogo não é algo que possa permanecer opcional. É suficiente percorrer as etapas de seu desenvolvimento (ver a cronologia), para intuir como o movimento não nasceu numa prancheta, mas por uma inspiração carismática que o Espírito desejou conceder a uma jovem mulher de Trento. Desde os primeiros anos, os numerosos episódios vividos por Chiara Lubich e suas primeiras companheiras, indicavam um caminho de total acolhida do outro, quem quer que ele fosse. E a acolhida é o primeiro degrau para o diálogo.

Observando a difusão do Movimento pelo mundo, vê-se com clareza como o rápido crescimento do espírito da unidade não pode tanto ser atribuído apenas à eficácia de palavras ditas pessoalmente, num microfone ou numa rádio, para abrir novas fronteiras, quanto ao amor vivido segundo a arte de amar que Chiara sempre propôs como único "método" de difusão, o "fazer-se um". Trata-se de um neologismo trasladado de São Paulo («fiz-me tudo a todos») que no movimento foi sempre a exclusiva "metodologia" de ampliação, o principal caminho de evangelização.

Ao constatar a grandeza da difusão do movimento, enfim, sem dúvida pode-se entender como a espiritualidade da unidade tenha conquistado os corações e as almas de pessoas de toda e qualquer categoria social, pela sua irredutível abertura sobre a humanidade e as suas necessidades. Uma abertura que se exprime em primeiro lugar numa atitude de diálogo em cada campo, tempo e lugar.

No Movimento dos Focolares, portanto, o diálogo deve ser entendido no sentido mais forte, evangélico, aquele que não compromete a própria identidade em troca

de algum compromisso, mas que, justamente pela identidade que adquiriu, pode aproximar-se do "diferente de si" com espírito aberto. Em suma, nem mera benevolência, nem irenismo, nem sincretismo.

No dia 24 de janeiro de 2002, em Assis (Itália), Chiara foi chamada, juntamente com Andre Riccardi, a exprimir-se em nome da Igreja católica, diante do Papa e das máximas autoridades religiosas mundiais, e logo após a queda das Torres Gêmeas, e quis salientar como o comportamento da Igreja seja «inteiramente diálogo». Recordou então os seus quatro diálogos: no interior na própria Igreja, o ecumenismo, a relação com fieis de outras religiões, os contatos com aqueles que não possuem um credo religioso. São exatamente esses quatro diálogos aqueles que, no Vaticano II e na encíclica Ecclesiam suam, de Paulo VI, a Igreja católica identificou como caminho para o relacionamento com a humanidade em suas variadas fisionomias.

Chiara escreveu, em 1991: "Jesus considera como aliados e amigos seus todos os homens que lutam contra o mal e trabalham, muitas vezes se darem conta, pela atuação do Reino de Deus. Jesus nos pede um amor capaz de "fazer-se diálogo", isto é, um amor que, longe de fechar-se orgulhosamente no próprio recinto, saiba abrir-se a todos e colaborar com todas as pessoas de boa vontade, para construir juntos a paz e a unidade do mundo. Procuremos abrir os olhos aos próximos que encontramos, para admirar o bem que fazem, qualquer que sejam as suas convicções, para sentir-nos solidários com eles e encorajar-nos mutuamente no caminho da justiça e do amor".

Cronologia

22 de janeiro de 1920 – Chiara Lubich nasce em Trento e é batizada com o nome de Sílvia. Os pais são tipógrafos, a mãe cristã fervorosa, o pai socialista. O irmão, Gino, participará da resistência antifascista e depois será jornalista do periódico "A unidade".

1938 – Diploma-se como professora primária. Ensina em Castello e em Livo, no Vale do Sol, e depois em Trento. Inscreve-se na Universidade de Veneza onde inicia os estudos de filosofia. Mas a Segunda Guerra Mundial a impede de continuar.

1939 – Participando de um curso para jovens da Ação Católica visita o santuário mariano de Loreto e descobre a sua vocação: uma "quarta estrada", novidade na Igreja.

1943 – Como animadora da Terceira Ordem Franciscana é atraída pela escolha radical de Deus feita por Clara de Assis, e decide tomar o seu nome.

7 de dezembro de 1943 – Doa-se para sempre a Deus com o voto de castidade. Este dia será considerado a data de nascimento do Movimento dos Focolares.

13 de maio de 1944 – Um violento bombardeio atinge Trento. A casa de Chiara é danificada e sua família deve deixar a cidade. Mas ela decide permanecer, para sustentar o que estava surgindo ao seu redor. Mais tarde encontrará uma pequena casa, na Praça dos Capuchinhos, que dividirá com as suas primeiras companheiras. Nasce desse modo, de fato, o "focolare".

1947 – Primeira aprovação diocesana do Movimento, por parte de dom Carlo De Ferrari, arcebispo de Trento, que havia reconhecido: «Aqui há o dedo de Deus».

1948 – Abre-se o primeiro focolare masculino, em Trento. Em Montecitorio, sede da Câmara dos Deputados, em Roma, Chiara conhece Igino Giordani, pai de quatro filhos, deputado, escritor, jornalista, pioneiro do ecumenismo. Será o primeiro focolarino casado. Por Chiara será considerado cofundador do Movimento, pela sua contribuição determinante à encarnação da espiritualidade no âmbito social e aos desenvolvimentos ecumênicos do Movimento.

1949-1959 – A partir de 1949, todo verão Chiara vai para as montanhas Dolomitas, na região de Trento. A ela e a suas primeiras e primeiros companheiros, une-se um grupo cada vez mais numeroso de pessoas, formando um esboço de sociedade fundamentada no Evangelho. Nasce assim a Mariápolis, a cidade de Maria. Em 1959 mais de 10 mil pessoas se reunirão em Fiera di Primiero, provenientes de 27 países.

1953 – Oficialmente são reconhecidos os "focolarinos casados", que se consagram a Deus segundo o próprio estado, e passam a fazer parte dos focolares masculinos e femininos.

1954 – Chiara funda o setor dos sacerdotes diocesanos e o dos religiosos que aderem ao Movimento. Pasquale Foresi é ordenado sacerdote pelo arcebispo de Trento. É o primeiro focolarino sacerdote. Também ele será considerado por Chiara um cofundador do Movimento, entre outras coisas pela contribuição dada ao desenvolvimento dos estudos, à redação dos estatutos, ao nascimento da casa editora e da Mariápolis permanente de Loppiano.

1956 – É publicada a primeira coletânea de escritos espirituais de Chiara, com o título "Meditações". Desse modo tem início a atividade da Editora Cidade Nova.

Começa a difusão do Movimento dos Focolares além da "cortina de ferro", nos países do leste europeu.

1961 – Em Darmastadt (Alemanha) Chiara conhece alguns pastores luteranos que desejam conhecer a sua espiritualidade evangélica. Para o Movimento abre-se assim o capítulo do ecumenismo.

1962 – Primeira aprovação pontifícia ad experimentum. João XXIII reconhece o Movimento com o nome de Obra de Maria.

1963 – É inaugurado em Rocca de Papa, nas proximidades de Roma, o primeiro "Centro Mariápolis", para a formação dos membros do Movimento.

1964 – Em Incisa Valdarno, arredores de Florença, inicia a construção da primeira Mariápolis permanente, na localidade Loppiano.

1966 – Em Londres Chiara é recebida em audiência pelo arcebispo de Cantuária, dr. Michael Ramsey, primaz da Comunhão Anglicana, que encoraja a difusão da espiritualidade dos Focolares na Igreja da Inglaterra.

Funda o Movimento gen (Geração Nova), setor juvenil do Movimento dos Focolares.

Em Fontem (República dos Camarões) coloca a primeira pedra de um hospital, em ajuda à tribo dos Bagwa, onde nascerá uma Mariápolis permanente, como testemunho de unidade e colaboração entre o Movimento e a população local. Chiara funda o Movimento paroquial, em resposta ao encorajamento do Papa Paulo VI a levar o espírito da unidades nas paróquias e dioceses.

1967 – Encontra, em Istambul, o patriarca ecumênico de Constantinopla, Atenágoras I. Será a primeira de 24 audiências.

Funda o Movimento Famílias Novas.

1968 – Funda o setor dos Gens (Geração nova sacerdotal) para os seminaristas. Chiara Lubich compreende que as ações nascidas no âmbito social compunham-se numa interdependência vital, num único movimento ao qual denominou "Humanidade Nova", confiando-o aos voluntários e voluntárias, quais animadores.

1970 – Funda o movimento para os adolescentes, os gen 3, terceira geração do Movimento dos Focolares.

1971 – Dá início ao Movimento das religiosas aderentes ao Movimento dos Focolares. Paulo VI dá sua benção, em uma audiência.

1975 – Por ocasião do Ano Santo, 25 mil jovens reúnem-se em Roma para o Genfest.

1976 – Tem início a série de encontros anuais internacionais dos "bispos amigos do Movimento dos Focolares", promovidos por d. Klaus Hemmerle, bispo de Aachen (Alemanha), com o objetivo de aprofundar a espiritualidade da unidade e viver uma experiência de colegialidade "efetiva e afetiva". Dom Hemmerle será considerado cofundador do Movimento.

1977 – Na Guidhall, de Londres, Chiara recebe o Prêmio Templeton para o progresso da religião, presentes representantes de numerosos credos. É assim que tem início oficialmente o diálogo com os seguidores de outras religiões.

1980 – No Estádio Flamínio, em Roma, 40 mil jovens reúnem-se para o Genfest internacional. Será a maior manifestação pública do Movimento.

1981 – Convidada pelo reverendo Nikkyo Niwano, fundador do movimento leigo de renovação budista Rissho Kosei-kai, Chiara fala da sua experiência cristã em seu majestoso templo, em Tóquio, para 10 mil pessoas. Inicia assim uma fecunda relação de diálogo e colaboração em campo humanitário e a favor da paz.

1982 – Primeiro encontro anual internacional de "bispos amigos do Movimento dos Focolares" de várias Igrejas e comunidades eclesiais, a pedido de João Paulo II.

1983 – Primeiro congresso internacional do Movimento Humanidade Nova, no Palaeur de Roma, com a presença de mais de 15 mil pessoas, dos cinco continentes.

1984 – João Paulo II visita o Centro Intermacional do Movimento, em Rocca di Papa (Roma). Chiara funda, para as crianças, o Movimento gen 4, e dá a partida ao Movimento Juvenil pela Unidade.

1985 – Chiara é nomeada consultora do Pontifício Conselho para os Leigos. Participa do sínodo extraordinário pelos vinte anos do Vaticano II. O Genfest 1985, em Roma, assinala o nascimento do Movimento Jovens por um Mundo Unido, do qual os gen e as gen são os principais animadores.

1988 – Recebe o Prêmio Paz Augustana, da cidade de Augsburgo, na Alemanha.

1990 – O Pontifício Conselho para os leigos aprova os estatutos gerais atualizados do Movimento dos Focolares. Com a colaboração de d. Klaus Hemmerle, Chiara inaugura a Escola Abba (centro de estudos interdisciplinares), com o objetivo de aprofundar a dimensão doutrinal contida no carisma da unidade.

1991 – No Brasil, na Mariápolis Araceli, arredores de São Paulo, dá início ao projeto por uma Economia de Comunhão.

1993 – No Palaeur de Roma realiza-se o 2º Familyfest, coligado via satélite com inúmeros pontos de escuta, e transmitido por 63 canais de televisão nacionais e muitos locais. Chegará a cerca de 500 milhões de pessoas.

1994 – Chiara é nomeada presidente honorária da WCRP (World Conference on Religion and Peace – Conferência Mundial das Religiões pela Paz).

1996 – Com um grupo de políticos aderentes ao Movimento dos Focolares dá início, em Nápoles, Itália, ao Movimento Político pela Unidade. Em Paris recebe o Prêmio Unesco pela Educação à paz. Recebe o doutorado honoris causa em Ciências Sociais da Universidade de Lublin, na Polônia. Seguirão outros 15: Teologia (Filipinas e Taiwan 1997, Eslováquia 2003 e Grã-Bretanha 2008), Comunicações Sociais (Tailândia 1997), Ciências Humanas (USA 1997), Filosofia (México 1997), Interdisciplinar (Argentina 1998), Ciências da Religião (Brasil 1998), Economia (Brasil 1998, Itália 1999), Psicologia (Malta 1999), Pedagogia (USA 2000), Arte (Venezuela 2003), Teologia da vida consagrada (Roma 2004).

1997 – Em Bancoc, na Tailândia, encontra o patriarca supremo do budismo tailandês, H. H. Somdet Phra Nyanasamvara, que encoraja o diálogo e a colaboração entre budistas e o Movimento. Em Chiang Mai fala a numerosos monges, monjas e leigos budistas, comunicando a eles a sua experiência espiritual. Em Manila (Filipinas) apresenta o Movimento dos Focolares à assembleia geral da Conferência episcopal filipina. Em seguida falará também às assembleias episcopais de Taiwan, Suíça, Argentina, Brasil, Croácia, Polônia, Índia, República Tcheca, Eslováquia, Áustria. No Palácio de Vidro da ONU, em Nova Iorque, num simpósio organizado pela WCRP, fala sobre a unidade dos povos. Dá o seu testemunho a três mil muçulmanos afro-americanos da Sociedade Muçulmana Americana, na mesquita de Malcolm X, no Harlem (Nova Iorque), convidada pelo imã W. D. Mohammed, seu fundador. Em Graz, na Áustria, propõe a espiritualidade da unidade como "espiritualidade ecumênica", na abertura da segunda assembleia ecumênica europeia, promovida pelo Conselho das Conferências Episcopais Europeias – CCEE, e pelo Conselho das Igrejas cristãs europeias, KEK, que congrega as Igrejas ortodoxas e da Reforma.

1998 – Em Buenos Aires (Argentina) encontra a comunidade judaica.

O presidente da República do Brasil confere-lhe a condecoração do Cruzeiro do Sul, pelo empenho em favor das classes menos favorecidas e pela promoção da Economia de Comunhão.

Na Praça de São Pedro, em Roma, está entre os quatro fundadores que se pronunciam no primeiro encontro internacional dos movimentos eclesiais e novas comunidades (mais de 300 mil participantes), assumindo diante do Papa o compromisso de iniciar um caminho de comunhão entre os movimentos.

Em Estrasburgo, França, recebe o Prêmio Direitos Humanos 1998, do Conselho da Europa.

Em Berna, capital da Suíça, pronuncia um discurso na celebração oficial pelos 150 anos da Constituição suíça.

1999 – Por ocasião do 50º aniversário do Conselho da Europa é convidada a um congresso sobre "Sociedade de mercado, democracia e solidariedade", em Estrasburgo, onde apresenta a Economia de Comunhão.

Em Speyer, na Alemanha, é uma das promotoras de um encontro entre fundadores e responsáveis de 14 movimentos eclesiais e novas comunidades, juntamente com a Comunidade de Santo Egídio e a Renovação Carismática, com uma mensagem de encorajamento de João Paulo II.

Em Augsburgo, na Alemanha, participa da cerimônia da assinatura da Declaração comum sobre a justificação, e encontra os máximos responsáveis da Federação luterana mundial.

2000 – Recebe as cidadanias honorárias de Roma e de Florença. Foram 17 as cidadanias honorárias conferidas nestes anos, entre as quais a de Palermo, Gênova, Turim, Milão e Buenos Aires. Recebe a Grã Cruz ao mérito da República federal da Alemanha. Em Rothenburg, Alemanha, encontra representantes de cinquenta movimentos evangélico-luteranos. Em Washington D.C. discursa em uma convenção com mais de cinco mil cristãos do Movimento dos Focolares e muçulmanos afro-americanos da Sociedade Muçulmana Americana. É uma nova etapa de um diálogo que continua em diversas cidades dos Estados Unidos. Em Roma, no Palácio San Macuto, diante de um considerável grupo de parlamentares, apresenta os ideais do Movimento Político pela Unidade. Em Assis promove um percurso de comunhão entre carismas antigos e novos, num encontro com a família franciscana.

Os últimos anos de Chiara

Após um período de doença, no qual se retirou na Suíça, no início dos anos noventa a existência de Chiara Lubich teve uma aceleração intensa na sua abertura para a sociedade e os povos mais distantes. Com a segurança da plena inserção na Igreja, suscitou um tempo extraordinário de diálogos, viagens, reconhecimentos. Vários doutorados honoris causa, cidadanias e prêmios, em todos os continentes (ver "Cronologia"), demonstraram quanto a sua influência ideal e concreta tivesse atingido o seu ápice.

Entre outras coisas recorda-se, destes anos (1994-2004), a abertura e consolidação de profundos e vastos diálogos com fieis das grandes religiões, em especial orientais; o avio de uma longa série de setores do movimento aptos a aprofundar a contribuição do carisma da unidade nos diferentes âmbitos sociais (economia, política, comunicação, saúde…); o lançamento de uma grande ação conjunta, ecumênica e política, para «dar novamente uma alma à Europa».

Passado este longo período de viagens, fundações e colheita de frutos, chegou para Chiara a hora da doença. Os últimos três anos da sua aventura terrena foram, talvez, os mais difíceis da sua vida. Jesus abandonado, o seu Esposo, apresentou-se para o encontro «em forma solene». Havia a obscuridade, na qual Deus parece ter desaparecido como o sol se põe no horizonte. E não obstante Chiara continuou a amar momento por momento, irmão após irmão. Continuou a servir o "desígnio de Deus" sobre o Movimento, acompanhando os seus desenvolvimentos até os últimos dias, quando, com sua grande alegria, o Vaticano aprovou a nascente Universidade Sophia.

Um só foi, e permaneceu sempre, o seu desejo: «Gostaria que a Obra de Maria, no final dos tempos, quando estiver à espera de comparecer diante de Jesus Abandonado-Ressuscitado, em bloco, pudesse repetir-lhe: "No teu dia, meu Deus, caminharei em tua direção… com o meu sonho mais desvairado: levar para ti o mundo em meus braços". Pai que todos sejam um!».

Chiara faleceu no dia 14 de março de 2008 pouco depois das duas horas da manhã. Passou o último mês no Hospital Gemmeli, em Roma. Lá ainda despachou a correspondência e tomou decisões importantes para o Movimento. Recebeu também uma carta do Papa que relia sempre, recebendo grande conforto. E o Patriarca ecumênico de Constantinopla, Bartolomeu I, foi visitá-la e a abençoou.

Nos últimos dias exprimia repetidamente o desejo de voltar para casa. E foi o que aconteceu. Cumprimentou pessoalmente suas primeiras companheiras e primeiros companheiros, e os mais estreitos colaboradores. Depois, agravando-se ainda mais, diríamos consumando as suas ultimas energias, centenas e centenas de pessoas chegaram à sua casa e, uma a uma, entraram no seu quarto, durante várias horas, apenas para vê-la, beijar sua mão, dizer só uma palavra: obrigado. Havia uma grande comoção, mas maior, a fé no amor. Cantava-se o Magnificat pelas grandes coisas que o Senhor realizou nela e renovava-se o compromisso de viver o Evangelho, isto é, amar, como Chiara sempre fez e ensinou.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES[19]

Projeto

Nem com as melhores previsões, eu jamais poderia ter pensado, no dia 7 de dezembro de 1943, naquilo que vejo hoje, disse Chiara Lubich ao recordar os primeiros trinta anos do seu "sim" a Deus, data que é considerada o início do Movimento dos Focolares. Desposava Deus, e isso era tudo para ela.

Da mesma forma como não pensava em fundar um movimento nem uma associação, Chiara certamente não imaginava que daria início a um projeto que passaria da cidade às nações, na direção de um mundo unido.

E, no entanto, ela mesma conta: «Um dia, estava em um ponto alto da cidade e, contemplando aquele panorama, senti no coração um desejo forte: ver Trento toda incendiada pelo amor, pelo amor verdadeiro, que liga irmão a irmão, aquele amor que o carisma da unidade teria podido realizar. E esta idéia dava plenitude ao meu coração».

Foi numa cidade, Trento, que o ideal da unidade tomou forma, e é nas cidades, nos bairros, nas vilas, que as comunidades do Movimento operam. E não era menos o que Chiara sentia interiormente quando escreveu: «Eis a grande atrativa do tempo moderno: penetrar na mais alta contemplação e permanecer misturado entre todos, ombro a ombro. Diria mais: perder-se na multidão para impregná-la de divino, como se ensopa um pedaço de pão no vinho. E diria ainda mais: feitos partícipes dos desígnios de Deus sobre a humanidade, traçar sobre a multidão desenhos de luz, e, ao mesmo tempo, dividir com o próximo a vergonha, a fome, os ultrajes, as alegrias fugazes».

A fraternidade universal, um projeto global que passa através da dimensão local. E não por acaso, com o passar dos anos, sob o impulso da fundadora, nasceram verdadeiras "operações urbanas", começando justamente de Trento ardente, Roma amor, Praga de ouro, Fontem real. E o mesmo aconteceu em Londres, Washington, Gênova, onde, em diversos momentos, Chiara indicou quase uma "vocação" típica daquela cidade, uma maneira diferente e específica para os membros do Movimento, de realizar a unidade.

[19] (Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike , 2006)

Se numa cidade se ateasse o fogo em vários pontos – escrevia – mesmo um fogo brando, mas que resistisse a todas as intempéries, em pouco tempo a cidade seria incendiada. Um fogo sobrenatural, «triunfo de Deus» em almas «unidas entre si», que «são uma potência divina no mundo». Uma possibilidade ao alcance de todos: «Em cada cidade essas pessoas podem surgir nas famílias: pai e mãe, filho e pai, nora e sogra; podem se achar nas paróquias, nas associações, nas agremiações humanas, nas escolas, nos escritórios, em toda parte. Não é necessário que já sejam santas, porque Jesus o teria dito». Mas, «uma cidade não basta», escreverá mais tarde: «Ele é quem fez as estrelas, que dirige os destinos dos séculos. Concilia-te com Ele e mira mais longe: à tua pátria, à pátria de todos, ao mundo. Cada respiro teu seja para isto, para isto, cada gesto teu; para isto o teu repouso e o teu caminhar».

Nas Mariápolis de 1959, com participantes dos cinco continentes, Chiara exprimiu-se assim: «Se um dia os povos souberem pospor a si mesmos, a idéia que tem da sua pátria, os seus reinados, e oferecê-los como incenso ao Senhor, rei de um reino que não é deste mundo, guia da história, (…) aquele dia será o início de uma era nova ».

Chiara Lubich e o seu Movimento continuam a operar pelo advento desta nova hora da humanidade, em caminho rumo à fraternidade.

Significativo um "sonho", que Chiara mesma confidenciou aos mais próximos, durante uma viagem a Fontem, em maio de 2000. Os que estavam presentes recordam a emoção da fundadora dos Focolares – o que acontecia raramente – ao exprimi-lo: «E qual o meu último desejo agora e por enquanto? Gostaria que a Obra de Maria, no final dos tempos, quando estiver à espera de comparecer diante de Jesus Abandonado-Ressuscitado, em bloco, pudesse repetir-lhe – fazendo eco às palavras do teólogo belga Jacques Leclercq, que sempre me comovem: "No teu dia, meu Deus, caminharei em tua direção… Caminharei em tua direção, meu Deus (…) e com o meu sonho mais desvairado: levar para ti o mundo em meus braços. «Pai que todos sejam um!».

Organização

"A mútua e continua caridade que torna possível a unidade e traz a presença de Jesus na coletividade, é, para as pessoas que fazem parte da Obra de Maria, a base de suas vidas em todos os seus aspectos: é a norma das normas, a premissa de qualquer outra regra".

Chiara Lubich

Esta premissa encontra-se na primeira página dos Estatutos e dos Regulamentos que delineiam a vida do Movimento no seu conjunto e em suas várias ramificações. Na "mútua e contínua caridade", portanto, vivida e alimentada, está o sentido e o estilo do governo no Movimento dos Focolares.

O Movimento, difundido no mundo inteiro, possui uma articulação territorial, organizada em "regiões".

A Assembleia geral reúne-se a cada seis anos para a eleição da presidente, do co-presidente e dos conselheiros do Centro da Obra. A este órgão compete a deliberação sobre modificações nos Estatutos gerais, nos Regulamentos dos setores e sobre a aprovação de outros regulamentos que se façam necessários.

O Centro da Obra compreende a presidente, o co-presidente, os conselheiros eleitos pela Assembleia geral. Tem a responsabilidade de garantir e incrementar a unidade em toda a Obra, direcionando-a à realização de seus objetivos e cuidando da coordenação entre as suas partes.

A presidente. Como fixado nos Estatutos, o Movimento será sempre presidido por uma mulher. Isto para sublinhar o seu perfil mariano e a sua conotação prevalentemente leiga, e deste modo "conservar o desígnio que Deus teve sobre ele, por ter confiado seu início e desenvolvimento a uma mulher".

Como está escrito nos Estatutos, "a sua será acima de tudo uma presidência da caridade, porque deverá ser a primeira a amar, isto é, a servir os próprios irmãos, recordando as palavras de Jesus: "(…) aquele de quiser ser o primeiro dentre vós seja o servo de todos" (Mc 10,44)".

A presidente atual é Maria Voce, eleita pela Assembleia geral em julho de 2008.

Co-presidente. Os Estatutos estabelecem que o co-presidente seja escolhido entre os sacerdotes membros da seção dos focolarinos.

Faz parte de seus encargos “garantir que a vida interna e as atividades da Obra de Maria estejam em conformidade com a fé, a moral e a disciplina da Igreja”. Acompanha também, com uma atenção especial, o setor dos sacerdotes e diáconos diocesanos, dos jovens que se preparam ao sacerdócio e o setor dos membros masculinos dos institutos de vida consagrada.

O co-presidente atual é Giancarlo Faletti, eleito pela Assembleia geral em julho de 2008.

Conselho geral. Fazem parte do Conselho geral os membros do Centro da Obra aos quais se acrescentam os responsáveis centrais das secretarias para os objetivos específicos, os responsáveis centrais dos setores e dos movimentos de amplo alcance.

Tem funções consultivas e deliberativas regularizadas pelos Estatutos gerais, mas sua principal incumbência é voltada à manutenção e incremento do espírito de unidade, em todos e entre todos os componentes do Movimento.

Território. O Movimento possui uma própria configuração geográfica, a qual permite que seu desenvolvimento seja adequado às características e possibilidades de cada território.

Presente atualmente m 182 países, articula-se em 90 “regiões”, entendidas como “locais” (em alguns casos, determinadas áreas geográficas, em outros, nações inteiras) nos quais o Movimento encontra-se estruturado no seu conjunto.

Para cada “região” a presidente nomeia como seus delegados uma focolarina e um focolarino, que tem a responsabilidade pela vida e as atividades daquele território, com um conselho regional. Cada região é formada por diversos centros ou focolares (femininos e masculinos), os quais, com um conselho local, promovem a difusão de todos os aspectos e obras existentes no Movimento. Coligada a eles, e presente em todo o território, existe enfim uma rede de comunidades locais, compostas por pessoas de todas as idades, que atuam em vários âmbitos da sociedade, para testemunhar, no lugar onde estão, a unidade e os valores do Evangelho.

APRESENTAÇÃO DA EdC NO MUNDO[20]

O fato de o papa ter citado „economia civil e de comunhão" na sua encíclica teve como consequência durante todo o ano passado um suceder-se de iniciativas e de congressos sobre o tema "Caritas in Veritate" e "economia civil e de comunhão", dos quais participaram centenas e centenas de pessoas. Organizados por realidades eclesiais (universidades católicas, dioceses, associações e movimentos), envolveram peritos em EdC no âmbito local e internacional. Em outros casos, a EdC foi apresentada em congressos sobre a crise econômica ou por ocasião do aniversário dos dois anos do falecimento de Chiara Lubich. Citamos os eventos mais importantes:

Argentina

Em Rosário, no dia 17 de maio, uma homenagem a Chiara Lubich foi ocasião para organizarem uma conferência sobre economia de comunhão. O convite, aceito por cerca de 200 pessoas, foi dirigido aos empresários, economistas e outras pessoas interessadas em conhecer mais de perto essa proposta e a figura de Chiara. Entre os participantes, muitos jovens universitários e diversas personalidades civis e religiosas; acompanhadas com muita atenção as três palestras de Cristina Calvo, John Mundell e German Jorge.

Bolívia

Em La Paz, no dia 20 de julho de 2010, um seminário com o título: Desenvolvimento econômico, sociedade civil e fraternidade, organizado pela Conferência Episcopal Boliviana, com a presença de Luigino Bruni, contou com a participação de mais de 140 pessoas, entre as quais um vice-ministro do governo, professores universitários, bispos, estudantes, empresários, membros de ONGs, operadores de microcrédito e do Banco Mundial.

[20] Relatório EdC 2009/2010.

Luigino Bruni centralizou sua palestra na encíclica *Caritas in Veritate*, sublinhando o seu valor histórico, sobretudo quando afirma que o dom e a gratuidade têm uma própria razão de existir dentro do mercado. Propôs também algumas pistas para promover o desenvolvimento sustentável. Enfim, ressaltou a importância na vida civil de empresários „novos‟ que saibam colocar em comum os próprios lucros. Na densa troca de opiniões que se seguiu aprofundaram-se vários assuntos: como começar microempresas no espírito do dom e da gratuidade; como promover um desenvolvimento fundado na sinergia entre Estado, empresas e famílias; enfim, foi dado destaque à importância do princípio da subsidiariedade para a consecução de um desenvolvimento autêntico.

Brasil

No âmbito da campanha da fraternidade 2010, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sob o título "Economia e Vida" realizaram-se inúmeras apresentações da EdC em várias partes do país; entre as de mais importância, lembramos a apresentação realizada pela diocese de Osasco no final de janeiro, com a participação de 300 pessoas entre agentes de pastorais e responsáveis pelas atividades diocesanas; ou também o seminário "Economia e Vida", em 06 de março, organizado pela arquidiocese de Florianópolis, no centro socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a apresentação na PUCC (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), em 26 de maio de 2010, com 200 participantes.

A seguir, citamos outros eventos:

Região de São Paulo – Duas apresentações da EdC por parte do prof. Cintra Martins, no dia 17 de abril de 2010, numa paróquia do Rio de Janeiro a um grupo de cerca de 60 pessoas. No dia 5 de maio de 2010, no Café teológico, organizado pela PUC, sobre o tema da Campanha da Fraternidade, para um grupo de 100 pessoas. Outros 200 participantes assistiram, no dia 27 de abril de 2010, a uma apresentação da EdC no seminário Santo Antonio, em Juiz de Fora, MG. Em 26 de junho de 2010, a pedido da Arquidiocese do Rio de Janeiro, um congresso sobre a EdC, com o título Economia e comunhão se encontram, com a presença de 200 pessoas.

Região do Recife – A EdC foi apresentada na diocese de Triunfo-PE, João Pessoa-PB e Paulo Afonso-BA; outros encontros se realizaram em paróquias e escolas católicas para um total de cerca de 1.500 pessoas.

Região de Belém – Muitos convites por parte de paróquias, escolas, associações e ordens religiosas.

Grupos de variadas ideologias, dos mais conservadores aos mais progressistas, fizeram convites para que a EdC fosse apresentada; é uma confirmação do fato de que a EdC vem sendo reconhecida publicamente como um valor para além das ideologias.

Filipinas

Em dezembro de 2009, Teresa Ganzon, diretora administrativa do Bangco Kabayan, foi convidada a ser relatora de uma das conferências que a universidade católica da Santo Tomás (Filipinas) organiza para o seu Mestrado de Business Administration (MBA). A universidade costuma convidar normalmente Diretores e Administradores da sociedade e fazê-los dialogar com os estudantes de modo que eles possam aprender as práticas comerciais e aprofundar qualquer outro tema que seja do interesse deles. O professor que convidara Teresa Ganzon tinha ouvido falar da Economia de Comunhão e do Bangco Kabayan e a havia pedido para falar sobre o assunto. A aula durou cerca de duas horas.

Referiu-nos Teresa Ganzon: "Pude encontrar um grande interesse por parte dos professores que acompanharam as próprias classes e que foram os primeiros a colocar uma série de perguntas: da questão das taxas de juros - à luz da doutrina social da Igreja - a questões mais amplas, como o grande problema da proliferação da corrupção na sociedade filipina e do que fazer para enfrentar esse fenômeno. Várias perguntas se referiram às políticas retributivas de uma empresa EdC: como mudam as políticas de remuneração de uma empresa se se coloca no centro o homem? Diria que absolutamente o que é mais interessante, no concreto da vida de uma empresa, é como os valores podem influenciar os comportamentos dentro de uma empresa e como, graças a eles, se pode resistir à corrupção. Em 2011 serão celebrados os quatrocentos anos da Universidade Santo Tomás; nessa ocasião a *Graduate School* gostaria de convidar como palestrante

internacional um perito de EdC, ou em âmbito empresarial e no âmbito acadêmico. Pareceu-nos uma resposta muito positiva".

Itália

Foram incontáveis as conferências sobre a *Caritas in Veritate*, economia civil e de comunhão realizadas em muitas cidades italianas. De Pavia a Pordenone, de Treviso a Mantova, de Enna a Taranto, de Milano a Genova, de Roma a Asti, de Vicenza a Assisi, a Reggio Emilia, a Palermo. Muitos os peritos envolvidos: de Stefano Zamagni a Giampietro Parolin, de Luigino Bruni a Alberto Ferruci, de Benedetto Gui a Vittorio Pelligra Na maioria das vezes as ideias vinham das apresentações do *Dizionario di Economia Civile*, editado pela Città Nuova, realizadas em muitas cidades.

Devem ser lembrados como particularmente significativos dois eventos que ligavam estreitamente a Economia de Comunhão à figura de Chiara Lubich:

- Em Trento, nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2010, intervenções sobre economia de comunhão por parte de Stefano Zamagni, Luigino Bruni, Gabriella Berloffa e Andra Leonardi, no âmbito do encontro promovido pela universidade de Trento, com o título: Chiara Lubich - de Trento ao Mundo, o impacto de uma história.
- Em Piacenza, no dia 25 de maio de 2010, o Encontro organizado pela Universidade Católica do Sacro Cuore, de Piacenza - a dez anos da atribuição do Doutorado Honoris Causa em Economia a Chiara - intitulava-se "A Economia de Comunhão. „Gratuidade, pobreza, felicidade: de comportamento social a relação econômica". Por ocasião desse Encontro, o prof. Maurizio Bussola anunciou a instituição por parte da Universidade Católica de um edital de concurso para dois prêmios de Mestrado para teses sobre Economia de Comunhão.

Lituânia

Em Vilnius, no dia 9 de março de 2010, Encontro no Parlamento lituânio com o título Liberdade e responsabilidade: o fundamento da economia e da política à luz da "*Caritas in Veritate*", com Antonio Maria Baggio e Luigino Bruni. A sala do Parlamento estava apinhada, com mais de 400 pessoas; entre os presentes, a presidente do Parlamento, Irena Degutiene, vários deputados, o cardeal e dois bispos, muitos sacerdotes e homens de negócios, além de uma grande presença de jovens. A Edc, nessa sala, soou como algo totalmente especial. A Lituânia é um país jovem, que apresenta ainda fortes raízes cristãs e tem em sua história recente 45 anos de comunismo. Sente-se hoje uma forte necessidade de empresários, que, a 20 anos da independência, faltam quase completamente, pois a cultura empresarial foi fortemente obstruída pelo regime. Foi grande a atenção da sala, quando Luigino Bruni falou sobre o empresário civil e de comunhão. Disse-nos Luigino Bruni: "Se os lituanos ouvirem as próprias raízes dar-se-ão conta de não haver necessidade de capitalistas especuladores, mas de empresários civis. O empresário civil não é aquele que busca meramente o próprio lucro (quem o faz é um especulador), mas é aquele que tem um projeto a realizar e o faz numa ótica de bem comum. Isso corresponde às raízes cristãs deste país e também às instâncias de igualdade que o comunismo no bem e no mal exprimia e que, todavia, fazem parte ainda do patrimônio lituano". A Edc, hoje, tem a grande oportunidade de ajudar este país a crescer no próprio desenvolvimento, sem renegar a própria identidade histórica, mas, ao contrário, valorizando-a. De modo concreto, a proposta de realizar uma escola de empresários civis e de comunhão agradou muito.

Portugal

No dia 30 de março de 2009, no Porto, palestra de Luigino Bruni sobre Economia Civil, Empresa Civil e Economia de Comunhão durante o Seminário intitulado: Qual o papel para a comunidade cristã na economia e management de hoje? Organizado pela Universidade Católica Portuguesa.

Espanha

Em Barcelona, dia 4 de maio de 2010, Conferência de Vittorio Pelligra na

Universidade Pompeu Fabra, intitulada Economia de Comunhão: uma solução para os desafios da economia de hoje. Na introdução de sua apresentação, Vittorio

Pelligra afirmou que a crise atual não atinge apenas o âmbito econômico. Trata-se de uma crise muito mais profunda, "de paradigmas" e, sobretudo, "de confiança". Mas o que é a confiança no âmbito das relações humanas e na economia? Se, há 10 ou 15 anos, falar de confiança, gratuidade e reciprocidade em economia podia parecer um tanto inusitado, hoje boa parte da reflexão acadêmica, todavia, dá destaque a esses aspectos como uma possível resposta fundamental à crise atual. Nesse contexto, o projeto de Economia de Comunhão pode ser inserido entre as respostas que a sociedade começa a encontrar.

Suíça

Em Lugano, no dia 3 de maio de 2010, Luca Crivelli esteve presente numa das noites do ciclo de conferências noturnas sobre a Encíclica *Caritas in Veritate*, organizadas pela Faculdade de Teologia de Lugano, com uma palestra intitulada "Fraternidade e gratuidade dentro do mercado – Uma reflexão econômica".

Taiwan

Em Taichung, no dia 26 de março de 2010, primeiro seminário sobre Economia de Comunhão do universo chinês, na Overseas Chinese University (OCU). Estavam presentes como convidadas e relatoras Tita D. Puangco, Presidente da Ancilla Enterprise Development Consulting e Teresa M. Ganzon, Administradora Delegada do Bangko Kabayan, Inc., ambas empresárias Edc filipinas. Participaram da Conferência cerca de 350 estudantes universitários e professores de várias universidades de Taiwan. As palestras lidas por Tita Puangco e por Teresa Ganzon sobre as práticas de suas empresas baseadas nos princípios da Edc foram bem acolhidas, em particular pelo pequeno grupo de católicos da arquidiocese e por um professor da Universidade Católica Fu-ren, de Taiwan.

No dia seguinte, o Presidente da Escola de *Business Management*, prof. Michael Lee, ao encontrá-las, dirigiu-lhes um segundo convite para apresentar a Edc no âmbito de uma Conferência Internacional sobre as Empresas Sociais: "Estamos procurando diferenciar a nossa formação empresarial – afirmou o prof. Lee – e sentimos que esse empreendedorismo social e outros modelos de empresas podem oferecer essa diferença". A seguir, uma participante da conferência fez saber que estava dando início, com um grupo da diocese, a uma empresa Edc.

USA

Em Nova Iorque, no dia 17 de outubro de 2009, na Escola de Direito, de Fordham, seminário sobre o tema "*Caritas in Veritate*": Promover uma Cultura de Comunhão". Estavam presentes cerca de 60 pessoas entre advogados, empresários, jornalistas, jovens estudantes de direito e de economia. Em sua palestra, Luigino Bruni explicava que, com essa encíclica, os princípios de gratuidade, de fraternidade, de reciprocidade, de comunhão – a cultura da EdC – deixam de ser apenas apanágio do "non profit", mas podem se tornar a cultura da atividade econômica „normal". Seguia-se a análise de um jovem advogado de Washington, Brendan Wilson, sobre o tema das novas formas de empresa que se encontram numa área intermediária entre empresas for profit e organizações non profit e sobre a importância da EdC para essas novas estruturas jurídicas. Concluindo, Luigino Bruni ressaltava que as raízes da EdC se encontram também em Nova Iorque: em 1990, um ano antes do nascimento da EdC, Chiara Lubich rezou em Nova Iorque para que, depois do muro de Berlim, pudessem cair também os muros do consumismo e do materialismo. O nascimento da EdC no ano seguinte parece ser uma resposta a essa oração.

Em Chicago, de 20 a 23 de abril de 2010, o Centro para o Catolicismo Mundial e a Teologia Intercultural, da De Paul University, organizou uma conferência intitulada: Tradição e Libertação – *Caritas in veritate* e o novo rosto do progresso social. Estava presente o arcebispo Celestino Migliore, Observador Permanente da Santa Sé junto às Nações Unidas. Foram dedicados dois dias à encíclica de Bento XVI sobre a globalização econômica, *Caritas in Veritate*. Nesses dias, bem três sessões foram dedicadas à EdC, dirigidas por Amy Uelmen, Lorna Gold e John Mundell.

EdC e diálogo inter-religioso

Foram várias as ocasiões em que a EdC foi apresentada no âmbito de encontros inter-religiosos de diversos tipos; por toda a parte a perspectiva da EdC impressionou os participantes, constituindo um sinal de esperança.

USA

Nos dias 15 e 16 de outubro de 2009, na Hamline University, de St. Paul, Minnesota, realizou-se o simpósio anual e o fórum internacional e interdisciplinar da

revista *Journal of Law & Religion* dedicado ao estudo do direito no seu contexto social, que inclui a ética e aos valores religiosos. Participaram do simpósio cerca de cinquenta acadêmicos, em grande parte professores de direito, de teologia e de religião; entre eles judeus, muçulmanos e cristãos de várias denominações. Luigino Bruni fora convidado a apresentar o tema principal do simpósio, cujo título era "Rumo a uma Economia de Comunhão". O tema foi acolhido com grande seriedade e interesse e se tornou o leitmotiv de toda a conferência; dele emergia uma visão unitária do homem, que dela deixa transparecer os valores em todos os ambientes, inclusive na vida econômica. A seguir, Rabbi Tsvi Blanchard, Diretor do CLAL (Centro Nazionale Ebraico di Studio e Leadership), traçou esclarecedoras linhas de reflexão à luz dos textos e da tradição hebraica numa apresentação intitulada "Liberdade partilhada: a lógica da comunhão e a liberdade individual".

Dentre os participantes do simpósio, alguns já tinham entrado em contato com a realidade da EdC; alguns tinham participado do seminário de direito sobre o tema "Amor ao Próximo e Profissão Legal", em Loppiano, Itália, em março de 2008, e outros, do congresso do diálogo "Comunhão e Direito". Durante o simpósio puderam testemunhar pessoalmente que o amor vivido com base nas relações pode impregnar as estruturas sociais e econômicas. Um exemplo para todos: Deborah Cantrell, professora universitária, do Colorado-Denver, budista, traçou os vínculos que percebia entre a visão que Luigino Bruni tinha proposto e os princípios do budismo.

Tailândia

No dia 4 de fevereiro de 2010, durante o 4º Seminário Budista-Cristão de Chiang Mei, Benedetto Gui e Teresa Ganzon apresentaram a Economia de Comunhão. A apresentação aconteceu durante o dia dedicado ao tema da crise financeira; O auditório estava composto por budistas, cristãos e muçulmanos. Benedetto Gui apresentou o projeto Edc num plano geral, ao passo que Teresa Ganzon deu o testemunho de sua empresa, o Bangko Kabajan; uma experiência que foi muito apreciada pela sua integridade. Com efeito, o Bangko Kabajan não é uma empresa que se limita a produzir lucros a oferecer à Edc, mas tem a ver diretamente com os pobres e os trata segundo a cultura do dar, e isso é algo a mais, de particular valor. O Bangko tem como clientes as famílias pobres das aldeias, mas não lhes faz "beneficência", pois as contas do banco dão certo; "negocia",

mas com a cultura do dar, e o resultado é que essas pessoas podem crescer, tanto do ponto de vista humano como do social.

Nesta terra em forte transformação social por causa do rápido processo de industrialização, na qual se sente muito a perda das tradições e dos valores e em que é fortíssima a exigência de uma economia diferente que respeite o homem, a EdC foi acolhida como um bom sinal de esperança; sente-se claramente que o valor dessa pequena experiência EdC é enorme também nestas latitudes e vai muito além das suas dimensões atuais; há um mundo inteiro à espera de uma experiência que possa manter juntas todas as dimensões do homem.

Suíça

No dia 14 de agosto de 2010, em Caux, perto de Montreux, Maria Voce Emmaus, presidente do Movimento dos Focolares, participou do encontro internacional intitulado „Confiança e integridade numa economia globalizada", promovido pela fundação suíça "Initiative et Changement", uma ONG que atua no plano internacional para a prevenção de conflitos, diálogo intercultural e confiança entre os vários sujeitos sociais, para além das diferenças.

Participavam pessoas provenientes dos cinco continentes conforme o que é definido como o "espírito de Caux", sinônimo de amizade, colaboração, esforço partilhado no caminho para a fraternidade universal. "A EdC: instrumento a serviço do homem por um mundo unido" foi o título da palestra de Maria Voce, que propôs uma volta aos valores éticos e a uma cultura do dar, mais que a do ter e do possuir, lembrando a necessidade de um enraizamento "em valores humanistas e evangélicos", para que não se reduza a simples utilitarismo e eficiência.

"Há uma globalização que caminha na direção do plano do amor de Deus para a unidade e a fraternidade da família humana" – disse ela -, lembrando que dar é "uma cultura e uma arte". À tarde, no Workstream sobre a EdC estavam presentes 95 pessoas, todas muito interessadas: as experiências concretas e belas foram uma convincente complementação da manhã. No final, Lavinia Sommaruga agradecia a todos e dizia: "Obrigada, muitíssimo obrigada, hoje não escutamos apenas, mas vivemos juntos algo importante!"

Alguns testemunhos:

Jean-Pierre Méan, presidente da fundação suíça de Caux, membro da religião Baha'i, disse a um seu colaborador, depois do almoço: "Temos de explorar a ideia da economia de comunhão e não querer inventar a roda, se ela já existe".

Taketani (budista da RKK, encarregado para a Europa): "Maria Voce foi fiel à mensagem de Chiara. A Economia de Comunhão vai além das religiões porque no centro está o homem. Achei maravilhosa a sua descrição da Trindade; a partir deste momento minha identidade budista ficou mais forte. Quero fazer de tudo para procurar, com vossa colaboração, levar a EdC à RKK".

Martin Hoegger, pastor reformado: "Fiquei impressionado por constatar mais uma vez quanto a Economia de Comunhão aprofunda suas raízes no Evangelho. Esse discurso me faz amar ainda mais a Trindade".